



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FERNANDA AVELINO BEZERRA SILVA

OS FILHOS DA PROSTITUIÇÃO: DESVENDANDO A RELAÇÃO
MÃE-PROSTITUTA, FILHO E SOCIEDADE

NATAL-RN

2016

FERNANDA AVELINO BEZERRA SILVA

**OS FILHOS DA PROSTITUIÇÃO: DESVENDANDO A RELAÇÃO
MÃE-PROSTITUTA, FILHO E SOCIEDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Herculano Ricardo Campos.

NATAL-RN

2016

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes - CCHLA

Silva, Fernanda Avelino Bezerra.

Os filhos da prostituição: desvendando a relação mãe-prostituta, filho e sociedade / Fernanda Avelino Bezerra Silva. - 2016.
146 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Herculano Ricardo Campos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2016.

1. Prostituição. 2. Prostitutas - Relações com a família. 3. Mãe e filhos. 4. Estigma (Psicologia social). 5. Família. 6. Ciências sociais. I. Campos, Herculano Ricardo. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 392.65

FERNANDA AVELINO BEZERRA SILVA

**OS FILHOS DA PROSTITUIÇÃO: DESVENDANDO A RELAÇÃO MÃE-
PROSTITUTA, FILHO E SOCIEDADE**

Apresentada em: __ / __ / 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Herculano Ricardo Campos - Orientador
Presidente da banca

Profa. Dra. Záira Fátima de Rezende Gonzalez Leal - Universidade Estadual de Maringá
Membro externo

Prof. Dr. Marlos Alves Bezerra - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Membro interno

NATAL-RN

2016

EPÍGRAFE

Ele vinha sem muita conversa, sem muito explicar
Eu só sei que falava e cheirava e gostava de mar
Sei que tinha tatuagem no braço e dourado no dente
E minha mãe se entregou a esse homem perdidamente

Ele assim como veio partiu não se sabe pra onde
E deixou minha mãe com o olhar cada dia mais longe
Esperando, parada, pregada na pedra do porto
Com seu único velho vestido, cada dia mais curto

Quando enfim eu nasci, minha mãe embrulhou-me num manto
Me vestiu como se eu fosse assim uma espécie de santo
Mas por não se lembrar de acalantos, a pobre mulher
Me ninava cantando cantigas de cabaré

Minha mãe não tardou alertar toda a vizinhança
A mostrar que ali estava bem mais que uma simples criança
E não sei bem se por ironia ou se por amor
Resolveu me chamar com o nome do Nosso Senhor

Minha história é esse nome que ainda hoje carrego comigo
Quando vou bar em bar, viro a mesa, berro, bebo e brigo
Os ladrões e as amantes, meus colegas de copo e de cruz
Me conhecem só pelo meu nome de menino Jesus

(Chico Buarque de Holanda – Minha História)

DEDICATÓRIA

Dedico a todos os filhos das lutas da vida. Em especial à força da mulher, que eu conheci na pessoa de Maria, Lourdes, Irene e Rosário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela iluminação espiritual. Agradeço à minha família. Aos meus pais, Rosário e João, por sempre me incentivarem na busca pelo conhecimento. À minha irmã Camila, pelas dúvidas, madrugadas de estudos e angústias compartilhadas. A Fellipe, meu namorado, pelo incentivo e ajuda. À Amanda Sousa pelos momentos e pensamentos compartilhados.

Minha gratidão ao Professor Herculano Campos pela oportunidade, pelas orientações e sugestões que viabilizaram este trabalho. Às professoras Rosângela Francischini e Rozeli Porto pelos conhecimentos compartilhados, contribuições e aprimoramento deste estudo. Aos professores que compõem o Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN, as funcionárias Rosa e Jane e as secretárias Cilene e Lizziane.

Agradeço ao professor Marlos Alves Bezerra e a professora Záira F. de Rezende Gonzalez Leal por terem aceitado o convite de fazer parte desta banca. Fico muito honrada.

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma facilitaram e contribuíram para a construção da dissertação. Aos amigos da turma de mestrado, em especial à Luana Amaral, Carol Vidal, Alanna de Medeiros, Eudes Alencar e Antônio Silva.

Agradeço à Capes pelo apoio e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte pela oportunidade de crescimento.

Minha profunda gratidão às famílias que possibilitaram a realização desta pesquisa.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo geral investigar se e como a profissão da mãe, sendo ela prostituta, incide na vida do filho. Diante disso, elencou-se como objetivos específicos: compreender como se constitui a família na qual os filhos estão inseridos, analisar a relação entre mãe e filhos e investigar os reflexos da profissão da mãe na vida e nas escolhas dos sujeitos participantes. Para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas entrevistas abertas com as mães e os filhos, por meio das quais resgatamos a história de vida dos participantes. Também se procedeu à observação participante, realizada a partir do contato direto e prolongado com sujeitos participantes em seu cotidiano, fazendo uso do Diário de campo, que permitiu o registro das informações coletadas. No que diz respeito aos resultados, aparece como ponto central a influência da atividade da mãe no que se refere aos aspectos socioeconômicos, dos quais desfrutam os filhos, bem como o ocultamento que as mães fazem da atividade que exercem e a limitação da convivência entre mãe e filho, ocasionada pela dinâmica própria da prostituição. Além disso, os relacionamentos da mãe geram conflitos com os filhos. Percebeu-se, em alguns discursos, por parte dos filhos, o preconceito existente com relação à prostituição e um certo desconhecimento da atividade da mãe. Por fim, como destaca a bibliografia abordada e o resultado do presente estudo, o estigma e o prejulgamento existentes na sociedade acerca da prostituta e do seu filho se revelam em ações, situações e discursos intolerantes na vida dos filhos, o que os levam a ocultarem a profissão da mãe no meio em que vivem.

Palavras-chave: Prostituição; família; filhos; estigma.

ABSTRACT

The present dissertation has as general purpose to investigate whether and how a mother's profession, she being a prostitute, affects the child's life. Thus, as specific objectives we have: to comprehend how the family of these children are constituted, analyze their relationship with their mother and investigate the mother's profession reflects on life and choices of participating subjects. To achieve the proposed objectives, open interviews with mothers and children were held, through which we rescued the participant's life history. Also we proceeded to participating observations, realized with direct and prolonged contact with the participating subjects in their daily life, making use of the field diary, which allowed to register the collected information. With regard to the results, it appears as a central point the influence of the mother's activities with respect to the socioeconomic aspects enjoyed by the children. As well as the concealment of what the mothers perform as a profession and the limitation of coexistence between mother and child, caused by the dynamics of prostitution. In addition, the mother of relationships generate conflicts with their children. It was also noticed, in some discourses of the children, that existing prejudice against prostitution and a certain ignorance of the mother's activity. Finally, as highlighted by the addressed literature and the result of the present study, the stigma and the prejudgment existing in the society about the prostitute and her son are revealed in actions, situations and intolerant discourse in the lives of the children, which lead them to hide the mother's profession in the environment where they live.

Keywords: Prostitution, family, children, stigma

LISTA DE SIGLAS

ASPRORN	Associação das Profissionais do Sexo e Congêneres do Rio Grande do Norte
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 AS PROSTITUTAS E OS FILHOS NA HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO	19
1.1 OS FILHOS NA HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO	19
1.2 PROSTITUIÇÃO E ESTIGMA NA CONTEMPORANEIDADE	40
2 FAMÍLIA E MATERNIDADE NO UNIVERSO DA PROSTITUIÇÃO	49
2.1 A PROSTITUTA E A FAMÍLIA	49
2.2 MATERNIDADE E PROSTITUIÇÃO	62
3 PROSTITUIÇÃO, FILHOS E ESTIGMA	67
4 A PESQUISA DE CAMPO	81
4.1 PARTE TEÓRICA: PESQUISA QUALITATIVA	81
4.2 O ESTUDO	85
4.3 ANÁLISE DOS DADOS	88
4.3.1 Aproximação	88
4.3.1.1 ROSA	88
4.3.1.2 ALDA	97
4.3.2 Elementos da prostituição na vida doméstica	99
4.3.3 Relacionamentos da mãe	102
4.3.4 Sexualidade	104
4.3.5 Escola	108
4.3.6 Relação padrinhos e afilhados	114
4.3.7 Lazer	115
4.3.8 Conhecimento sobre a atividade da mãe	119
4.3.9 Participação na vida dos filhos	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

INTRODUÇÃO

No que diz respeito à prostituta, andamos para trás na história. E creio que só uma grande sociedade seja capaz de reverter essa situação. O que não sei é se somos uma grande sociedade. Mas o que será uma sociedade senão seus indivíduos? Então, pode ser que as mudanças estejam mais ao nosso alcance do que imaginamos. Está na hora, portanto, de andarmos para a frente.

(Gabriela Leite)

Durante o processo histórico foram tecidas relações sociais que culminaram na prática e na consolidação da prostituição como uma atividade estigmatizadora, tanto da mulher que a exerce, quanto do filho que ela gera. Mas nem sempre foi assim, há antigos registros de práticas sagradas que eram realizadas em templos de oferendas em honra à Deusa da fertilidade, por homens que almejavam maior fertilidade para si, filhos, esposas, animais e terras. Essas oferendas eram trocadas por favores sexuais prestados por mulheres chamadas sacerdotisas, que eram respeitadas e valorizadas em seu meio social e de forma alguma discriminadas. Nas sociedades matriarcais não existiam normas e regras ligadas ao comportamento sexual da mulher, nem a noção de promiscuidade feminina. A fertilidade e a natureza eram a essência da vida (Batista, 2011).

A mudança nessa concepção ocorre a partir das invasões das tribos nômades e guerreiras, onde a vida social passa a se centralizar no homem e seus Deuses. Na disputa pela hegemonia das divindades, os homens destituíram as sacerdotisas dos templos e as obrigaram a praticar nas ruas os serviços sexuais oferecidos em nome da Deusa da fertilidade. Desse modo, abriram espaço para o aspecto comercial da atividade sexual e enfraqueceram o sentido religioso da prática sexual (Roberts, 1998).

Com a consolidação dos modos de vida da sociedade patriarcal ocorre a distinção quanto aos comportamentos das mulheres, especialmente no que se refere a sexualidade; ou eram esposas ou prostitutas, consideradas mulheres de comportamento socialmente indesejável. Posteriormente, com a sociedade dividida em classes e o surgimento da propriedade privada, da acumulação de riquezas e do pauperismo, observa-se a mercantilização dos serviços sexuais. As mulheres passam a ser exploradas, em casas especificamente voltadas para a atividade, e discriminadas por tais práticas, inclusive sob o ponto de vista geográfico. Em Atenas, havia um bairro específico para a moradia das prostitutas, bem como para o exercício de sua atividade. Em face do crescimento do número de mulheres e casas voltadas para o exercício da prostituição, o Estado passou a interferir no universo do sexo e da prostituição visando lucros.

Durante a Idade Média, no alvorecer do capitalismo, ocorreu um amplo crescimento da prostituição, ao mesmo tempo em que também crescia o estigma, o estereótipo e a associação pejorativa da mulher prostituta. O que se dava em oposição ao ideário imposto socialmente para a mulher como esposa e mãe (Brasil, 1932). Essa visão acerca da prostituição alcança o século XXI, que apesar do afrouxamento dos laços morais na sociedade capitalista e das conquistas femininas, ainda propaga o estigma da prostituta decorrente do comportamento sexual e a diferenciação das mulheres entre esposas-mães e prostitutas.

No Brasil, país de tradição cristã-católica, apesar de haver grande consumo dos serviços prestados por essas mulheres, não são menores o preconceito e o estigma relativos à prostituição. A atividade é submetida à constante repressão moral, em vista do imaginário construído a partir do espectro da igreja católica medieval (Oliveira, 2008). Por outro lado, embora estigmatizada pela sociedade, a prostituição apresenta-se a muitas mulheres como uma oportunidade de sustento, crescimento econômico e de conquista de certa autonomia e

flexibilização difíceis de serem conquistadas por meio de outras ocupações. Neste sentido Claudia Fonseca (1996), na sua pesquisa sobre a prostituição no Brasil, rompe com o imaginário hegemônico que associa a prostituição com miséria, exploração e coerção. Visto que ressalta o livre arbítrio das mulheres que exercem essa atividade, a livre escolha de parte significativa das prostitutas pela atividade e o papel de destaque que filhos e netos exercem na vida delas. O que as leva a estabelecer um círculo de ajuda mútua com os familiares e/ou vizinhos para a criação e cuidados dos filhos (Bacelar, 1982).

Fonseca (1996) também ressalta que longe de constituir um dever ou um projeto de vida para a prostituta, a maternidade se apresenta como um acontecimento particular ligado à sua trajetória de vida. Pois, a maternidade em si, a noção de obrigação ou mesmo o desejo de ser mãe nem sempre se fazem presentes na vida das prostitutas, seja pela opção de não ter, seja porque um filho representa mais uma pessoa para sustentar. De modo que é recorrente a busca por métodos abortivos, quando a gravidez é constatada.

No entanto, apesar de o senso comum não contemplar para a prostituta o lugar de mãe, uma vez que o papel e o comportamento do que é ser mãe é tido como o oposto ao da mulher que exerce sua sexualidade, esta mulher não busca se diferenciar do modelo tradicional de mãe ao se deparar com a maternidade. Assim, é comum utilizar-se de mecanismos que camuflam a profissão para os seus descendentes, através da entrega do filho para residir numa moradia diferente da sua ou do cuidado para que os filhos não sigam a mesma profissão (Sganzella 2009). A pesquisa de Oliveira (2008) constatou que os filhos são vítimas dos mesmos discursos preconceituosos dirigidos às mães prostitutas, sendo-lhes atribuídos características como impureza, imoralidade, repulsa, piedade e má influência.

O levantamento bibliográfico revelou que a literatura apresenta a opinião das pessoas sobre as mulheres e seus filhos e das mães sobre os filhos, mas não foi identificado material

que se aprofunde na opinião dos filhos acerca da profissão das mães. Desse modo, este trabalho pesquisou, a partir da ótica do filho, se a profissão da mãe incide na sua vida e, incidindo, como isso se dá. Para isso, investigou-se como se constitui a família, considerando a relação com a mãe, bem como se a profissão da mãe tem reflexos na vida e nas escolhas dos sujeitos participantes.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos: o primeiro realiza um resgate histórico acerca da prostituta e dos filhos na história da prostituição; o segundo aborda o tema da prostituição, da família e da maternidade; o terceiro busca discorrer sobre os filhos, a prostituição e o estigma; e o quarto capítulo é composto pela análise dos dados da pesquisa. O estudo foi realizado na cidade do Natal-RN, com as famílias de duas mulheres que são mães e atuam no universo da prostituição, centrando-se nos filhos adolescentes, na faixa etária dos 16 anos.

A escolha na centralidade dos filhos adolescentes na presente dissertação se deveu ao desenho desta pesquisa, cuja delimitação buscou contemplar os objetivos e o aprofundamento da pesquisa qualitativa com os sujeitos participantes. Assim, focamos na faixa etária em que os sujeitos teriam conhecimento da atividade da mãe, possibilitando a investigação da pesquisa. Junta-se as justificativas acima, o fato da adolescência se apresentar como um importante momento na vida dos indivíduos, em que ocorre a passagem da infância para a idade adulta, período que se relaciona com as condições históricas e materiais da sociedade.

Compreende-se, assim, essa fase como um fenômeno histórico e social que nos remete às diferentes condições materiais de vida. A princípio, essa concepção supera a visão biologizante e naturalizada da adolescência difundida na atualidade, em que a associação dessa fase às características universais como uma idade difícil, repleta de conflitos e inconformismos, são tidas como próprias desse período de desenvolvimento humano, assim,

eliminando a constituição social e histórica da adolescência (Checchia, 2010). Com efeito, os processos históricos que culminaram nessa compreensão hegemônica de adolescência podem ser encontrados na obra de Ariès (1986), quando o autor contempla a realidade do século XVII, em que não havia distinção dessa fase. Por conseguinte, existia apenas a infância e a fase adulta. “De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje” (Ariès, 1986, p.4).

Portanto, como historicamente não se evidenciava as características do desenvolvimento psicológico da adolescência, nem se destacavam as transformações biológicas e físicas, essa fase foi confundida com a infância até o século XVIII. Nesse contexto, eram consideradas apenas a infância e a fase adulta, sendo a infância marcada pela dependência. Ademais, parece importante resgatar a contribuição das instituições escolares e suas práticas para a consolidação hegemônica da infância e adolescência, visto que a dinâmica dessa instituição corroborou para o afastamento da criança do mundo do trabalho, para a distinção do convívio com os adultos e fez incidir sobre essa faixa etária ideias advindas de educadores e moralistas da época que propagavam o sentimento de infância, culminando no reconhecimento da adolescência (Leal; Facci, 2014).

Passa-se, então, a teorizar acerca da adolescência como um período marcado por instabilidades, tensões e contradições próprias das bruscas transformações físicas e mentais da adolescência. Nessa perspectiva, a adolescência é ressaltada como natural e universal, ocultando-a enquanto fenômeno histórico e desconsiderando-a apenas como passagem da infância para a maturidade, “mas um período que apresenta suas especificidades, problemas, leis e funções.” (Checchia, 2010, p.31).

A universalização desse período como difícil, instável, conflituoso e condicionante das mudanças de comportamento baseia-se em pré-julgamentos acerca dessa fase. Estudos, como o de Margaret Mead realizado na década de 1920, na Ilha de Samoa, apresentam realidades que se distanciam da universalização e naturalização dessa concepção. De acordo com a antropóloga, ali não existia uma relação direta entre a adolescência e tais características, os conflitos e as crises propagadas como universais eram incoerentes na realidade pesquisada. O que nos remete ao fato de que diferentes sociedades possuem variados caminhos para a maturidade e corrobora com a adolescência enquanto fenômeno situado histórico e social. Sendo a adolescência um fenômeno historicamente construído, interpretado e significado pelos homens, concluímos que atualmente trata-se de uma fase cuja historicidade é negada, prevalecendo sobre ela a naturalização e a universalização (Checchia, 2010; Ferreira; Farias; Silveiras, 2010; Leal; Facci, 2014).

Sabe-se, como exposto acima que foi instaurada uma concepção hegemônica baseada no biológico para tratar da passagem da infância à vida adulta, da busca pela autonomia, das mudanças nas relações com os pais e da maturidade social. Sob tal enfoque, a depender das condições sociais, históricas e culturais dos sujeitos, tais mudanças e reestruturação das relações sociais dos adolescentes com os pais e o mundo adulto geram conflitos, o que culmina na descrição dos adolescentes as características propagadas na atualidade (Leal; Facci, 2014).

Dessa forma, a presente dissertação contemplou principalmente os sujeitos inseridos nessa faixa etária, por entender que eles teriam maiores condições de refletir acerca da profissão da mãe e da incidência sobre suas vidas. O que possibilita uma maior riqueza de elementos e situações sobre a passagem da infância à vida adulta e a mudança na relação entre os pais, nesse caso as mães.

Os procedimentos de pesquisa foram realizados de acordo com os aspectos éticos, com a participação voluntária, o sigilo das informações, nomes fictícios, utilização de termos de consentimentos livre e esclarecido e submissão e aprovação do projeto ao Comitê de Ética. A metodologia consistiu em entrevistas abertas, nas quais resgatamos a história de vida dos filhos e das mães, a fim de identificar os elementos relacionados à profissão da mãe na vida dos filhos, bem como contextualizar a vida dos participantes. A partir de uma aproximação com o olhar etnográfico, fruto da convivência com a vida familiar dos sujeitos participantes, foi utilizado o Diário de campo que permitiu à pesquisadora registrar momentos considerados pertinentes aos elementos e objetivos da pesquisa.

Neste trabalho adota-se o termo prostituta devido a designação genérica do termo, que é utilizado pela maioria dos autores da área como Bacelar (1982), Fonseca (1996) e Roberts (1998) e abarca os diferentes níveis de hierarquia e nomenclaturas presentes na atividade, como garotas de programas, meretrizes, acompanhantes, entre outras.

Além disso, de acordo com a hierarquia existente na atividade, o preconceito maior incide sobre a profissional de menor poder aquisitivo, isto é, a que trabalha na rua e é conhecida como prostituta. Diante de tal realidade, nos posicionamos a favor daquelas mais estigmatizadas, por entender que são as que mais sofrem as consequências por exercer a prostituição. As diferentes designações das mulheres revelam divergências dentro da própria categoria, pois situam o termo prostituta como referente àquelas que possuem o vício em drogas e negligenciam o cuidado de si e dos filhos (Silva, 2008). Sobre esse aspecto, Silva e Lima (2011) reforçam:

Lembrando que a palavra prostituta, em nossa sociedade, é usada como uma forma de humilhar outra pessoa. Contudo, este é mais frequentemente associado às mulheres advindas de situações de vulnerabilidade social, pois o termo “garota de programa” já carrega em si outros símbolos e atributos, já que em nossa sociedade, esta categoria

está associada a mulheres belas, vindas de classes sociais mais favorecidas, sendo estabelecida com elas outra relação social, muitas vezes marcada pela admiração, pois representam um modelo de beleza idealizada (p.5).

Desta forma, adotamos a nomenclatura prostituta, pois acreditamos que assim assumimos uma postura livre de qualquer tipo de preconceito e hierarquia dentro dessa categoria.

1 AS PROSTITUTAS E OS FILHOS NA HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO

Nós prostitutas sempre ficamos debaixo do tapete, lá na escuridão, entendeu?! A gente nunca aparecia devido ao estigma, ao preconceito e ao medo de levar pedrada, mesmo que simbolicamente.

(Gabriela Leite)

1.1 OS FILHOS NA HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO

A prostituição, que consiste na oferta de prazer mediante pagamento, constitui um meio de sobrevivência para aqueles que encontram na satisfação sexual do outro uma forma de troca para suprir as suas necessidades materiais (Tiradentes, 1978). Como elucida Gaspar (1985), “a prostituição é uma modalidade de relação de troca em que há uma permuta de ‘coisas’ de natureza distinta. As prostitutas oferecem algo considerado pessoal, o corpo, em troca de dinheiro” (p.36). Acrescentemos a essa definição a questão da consciência do ato, presente no processo da troca de favores sexuais por interesses, que em larga escala se traduz na forma de pagamento em dinheiro, o que possibilita a compra de objetos e serviços, mas que também pode ser meio de troca de diversos benefícios (Santos, 2011). Nesse sentido, a mediação do pagamento dessa troca impõe um distanciamento entre a vida afetiva e a atividade da prostituição. Já que é a ausência de sentimentos entre a prostituta e o cliente que caracteriza o trabalho de se dispor a satisfazer os desejos e fantasias sexuais daqueles que pagam (Russo, 2007).

Portanto, para efeito deste estudo, compreende-se a prostituição como uma prática que ocorre a partir da troca de serviços sexuais por dinheiro, fundamentando-se no âmbito

econômico. Essa oferta de serviço sexual está presente em diversos modelos de sociedade e assume particularidades genéricas e específicas em determinados momentos históricos, colaborando na produção e reprodução das relações sociais.

Essa atividade profissional tem o seu início relacionado ao fim do papel de destaque que a mulher desempenhava por volta de 25.000 a.C., nas sociedades matriarcais da Antiguidade. Os estudos que tratam desse período apontam a mulher como o centro de uma atividade social organizada em função da figura feminina. O homem desconhecia a sua participação na reprodução, de modo que a mulher era valorizada como fundamental à existência e reprodução humana. Em decorrência disso, naquele período predominava a igualdade de gêneros. A mulher e sua fertilidade eram estimadas e homenageadas em diversos cultos oferecidos a Deusa da Fertilidade, cujo nome variava de acordo com a localidade. Conforme discorre Roberts (1998):

Talvez o mais milagroso de tudo é que as mulheres eram capazes de produzir crianças de seus próprios corpos: um ato de pura mágica criativa aos olhos dos homens, que ignoravam sua própria parte na reprodução. Abarcando todas as atividades essenciais que deram lugar ao mundo humano, as mulheres eram muito naturalmente vistas como a incorporação viva de uma força geradora universal, que os humanos da Idade da pedra conceituavam sob a forma de uma deusa (p. 20).

A mulher era tida como a encarnação terrena da Deusa e juntamente com seus filhos constituía a unidade básica da vida em sociedade. Tendo em vista que o matrimônio em grupo predominava na época, não havia o reconhecimento ou a necessidade da paternidade, que veio a se tornar fundamental com o fim do matriarcado e o surgimento da noção de propriedade privada. Naquela perspectiva, o homem não se apoderava dos seus descendentes a fim de transmitir propriedades, diferente do que veio a se consolidar nas sociedades patriarcais (Engels, 1884/ 2002). A cultura da época mesclava religião e sexualidade, o sexo era tido

como sagrado, praticado por sacerdotisas que lideravam rituais que abrangiam toda a comunidade.

Posteriormente, as comunidades agrícolas (3.000 a.C.) desenvolvidas e constituídas por sociedades matriarcais e consideradas as primeiras cidades viriam a sofrer ataques de tribos nômades guerreiras lideradas por homens, que sujeitavam os povos dominados (principalmente os matriarcais) ao seu poder. Assim, passou-se a observar a constituição de sociedades híbridas, nas quais as formas de vida matriarcal e patriarcal se mesclavam. É nesse período que surgem os Deuses do gênero masculino, que passam a implementar uma luta pela hegemonia social com a Deusa da Fertilidade – gênero feminino (Roberts, 1998). Essas modificações na vida em sociedade tiveram consequências sobre o culto à Deusa, como a criação de mecanismos para promover os sacerdotes homens e seus deuses.

As sacerdotisas da Deusa da Fertilidade foram aos poucos sendo afastadas das posições de poder e dos papéis centrais que ocupavam, perdendo gradualmente os privilégios que detinham. Desencadeou-se uma realidade na qual as sacerdotisas dos templos eram consideradas, simultaneamente, mulheres sagradas e prostitutas. É possível observar que a prática do ato sexual com fins lucrativos, consolidada nas relações mercantis e compreendida aqui como prostituição, não se assemelha às práticas e tradições antigas que ainda cultuavam a Deusa da Fertilidade. Esta consistia numa tradição distante do que seria a prostituição de caráter comercial, consolidada ao longo dos tempos. Segundo Brasil (1932):

O contributo que as mulheres da Babilônia eram chamadas a dar ao culto de Milita, oferecendo-se, pelo menos uma vez por ano, aos que visitavam o templo, não significa também que houvesse prostituição. Dado que a poliandria e a promiscuidade eram a tradição, o restabelecimento dessa prática com fins religiosos mediante um donativo para o culto, de maneira nenhuma se deve aproximar da prostituição, exercida permanentemente como profissão, com um objetivo mercantil (p.1).

Contudo, a relação entre espiritualidade e sexualidade desenvolvida no matriarcado, na qual as mulheres sacerdotisas incorporavam a Deusa da Fertilidade e mantinham relações com os homens – que retribuíam com ofertas/oferecidas à divindade e ao seu templo –, começa a mudar com a consolidação da sociedade patriarcal. Nesse contexto, as mulheres foram segregadas, separando-se as que adotavam as antigas práticas das que eram consideradas honradas, situando-as espacialmente longe umas das outras.

Em face desse gradativo processo as ex-sacerdotisas passaram a desvincular o sexo da religião e a desenvolver o viés comercial das suas atividades. Por volta de 2.000 a.C. surgiram leis que legitimaram a segregação e o fortalecimento da divisão das mulheres entre esposas e prostitutas. Dessa maneira teve início a profissionalização da atividade sexual, ainda que o contexto ainda permitisse que o filho de uma mulher prostituta fosse tomado como herdeiro e filho legítimo. De acordo com Roberts (1998),

Se a esposa de um homem não tiver lhe dado filhos, mas uma prostituta de rua tiver lhe dado filhos, ele deve prover a essa prostituta seu vinho, azeite e roupas, e os filhos que a prostituta gerou serão seus herdeiros; mas enquanto a esposa viver, a prostituta não deverá morar na casa junto com a esposa (p. 27).

Essa situação é semelhante a referida por Engels (1884/ 2002) quanto aos filhos de escravas sexuais: “os filhos nascidos dessas escravas recebem uma pequena parte da herança paterna e são considerados homens livres; assim, Teucro, que é filho natural do Telamon, tem direito de usar o nome de seu pai” (p. 67). Contudo, ainda que o filho de uma mulher prostituta assumisse o papel de herdeiro e com isso sua mãe tivesse benefícios materiais, não tinha o reconhecimento por parte do pai do seu filho, que a diferenciava da esposa legítima.

Em torno do ano 1.300 a.C., o estigma acerca da prostituição se consolidou quando os sacerdotes hebreus invadiram as comunidades que ainda adoravam a Deusa da Fertilidade.

Com o objetivo de suprimir esse culto, eles desenvolveram o conceito de moralidade sexual para as mulheres, que propagava as premissas do relacionamento monogâmico, das mulheres como propriedade dos pais ou maridos, a quem deviam obediência. Assim, a independência sexual da mulher passou a ser considerada a raiz de todo o mal, sendo a prostituta o exemplo maior. Esse movimento de culpabilização da mulher, por meio do qual os ritos e as questões ligadas à Deusa passaram a ser pecaminosos, também “[...] veio a abranger o ‘mau’ comportamento feminino em geral, que os sacerdotes agora rotulavam de ‘prostituição’” (Roberts, 1998).

Concomitante ao crescimento das instituições patriarcais expandiram-se as suas formas de casamento, nas quais o marido tinha a esposa e os filhos como posse, o que diferenciava cada vez mais as esposas das prostitutas. Sobre essa característica do patriarcado, Engels (1884/2002) afirma que,

Esta forma de família assinala a passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. Para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer o seu direito (p. 62).

A ascensão da sociedade patriarcal resultou na consolidação do controle masculino sobre a mulher e em uma mudança na postura política do Estado, que passou a interferir no universo do sexo e da prostituição com o objetivo de obter lucros. Ao mesmo tempo em que cresceu o número de casas para o exercício da atividade sexual mercantil, cresceu o proveito do Estado (Bassermann, 1968).

Um exemplo vem da Grécia Antiga, no século V a.C. por iniciativa de Sólon¹ se estabelece e institucionaliza o papel social da mulher na sociedade grega. O filósofo e legislador, apoiado pela classe média, regulamentou uma forma de família estruturada no homem como legítimo provedor e detentor dos direitos sobre uma esposa submissa e seus filhos, considerados herdeiros legítimos dos pais. Por outro lado, Sólon também organizou o negócio de bordéis oficiais em Atenas, obtendo grande sucesso na empreitada. Os lucros advindos da sua taxação cresceram tanto que ele mandou construir um templo em homenagem a Deusa Afrodite. De acordo com Ogden (1999),

Aphrodite was quite commonly worshipped in her aspect of patroness of courtesans. Solon had established a temple to Aphrodite Pandemos ('Of all the people') from a tax on brothels. AphroditePorne ('Whore') had a temple at Abydos (Ogden, 1999, p.263).²

As iniciativas de Sólon receberam o reconhecimento positivo desde os homens livres aos escritores gregos que registraram o feito nos seus trabalhos, exaltando as mudanças favoráveis que a atividade sexual comercial controlada pelo Estado acarretou na sociedade da época. Surgiram histórias como a da famosa Taís, associada a Alexandre, o grande e ao rei Ptolomeu; a de Aristófanes que atribuía a Aspásia a culpa pelas guerras contra Esparta e Samos e a do famoso julgamento de Frinéia, cortesã reconhecida por sua beleza e acusada de impiedade (Bassermann, 1968).

Em face desse estado de coisas só restavam as mulheres duas alternativas: ou ser esposa ou prostituta. As esposas passaram a viver num verdadeiro regime doméstico, sem nenhum controle sobre suas vidas, em uma situação que constituía para Roberts (1998) uma

¹ “Filósofo e legislador, cujas propostas acarretaram em reformulações no que concerne a prescrição de bordéis para conter a homossexualidade e possíveis desordens da juventude masculina.” (Bassermann, 1968, p. 13).

² “Afrodite foi comumente adorada em seu aspecto de padroeira das cortesãs. Sólon tinha estabelecido um templo para Afrodite Pandemos (“De todas as pessoas”) a partir de um imposto sobre os irmãos. AphroditePorne (“Meretriz”) tinha um templo em Abydos” (Ogden, 1999, p.263, tradução nossa).

“verdadeira tragédia grega” (p. 34). As prostitutas, independente da hierarquia existente entre elas, dotavam de uma relativa independência sexual e econômica dos homens. Em decorrência dessa realidade, surge à prostituição como carreira, na qual as mulheres consideradas “de bem” se sentiam encorajadas a aderir e estimulavam suas filhas a fazerem o mesmo. Assim, o conhecimento e as habilidades das mães prostitutas, as *hetairae*³, eram transmitidas às filhas e também às crianças abandonadas que eram acolhidas para serem criadas por essas mulheres. Um aspecto que requer atenção é o registro observado na poesia de Safo – poetisa grega que alguns autores consideram prostituta – que escrevia sobre o amor em diversos aspectos. De acordo com Roberts (1998) ela versava “desde as paixões eróticas do amor heterossexual e lésbico, até o feroz, protetor e terno amor materno que ela sentia por sua própria filha, Cleis” (p. 46).

Em Roma, a mitologia relacionava a figura da prostituta à lenda da fundação da cidade, atribuída ao amor maternal da Lupa – termo usado para designar prostituta do campo e que também significa loba – que teria criado os fundadores da cidade, Rômulo e Remo. Também em Roma se observou a adoração da Deusa da Fertilidade, de maneira que os rituais envolvendo sexo eram aceitos de forma natural. Na sociedade patriarcal romana a liberdade sexual predominou até a ascensão do cristianismo. A prostituição era aceita como algo natural, ausente de estigma e associada a mulheres trabalhadoras. Todavia, a aptidão da aristocracia para a desinibição sexual e a liberdade da mulher implicava na queda do número de casamentos e herdeiros, o que despertou a preocupação das autoridades da época. Para fazer frente ao comprometimento da perpetuação da classe dominante foram implantadas medidas pelo Estado, a fim de que as mulheres casassem e gerassem mais de três filhos. No

³ Essas prostitutas se encontravam no topo da hierarquia e relacionadas às pessoas de destaque, estavam constantemente ligadas à política.

entanto, tais medidas não obtiveram pleno sucesso, visto que algumas mulheres se rebelaram, inclusive tornando-se prostitutas, em um ato de libertação (Bassermann, 1968).

Já na Idade Média⁴ o cristianismo ajudou a consolidar a repressão moral contra a prostituição através da condenação do prazer, da luxúria e das tentações da carne. Contudo, sem tirar da mulher a responsabilidade pela reprodução. Tal postura era fundamentada no mito cristão do nascimento de Jesus oportunizado pela mãe virgem, portanto mãe assexuada. Em decorrência dessa concepção de moralidade, a prostituta foi rechaçada e considerada uma enfermidade para a sociedade (Tiradentes, 1978). Na mesma perspectiva Bassermann (1968) acrescenta que,

Como os ascetas tendessem para o exagero, não faltaram vozes que, pela renúncia ao prazer sexual, pronunciassem a condenação da mulher. São Clemente proclamou os filhos como o fim único da união matrimonial; esposos, contudo deveriam “ter sempre em mente que se encontravam diante de Deus, devendo honrar seus corpos, criados IHM, guardando-os de toda impureza” (p. 98).

Desse modo, o período se caracterizou por uma forte opressão da mulher, pela potencialização da recriminação da atividade da prostituição e pela maximização da associação da prostituta com impureza, imoralidade e promiscuidade. O que se estendia aos seus descendentes, gerados em uma relação que não tinha a finalidade imposta da procriação. Já que os filhos deveriam ser considerados o objetivo único da união matrimonial, que deveria se distanciar do prazer sexual (Bassermann, 1968).

A despeito dessa concepção moralista, durante a Idade Média a instituição católica fomentou o desenvolvimento legal da prostituição, uma vez que as mulheres que exerciam essa atividade eram obrigadas a pagar tributos e parte dos lucros à igreja de Roma, levando-as

⁴ Período que vai do século V ao XV, e tem como principal característica a influência da Igreja nas questões jurídicas, éticas, políticas e morais (Andery, 2012).

a serem admitidas na sociedade. Os membros dessa instituição exerciam forte controle sobre a atividade da prostituição, faziam muitas exigências e cobravam indultos de clérigos, prelados e monsenhores pegos usufruindo da atividade. Dessa forma, os religiosos colhiam benefícios para a igreja ou para si mesmos, encarando a prostituição como um mal necessário à manutenção da ordem e da pureza das moças de família. Pois, a prática era encarada como descarga para os prazeres reprimidos dos homens (Brasil, 1932).

A contradição era profunda, apesar da prática da prostituição ser duramente reprimida por parte do clero e das autoridades, a Igreja Católica obtinha lucros cada vez maiores com a administração dos negócios. As mudanças econômicas oriundas do processo de transição do Feudalismo para o Capitalismo intensificaram ainda mais a entrada das mulheres na atividade da prostituição, que mesmo estigmatizada se apresentava como uma possibilidade de sustento para si e para a família. Em virtude das mudanças de cunho econômico, político e social decorrentes do novo modo de produção, as prostitutas começaram a sofrer menos discriminação e obter mais liberdade, organizando-se em Associações⁵, nos moldes de outras profissões regulamentadas.

Conforme afirma Roberts (1998), “o quadro geral da prostituição na Europa Ocidental medieval confirma que os últimos vestígios de uma conexão religiosa foram extirpados com o advento da Igreja Cristã. Agora, a profissão estava completamente secularizada” (p. 127). Com o final da Idade Média e a transição para o Renascimento⁶, o comércio da prostituição, especialmente o da classe das *cortegiane* – prostitutas de elite –, era passado de mãe para filha, numa tradição que revelava mães orgulhosas de terem suas filhas na atividade.

⁵ “As 4.000 prostitutas da Paris do século XV formaram uma federação, pela qual receberam doações reais de uma bandeira, um tambor e uma banda de pifaros próprios” (Roberts, 1998, p. 126).

⁶ O Renascimento consiste no período que vai do século XIV ao XVI e que marca a passagem do teocentrismo para antropocentrismo, valorizando, então, a razão (Andery, 2012).

Concomitantemente, as mudanças nas concepções religiosas do início do século XVI – que tiveram como expoentes Martinho Lutero e João Calvino e culminaram na Reforma e na Contrarreforma – proporcionaram modificações na visão social referente à prostituição, aumentando o estigma sobre a atividade e sobre as mulheres que a exerciam. Cada vez mais as mulheres eram consideradas demoníacas, criminais e doentias e lhes eram aplicadas punições e castigos. Na visão da nova moralidade que pregavam, além de defenderem uma sexualidade feminina regrada, o fim dos bordéis e da atividade da prostituição, Lutero e Calvino ressaltavam a instituição patriarcal do casamento como fundamental para a vida em sociedade, visto que sua finalidade principal seria a geração de herdeiros. Na atualidade ainda podem ser observados vestígios dessas concepções e práticas que enfatizam a associação da prostituição com a promiscuidade e a imoralidade.

Há um episódio que revela a constante repressão das prostitutas pelas autoridades religiosas, católicas e/ou protestantes, mas que também revela o apoio da população à categoria. Este se deu em decorrência da decisão dos reformadores católicos de erradicá-las da cidade de Roma, por meio de decreto do Papa Pio V. Quando o decreto estava a ser cumprido e as prostitutas com seus filhos e dependentes se encontravam prestes a deixarem a cidade, ergueu-se uma comoção e pressão por parte da população e Pio V revogou sua decisão (Roberts, 1998).

Em face da repressão das autoridades religiosas e mesmo do Estado era a prostituta de rua a que mais sofria coerções. Ainda no século XVI, o Estado Absolutista teve no advento da propagação da sífilis⁷ uma excelente justificativa para camuflar seus reais motivos sociais e políticos para a perseguição a essas mulheres (Roberts, 1998). O problema de saúde constituiu

⁷ A justificativa da repressão da prostituta com fins de frear a propagação da sífilis se mostra permeada de valores morais, pois naquela época não se tinha conhecimento como de fato se dava o contágio, inclusive cogitando a transmissão da doença pelo ar.

motivo e simbolismo convincente e conveniente para reforçar ainda mais o controle sobre a sexualidade, na medida em que era usada como argumento para elevar a moralidade. Contudo, fosse por causa dos subornos pagos, fosse pela simples vontade dos fiscais, o comércio da prostituição se mantinha.

Durante o século XVII mesmo com a perseguição severa dos puritanos⁸, as mulheres exerciam sua atividade, em bordéis, nas ruas, em outros estabelecimentos e até em casa. O que despertou desconfiança, monitoramento e mais repressão sobre famílias que fossem compostas por várias mulheres morando em uma única residência. Como descreve Roberts (1998), “em Wells, a viúva Mary Chaddock e suas filhas Margery e Mary foram perseguidas por manterem um bordel em sua casa” (p. 164). Essas mulheres, algumas conhecidas por terem herdado o trabalho das mães⁹, também incomodavam pela enfática defesa da contracepção e do aborto, pois viam os filhos como algo desnecessário e indesejado.

A repressão contra a prostituição fazia eco com o novo conceito de família nuclear, a castidade feminina, a defesa da maternidade e a do papel da mulher enquanto educadora dos filhos que futuramente seriam mão de obra para a indústria e para o exército. Esses aspectos da vida cotidiana constituíram preocupação central dos pensadores do Iluminismo – sendo Rousseau um dos principais – e da nova classe denominada burguesia que competia com a aristocracia como potencial classe dominante (Batinder, 1985). Naquele contexto, a fortificação da família nuclear se deu pela consolidação de um ideário que pregava o papel da mulher na família, com o objetivo de edificar a base para o sistema capitalista, em que o

⁸ “Os puritanos surgiram como reação à renovada lassidão moral (como a enxergavam) das instituições inglesas. E levaram a extremos a ética de trabalho protestante, denunciando todas as formas de prazer como pecadoras” (Roberts, 1998, p. 160).

⁹ Como é o caso da famosa cortesã NellGwyn, que servia bebidas no prostíbulo de sua mãe e chegou ao topo da hierarquia da prostituição quando tornou-se a amante favorita do Rei Carlos II. Nessa linha de personagens históricos, o filósofo iluminista d’Alembert era filho da cortesã e intelectual Claudine com o poeta Louis Camus, e foi entregue pela mãe para ser criado por família adotiva (Roberts, 1998).

homem é apresentado como produtor da riqueza do seu país (Batinder, 1985). Entretanto, a tendência da aristocracia à boêmia e à prostituição, mais o status obtido por algumas daquelas mulheres evitou que a atividade sofresse por completo com a repressão e o estigma (Roberts, 1998).

A consolidação da burguesia como classe dominante e do capitalismo como modo de produção, resultou em mudanças sociais, políticas e econômicas que atingiram diretamente a vida das mulheres, especialmente as de baixo poder aquisitivo. Ao longo desse processo, as mulheres foram duplamente deixadas à margem: primeiro porque o fato de pertencer ao sexo feminino lhes dava poucas opções de emprego; e segundo porque de acordo com a lógica capitalista, o casamento só era favorável àquelas que tinham posses ou capital para oferecer aos futuros maridos. Também por isso a prostituição se constituiu saída para aquelas que não conseguiam casar, para as que não suportavam trabalhar exaustivamente durante 14 a 16 horas ao dia ou para as que constituíam o exército industrial de reserva.

Decorrente do elevado número de mulheres que enveredou pela prostituição, o mercado do sexo rapidamente se saturou, comprometendo a sobrevivência de algumas delas e de seus filhos. Em decorrência disso, pequenos furtos e alguns crimes mais severos foram relacionados a elas e aos seus descendentes. De acordo com Roberts (1998),

Em outras áreas da cidade, as prostitutas da classe trabalhadora eram obrigadas a ser um pouco mais cautelosas em relação ao seu comércio, particularmente as dollymop, ou prostituta em tempo parcial. Uma mulher, viúva de 32 anos e com dois filhos para sustentar, foi entrevistada na década de 1880 pelo sexólogo pioneiro Havelock Ellis, que registra: Ela ganhava dezoito shillings por semana em uma fábrica de guarda-chuvas no East End: às vezes usava a rua próxima a uma das grandes estações ferroviárias. Uma pessoa satisfeita e matronal, que parecia bastante comum, exceto pelo fato das suas saias serem mais curtas que o normal. Se falassem com ela, podia retrucar que estava ‘esperando por uma amiga’, falar de maneira afeta sobre o tempo e,

de passagem, introduzir seu convite. Podia conduzir um homem até alguma das silenciosas vielas da vizinhança, repletas de prostíbulos, ou levá-lo para sua casa. Pegava o que pudesse conseguir (...) às vezes uma libra, mais frequentemente apenas 6 dimes; em média, conseguia alguns shillings em uma noite. Embora não fale bem da polícia, diz que eles não interferem tanto com as habituais; nunca lhes dava dinheiro, mas às vezes gratificava seus desejos para ficarem em bons termos (p.234).

Em tal contexto, as prostitutas da classe trabalhadora – que também trabalhavam na indústria compondo o operariado pobre e eram, geralmente, mães que atendiam seus clientes nas ruas ou em casa – foram as mais afetadas pela repressão policial, sendo frequentemente associadas ao crime. De acordo com Roberts (1998) algumas tentavam separar a vida doméstica do comércio do sexo, o que resultou no florescimento do comércio paralelo de aluguel de quartos, creches e serviços de ajudante. “Algumas prostitutas independentes preferiam manter suas vidas de trabalho e doméstica separadas, particularmente as mulheres com filhos pequenos: as hospedarias e as agências adequavam-se perfeitamente ao programa” (Roberts, 1998, p. 236).

O sistema de repressão incidia sobre as prostitutas punições e perdas e também acarretava consequências aos seus filhos. Segundo Roberts (1998),

Uma prostituta registrada, Amélie Renault, foi presa certa noite quando saía tarde de sua casa para comprar remédio para o seu filho doente. A polícia recusou-se a acreditar em sua história e fez Amélie passar a noite na cadeia; na manhã seguinte acompanharam-na até em casa, onde a criança foi encontrada morta (pp. 245-246).

No Novo Mundo, especificamente nos EUA, a prostituição tornou-se um mercado promissor. Pois, o comércio de sexo que envolvia a classe alta se destacava, movimentava a economia, empregava mães solteiras e enriquecia os donos de bordéis. De acordo com Roberts, 1998:

Este tipo de bordel podia alojar várias prostitutas em quartos nos fundos; alugar um quarto por cerca de dez dólares por semana deixava uma mulher com pelo menos dez dólares de lucro – o que era ainda dez vezes a média semanal nacional do salário da mulher (p. 255).

Como é possível depreender do exposto acima, a atividade da prostituição está ligada à questão histórica e trabalhista que envolvem gênero. Já que os salários das mulheres no século XIX eram tão baixos que não supriam as necessidades básicas delas e dos seus filhos, o que as levava a se prostituírem até mesmo por uma questão de sobrevivência, como uma estratégia de complementação salarial. Como exemplifica Roberts (1998),

Na verdade, a pobreza das mulheres da classe trabalhadora nessa época é difícil de acreditar [...] uma daquelas por ele entrevistadas costurava peitos de camisa das cinco da manhã até meia-noite e ainda não conseguia ganhar o suficiente para se manter e a seu filho; ela também se prostituía (p. 275).

Nesse contexto, a prostituição se mostrava preferível para as mulheres da classe trabalhadora, porque apresentava melhores condições financeiras e de trabalho. As muitas garotas da classe trabalhadora que se tornaram prostitutas já estavam familiarizadas com a sexualidade e com o comércio do sexo, visto que a mãe ou outro familiar já exerciam essa atividade. Assim, após iniciarem suas vidas sexuais na puberdade, optavam pela prostituição como atividade que lhe oferecia maior independência, melhor remuneração financeira e condições de trabalho mais favoráveis, em oposição à pobreza e a falta de oportunidades. Conforme explicita Roberts (1998):

As condições de vida da classe trabalhadora do século XIX, com famílias inteiras dormindo juntas no mesmo quarto, muitas vezes na mesma cama, deixavam pouco à imaginação quando se tratava de sexualidade. Desde muito cedo, as meninas da classe trabalhadora estavam tão familiarizadas com o sexo em si quanto com a venda dele, pois todas as áreas da classe trabalhadora tinham suas prostitutas - muitas vezes as

próprias mães das garotas. O conceito de ‘virtude’ era estranho, como demonstra esta carta a *The Times*, escrita em 1858 por uma prostituta anônima: ‘Eu era uma garota saudável e robusta de treze anos de idade. Já tinha me divertido com meninos da minha idade. Já tinha visto muito e ouvido demais sobre os mistérios do sexo [...] por algum tempo, namorei nos limites de uma forte curiosidade e de um desejo natural, e sem uma partícula de afeto eu perdi – o que? – Não minha virtude, pois nunca tive nenhuma...eu repito que nunca perdi o que nunca tive – minha virtude’ (p. 278).

Em antítese à independência e liberdade sexual da prostituta e à exaltação da sexualidade masculina, a prostituição era entendida como um mal necessário. Já a liberdade da mulher/esposa de família era cada vez mais podada através de uma castração psíquica em que os desejos e a sexualidade feminina foram contidos. Pois, nos moldes burgueses, a mulher/esposa tornava-se fundamental para a procriação e constituição da família. De acordo com Roberts (1998), “sua fidelidade a seu amo e senhor garantia a sucessão patriarcal da propriedade e, ao mesmo tempo, supostamente ancorava a família, permitindo assim que ela enfrentasse os entraves do desenvolvimento econômico” (p. 264).

No decorrer do tempo, as forças hegemônicas e as mudanças sociais, políticas, filosóficas e econômicas determinaram a imagem e a representatividade da mulher (Batinder, 1985) e também o ideário da prostituta, posto como oposição à esposa. Diversos estudos surgiram na tentativa de justificar e comprovar a inferioridade e anormalidade da prostituta, entre eles o do cientista Cesare Lombroso na Itália e o da cientista Pauline Tarnowsky na Rússia, que forneciam um pretenso status científico ao estigma que rondava a prostituição. A ciência médica colaborava para enquadrar a mulher nos parâmetros da família nuclear burguesa, de um lado condenando a mulher mundana e a prostituta e de outro exaltando a mulher considerada de família (Costa, 2010).

Em face da condição social que compartilhavam as prostitutas apresentavam certa solidariedade entre si, especialmente quando se tratava do cuidado com os filhos. Ao mesmo tempo em que se notava uma familiarização dos filhos das prostitutas com a sexualidade – fruto de uma cultura do lazer que incluía o prazer sexual – e as desigualdades sociais e as condições precárias das moradias, também chamava a atenção a integração entre as companheiras de profissão para suprir as demandas relacionadas aos seus filhos. Esclarece Roberts (1998) que,

Quando uma mulher não podia pagar para cuidarem do seu bebê em uma creche, as outras mulheres cotizavam-se para ajudá-la. Quando uma prostituta engravidava e perdia o seu bebê, as mulheres cercavam-na de toda proteção “de suas próprias irmãs e mãe” (p.283).

Ainda sobre as formas de cuidar dos filhos, embora sob uma nova perspectiva, merece atenção a afirmação de Bacelar (1982), que a respeito da realidade específica das prostitutas de rua afirma que:

A pobreza, as pressões do sistema econômico, o estilo de vida da prostituição, as doenças, as prisões, a informação precária quanto aos métodos anticonceptivos ou a impossibilidade de usá-los, são alguns dos fatores que favorecem a entrega permanente ou parcial dos filhos pelas mães às “criadeiras” (p. 72).

Mesmo em face dos inúmeros problemas decorrentes da prostituição, pouco se alterava na relação mãe e filho, ainda que eles compusessem ambientes familiares distintos, a relação que os unia não se extinguia. Pois, continuava ativa por meio de visitas e contatos constantes, além do suporte financeiro que as mães garantiam para que as criadeiras continuassem a cuidar dos seus filhos.

Por outro lado, em decorrência dos movimentos que enfatizavam a pureza social no século XIX, os filhos das prostitutas estavam sujeitos a serem retirados de forma abrupta dos

seus lares pelas autoridades, o que se observava constantemente. Juntamente com os feministas butleristas¹⁰ e os cristãos de direita, os puritanos tinham por objetivo controlar a sexualidade da classe trabalhadora. O intuito era incutir os valores e costumes da classe burguesa, notadamente a moralidade e a pureza social e os filhos das prostitutas foram elegidos como alvo principal dessas iniciativas. Conforme reitera Roberts (1998),

Em 1880, Ellice Hopkins promoveu o *Industrial Schools Amendment Act* (Ato da Emenda das Escolas Industriais), que ligava a ênfase da pureza na infância a sua preocupação com a prostituição: conferia à polícia autoridade para remover as crianças das casas onde as prostitutas viviam e colocá-las em Escolas Industriais, assim privando as crianças de suas mães, e vice-versa (p. 302).

Ademais, a disseminação das doenças venéreas foi associada à prostituição, possibilitando o desenvolvimento do argumento necessário para estigmatizá-la cada vez mais. Os filhos foram os que mais sofreram com as consequências disso, pois quando constatada a infecção em uma mulher, ela era obrigada a realizar exames periódicos, isolada em hospitais e privada da liberdade até o fim do tratamento que durava cerca de três meses. E “no retorno ao mundo lá fora, uma mulher muitas vezes ficava sabendo que seus filhos haviam sido levados para o reformatório” (Roberts, 1998, p. 294).

A política de criminalização da prostituição da época materializava-se nos atos de autoridades como advogados, assistentes sociais e juízes. Os procedimentos incidiam diretamente sobre a vida do filho da prostituta, pois almejava-se seu afastamento do convívio com a mãe que era considerado inapropriado.

Como já dito, por meio das perseguições impostas às prostitutas, que juntamente com seus filhos eram tidos como a escória da sociedade, os puritanos visavam moldar a

¹⁰ Segmento de feministas da classe média que mesclavam o feminismo com o cristianismo, sendo lideradas por Josephine Butler.

sexualidade da classe trabalhadora. Roberts (1998) esclarece que “a cultura da classe trabalhadora foi alvo favorito dos encontros de mães, convocados para instruir as mulheres da classe trabalhadora sobre a maneira de suprimir a sensualidade de seus filhos” (p. 313).

Durante o século XX as grandes Guerras Mundiais trouxeram para a humanidade novas preocupações, o que acabou deixando a discussão acerca da prostituição e da sexualidade em segundo plano. Posteriormente, a economia do pós-guerra expandiu o consumo, acarretando uma necessidade maior de trabalho para poder adquirir bens, que se tornaram desejo das pessoas pela ação da propaganda, em geral. A partir dessa expansão, e com a grande oferta de trabalho, foi possibilitado às mulheres, tanto as casadas quanto as solteiras, uma maior inserção na força de trabalho da época.

Porém, o ingresso da mulher no mercado de trabalho se construiu em condições precárias e com remuneração inferior a do homem, além de ser atribuída a ela a dupla carreira de família e profissão (Fonseca, 1996). De maneira que a prostituição ainda se apresentava para as mulheres solteiras e com filhos para criar uma alternativa viável para o consumismo em massa, que culturalmente se apresentava como padrão de vida. Como esclarece Roberts (1998):

Particularmente para as mulheres da classe trabalhadora que criavam seus filhos sozinhas, a prostituição era o único tipo de trabalho através do qual podiam escapar da armadilha da pobreza e proporcionar a seus filhos o tipo de padrão de vida que o belo novo mundo da propaganda na televisão apresentava como norma (p. 332).

Na Inglaterra, em 1959, foi sancionada a lei denominada de Ato das Ofensas Sexuais que dava a polícia a autoridade para prender e reprimir as mulheres que no seu entender estivessem manifestando um comportamento sexual inadequado em público. Essa lei incidiu diretamente na vida da prostituta. O apelo sensual das vestimentas, dos gestos e da postura,

visando atrair os clientes e antecipar os prazeres sexuais que podem ser ofertados (Gaspar, 1985) resultou numa rotina de multas e prisões. Isso onerou excessivamente o cotidiano e gerou um ciclo vicioso, no qual as mulheres tinham de prostituir-se cada vez mais para pagar as multas que recebiam (Roberts, 1998).

A repressão promovida pelo Ato das Ofensas Sexuais também trouxe consequências diretas para as pessoas do convívio das prostitutas, como filhos, maridos, namorados, amigos, entre outros. Por serem, geralmente, do sexo masculino, essas pessoas eram comumente associadas à administração de bordéis e cafetinagem, atividades consideradas ilegais. Essa situação é ilustrada pelo depoimento de uma mulher membro da Associação Inglesa de Prostitutas, citada por Roberts (1998):

Ele pode ser seu filho, seu marido ou um amigo, homens que não são, de modo nenhum, cafetões, pelo que nos diz respeito. Mas a lei nos atinge através deles. A polícia molesta comunidades inteiras e círculos de amigos sob o pretexto de estar caçando cafetões (p. 352).

Tal quadro, como ressalta Roberts (1998), “também mostra que as leis são usadas contra as prostitutas – considerando-as mães inadequadas e colocando seus filhos em instituições públicas – com a maior insensibilidade” (p. 385). Como resultado, é novamente a prostituta de rua que mais irá sofrer na pele as duras repressões ao exercício do seu ofício. Sobre ela recaem prisões, multas e perda da guarda dos filhos, os quais são levados para instituições de acolhimento quando as mães são presas. É em face de situações como essas que melhor são entendidos os depoimentos apresentados por Roberts¹¹ (1998) e Bacelar (1982), nos quais as prostitutas revelam uma preocupação constante com a necessidade de ganhar dinheiro para sustentar os filhos, independentemente da ajuda do pai, marido ou

¹¹ Uma pesquisa de 1980 na Inglaterra revelava que 70 por cento das prostitutas ativas eram mães solteiras.

namorado. Essas mulheres agregam um valor e uma visão positiva ao seu trabalho quando o observam sob esse ponto de vista.

Na família da prostituta, geralmente não há uma legitimação social da paternidade, de maneira que as famílias são compostas por elas e seu (s) filho (s), os quais dividem uma residência comum, que é sustentada pela atividade da prostituição. Esclarece Bacelar (1982):

Na família da prostituta os filhos nascem, se alimentam e se educam, graças basicamente ao trabalho da mãe. Local de produção e reprodução da força de trabalho, é sobre a prostituta que essencialmente se fixa a produção de valores de uso doméstico e as relações capitalistas de produção. O mais alto grau de exploração do trabalho da mulher afirma-se na família da prostituta. Além da exploração da sua força de trabalho ou do produto do seu trabalho, com a responsabilidade da sua auto-reprodução, tem sobre si a reprodução dos filhos, membros do grupo doméstico (p. 109).

Nessa perspectiva, Roberts (1998) nos apresenta o caso de duas prostitutas norte-americanas, Trancy Leah e Sunny Carter, que entraram na atividade em face da realidade dos filhos. No caso de Sunny Carter, sua história de vida ganha um realce especial quando ela decide pela prostituição com o objetivo de proporcionar uma vida mais agradável para o filho que sofria de fibrose cística e a quem restavam poucos anos de vida. Seu depoimento manifesta um dos motivos históricos que levavam, e levam, as mulheres a escolher como profissão a prostituição: o salário mais atraente do que o mercado oferece e um menor período de tempo gasto no trabalho, resultando em mais tempo livre. Afirma ela, citada por Roberts (1998):

Proporcionei ao meu filho a vida mais plena que eu pude, e o dinheiro era fundamental. A prostituição proporcionou o dinheiro e, mais importante ainda, deu-me o tempo livre que eu não teria com qualquer emprego 'de verdade' das nove às cinco. Proporcionou a melhor escola particular, a possibilidade de viajar, os melhores cuidados médicos (p. 388).

Ainda no século XX, na década de 1960, o radicalismo de determinadas esferas da sociedade, algumas correntes feministas e movimentos religiosos, bem como uma série de assassinatos de prostitutas e o viés cada vez mais radical, punitivo e criminoso sobre essa atividade culminou em forte tensão sobre todos que conviviam naquele ambiente. Tal situação desembocou em protestos nos quais mulheres ocuparam a Igreja de *St. Nizier* na França e o Centro *King's Cross* na Inglaterra, com faixas onde se lia: “nossos filhos não querem suas mães na prisão”, reivindicavam as francesas; e “as mães precisam de dinheiro. Fim da ilegalidade policial e do racismo em *King's Cross*”, no protesto na Inglaterra (Roberts, 1998, p. 408).

As prostitutas apoiadas por padres e alguns defensores da igreja onde estavam acampadas, reivindicavam mudança no tratamento até então recebido, marcado por prisões, multas, abusos e ameaças da polícia, além do fim da perseguição a seus filhos, sua retirada do lar e o encaminhamento para instituições (Roberts, 1998). Os protestos expressavam as angústias das mulheres, que para conseguir atenção da sociedade para sua causa elaboraram uma carta aberta à população. Um dos principais assuntos do documento referia-se ao fato delas criarem sozinhas os filhos e do medo de perdê-los em face da repressão constante que sofriam e que habitualmente culminava na retirada dos seus filhos do lar.

Conforme visto, o estigma sobre a mãe prostituta é repassado aos filhos, que são tidos como o fruto de um modo de vida considerado devasso e leviano, de mulheres rotuladas como impuras, sujas e imorais (Costa, 2010). Essa condenação é maximizada quando o aspecto cultural se junta ao econômico e, assim, o preconceito para com a prostituta e o seu filho cresce tendo em vista seu baixo poder aquisitivo. A intolerância e o preconceito atingem, principalmente, a prostituta de rua e os seus filhos (Silva e Oliveira, 2009).

Como pode ser observado ao longo da história, também os filhos das prostitutas são rotulados como imorais, impuros e frutos do “pecado” da prostituição. São tratados ora com repulsa e desprezo ora com piedade e pena. Os discursos observados atualmente em torno dessa questão ainda revelam a forte presença de uma ideologia machista e de cunho cristão conservador.

1.2 PROSTITUIÇÃO E ESTIGMA NA CONTEMPORANEIDADE

A presente abordagem do tema da prostituição e do estigma busca relacioná-los ao contexto em que se insere este trabalho. Para tal, iniciaremos uma discussão através do âmbito jurídico e do resgate histórico da prostituição no Brasil como parâmetro para situar a prostituição e o seu estigma na contemporaneidade.

Na década de 1960, os movimentos sociais emergem problematizando as questões da desigualdade de gênero. Nessa medida crescem as organizações de prostitutas reivindicando seus direitos sociais e trabalhistas, o que culmina em uma maior visibilidade da categoria e na pressão social pelo reconhecimento da prostituição como profissão e das prostitutas enquanto profissionais (Rodrigues, 2009).

Nos anos 1960 e 1970 consolidaram-se os movimentos de defesa dos direitos das prostitutas, a busca pelo reconhecimento da prostituição como “um trabalho como outro qualquer”, o que proporcionou a mudança do termo para designar aqueles que trabalham no comércio do sexo: profissionais ou trabalhadores do sexo (Roberts, 1998).

No Brasil as reivindicações desse grupo social se materializam na década de 1990 com a mudança do enfoque das políticas públicas ao englobar esses sujeitos e incorporar as suas perspectivas e direitos. No que se refere à jurisprudência, a prostituição – uma das atividades

mais antigas do mundo visto a sua ligação com a Antiguidade – não é atividade legalizada no Brasil, embora a prática não seja considerada crime e esteja incluída na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO). Acerca dessa situação, Rodrigues (2009) discorre:

O novo CBO traduz o reconhecimento por parte do MTE da “profissão do sexo” como uma trabalhadora e inovou ante o modelo tradicionalmente adotado no país para o enfrentamento da questão da prostituição. A medida foi ao encontro da posição defendida pelo movimento de prostitutas de retirar tudo o que diz respeito à prostituição do Código Penal, tratando as questões relacionadas à atividade, na esfera da legislação trabalhista (p. 70).

Entretanto, Rodrigues (2009) expõe o estigma que ainda se instaura sobre a atividade, pois, ainda que reconhecida pelo CBO, a prostituição e os elementos em seu torno ainda não são tratados sob a ótica trabalhista, o que reforça o estigma construído historicamente sobre a atividade. Outros elementos da prostituição são abordados pelo Código Penal que tipifica como crime a atuação do intermediário entre as prostitutas e quem usa os serviços, punindo com pena de um a três anos aquele que “induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem” (BRASIL, 1940).

O Código prevê punição àqueles que atraem pessoas para a prostituição. Nos casos em que o agente for parente de primeiro grau da vítima, a pena pode chegar a oito anos. A lei tipifica crime manter casa de prostituição ou locais destinados a encontros sexuais com pena de até cinco anos de reclusão. O rufianismo, que consiste no proveito da prostituição dos outros com divisão dos lucros, é passível de pena de até quatro anos (Domingues, 2007).

É essa a conjuntura em que a atividade da prostituição é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como ocupação, constando na Classificação Brasileira de Ocupações – que objetiva descrever as diversas ocupações existentes no mercado de trabalho (BRASIL, 2002). Embora existam projetos de lei que pautem a legalização da prostituição, o

processo político esbarra no conservadorismo da sociedade e de seus representantes, pois, a barreira para a legalização da prostituição no Brasil tem um fundamento histórico e reflete o preconceito existente sobre a atividade.

Nessa medida, a história nos revela situações estigmatizantes pelas quais passaram e/ou passam as mulheres prostitutas. Goffman (1891/ 2004) expõe que o estigma tem sua gênese nas relações sociais entre os indivíduos, num embate entre que é considerado normal e anormal; sinalizando um atributo de cunho depreciativo ao indivíduo, que desfocaria do modo que se deve agir ou ser, ou seja, daquilo que é considerado normal. Conforme reitera o autor:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso (Goffman, 1891/2004, p. 6).

Além do mais, o estigma estabelecido a partir de determinada característica fundamentaria toda a identidade do indivíduo. De acordo com o recorte do objeto de estudo deste trabalho, isso reforça a ideia de que a mulher que pratica a atividade da prostituição possui determinadas características que a distanciam do ideário de mãe. O que culmina em uma cultura de violência desde a física a simbólica, associando cotidianamente estas e os seus descendentes à situações e expressões depreciativas e humilhantes (Silva e Oliveira, 2009).

Dessa forma, historicamente as prostitutas divergem do padrão de comportamento estabelecido para a mulher, o que vinculado aos princípios, convicções e normas sociais vigentes faziam crescer o estigma sobre essas mulheres. O quadro das prostitutas se potencializou quando ocorreu uma grande epidemia de doenças sexualmente transmissíveis – como a sífilis tida como mais um motivo para acabar com a prostituição – o que culminava na

imagem da prostituta pecaminosa e demoníaca, que também representava uma ameaça à saúde.

Logo, a atividade da prostituição que é historicamente ligada à questão social era popularmente equiparada a assassinato, roubo, entre outros crimes. Isso resultava na atenção das autoridades públicas, sob o intuito de interferir e controlar a prostituição para fins de fiscalizar e manter a ordem e a saúde pública. Como a história nos revela, na Roma Antiga as prostitutas recebiam registros de inscrição, mas não possuíam nenhum direito como cidadãos; mesmo aquelas que não eram escravas, estavam sempre a depender de decisões hierárquicas. Assim como na Idade Média em que eram constantemente reprimidas e diferenciadas das mulheres de família.

Dessa maneira, observamos que o Período Clássico e a Idade Média fornecem elementos para a consolidação da prostituição e da imagem da prostituta como a conhecemos atualmente. Tanto no que se refere à hierarquia e a nomenclatura, visto que a designação de prostituta hoje se tornou genérica, quanto ao tratamento e diferenciação dessas mulheres que continuam vulneráveis às ações de autoridades; como os policiais que exercem atitudes repressoras e por vezes impõem taxas e multas além de lhes restringir a livre circulação, concentrando-as em locais específicos.

No Brasil a prostituição ganhou destaque no final do século XIX, em decorrência da expansão da atividade, quando a mão de obra escrava foi aos poucos sendo substituída pela mão de obra europeia. Segundo a hierarquização existente no universo da prostituição, que exprime os contrastes sociais, surgiram dois tipos de prostitutas: as polacas, proletárias do sexo de origem humilde, e as francesas, prostitutas de luxo que gozavam boas condições de vida (Cardoso, 1997).

No início do século XX, seguindo a tendência internacional, na qual a medicina apresenta um caráter social e público voltado para o controle de epidemias, a prática médica não mais se concentra no âmbito privado e os médicos brasileiros passam a buscar o controle do espaço público, sobretudo, por meio das prostitutas. Desta forma, consideravam essa atividade um mal necessário que deveria ser controlado e regularizado, a fim de eliminar toda a clandestinidade, que de certa forma não poderia ser controlada pelas autoridades policiais.

A categoria médica da época se dividiu entre aqueles que defendiam o regulamentarismo e os que defendiam o abolicionismo. Os primeiros, influenciados pelos médicos higienistas franceses, tinham o objetivo de normatizar a prostituição para manter a estabilidade da família e da sociedade, viam-na como um mal necessário. Entre outras demandas exigiam o registro de todas as prostitutas, que deveriam ser vigiadas pelas autoridades policiais e sanitárias. A residência delas deveria ser em bairros distantes de escolas, igrejas e instituições familiares, bem como o isolamento e o tratamento obrigatório das prostitutas doentes. Aqueles que defendiam o abolicionismo também viam a atividade como necessária à manutenção da ordem social, buscando o controle e a moralização dos instintos. Porém criticavam, principalmente, o registro legal da prostituta, pois consideravam que as mulheres viravam prostitutas eternas em decorrência dessa classificação/registro e ficavam a mercê das autoridades, especialmente a policial. Em decorrência disso, eram marginalizadas e sofriam constantemente a violação de direitos e de liberdade individual (Cardoso, 1997).

Embora o discurso médico se dividisse em dois ambos atuavam a fim da moralização, controle das condutas e repressão dos “instintos sexuais”. Visto que a sexualidade que a prostituta representava era classificada, nos parâmetros sociais e médico/científico, como uma sexualidade pervertida. Ou seja, uma doença, defeito inerente à natureza de certas pessoas que

as levavam a cometer tais atos infracionais (Cardoso, 1997). Tal constatação aproxima-se da discussão realizada por Goffman (1891/2004) ao retratar a posição de inferioridade que é atribuída ao indivíduo que é estigmatizado:

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social (p. 8).

Ao associar o exposto acima com a realidade da prostituta, cuja prática era entendida como um desvio de comportamento e um atributo doentio e perverso, é possível observar o controle e o poder exercido pelas autoridades nos períodos expostos acima. O discurso concentrava-se na ordem pública e na separação das mulheres honradas e honestas das prostitutas, o que não é muito diferente da atualidade, que além de modernizar esses discursos, ainda agrega ao universo da prostituição a valorização do discurso médico e sanitário. A partir disso, se construiu um ideal de sexualidade – pautado pelo discurso médico, fundamentado na racionalidade científica e conectado a moral – que passará a classificar o que é patológico ou não no que se refere à sexualidade. Esse discurso tem origem no século XIX em que o sexo será subordinado à reprodução através da medicalização. Os aspectos da vida diária passam a ser objeto de estudo da medicina, a fim da manutenção das normas sociais.

Assim, almejando o controle reprodutivo da sociedade, a intervenção e o controle social se dão inicialmente através do corpo da mulher (Vieira, 2003). De modo que o corpo feminino deverá estar condizente com as normas sociais vigentes, a saúde sexual se enquadraria num casamento heterossexual com finalidades reprodutivas e com o objetivo de

constituição de uma família. O prazer feminino representaria uma barreira a esses ideais, já que tudo que escapasse desse discurso era considerado distúrbio. Nesse viés, o saber médico irá incidir em vários aspectos da vida social como a demografia, a regulação das taxas de natalidade, a fecundidade, entre outras questões que irão envolver a população aos cuidados médicos e sanitários. A medicina como fornecedora da base científica para a fundamentação e exercício da disciplina e do poder do Estado (Vieira, 2003).

Os discursos sobre a prostituição que antecederam a década de 1980 são mais uma vez reformulados a partir do viés sanitário e médico, as infecções transmitidas pelo sexo – as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) – são classificadas como um grave problema de saúde pública e recebem, a partir da deflagração das epidemias, a atenção constante das autoridades. A prostituta se torna um dos públicos alvos das campanhas de prevenção a DST, visto que o seu meio de trabalho, a relação sexual, consiste no meio de transmissão dessas doenças (Moura, 2010). O surgimento da epidemia de HIV/AIDS no século passado colocou a classe das prostitutas no centro das atenções da área da saúde, o que ocasionou o aumento de discriminação, preconceito e repressão à classe, ao mesmo tempo em que possibilitou a sua organização e o fortalecimento político. De acordo com dados, o Brasil possui em média uma organização dessa categoria por estado (Rodrigues, 2009).

O surgimento dessas organizações está ligado ao quadro político de reivindicações e movimentos sociais dessa categoria, refletindo não só sobre ações na área da saúde e jurídica, mas também sobre os direitos humanos e a cidadania dessas mulheres. Em virtude disso, sucedem estratégias que visam o reconhecimento público da profissão e da sua cidadania. Entretanto, o fato dessas organizações terem se desenvolvido e fortalecido com ações voltadas para a prevenção e combate do HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST) culminou no esquecimento e na mudança de foco sobre a questão dos direitos e da

violência que essas mulheres sofrem. Uma vez que as violências sobre as prostitutas tendem a aumentar em decorrência dos elementos que rodeiam esse já estigmatizado mundo. O ato da violência perpassa a esfera privada e se configura também na esfera pública ao se justificar a violência sofrida devido a atividade que exercem. O discurso médico, por vezes, é utilizado para estigmatizar ainda mais o mundo da prostituição e legitimar a marginalização dessas mulheres (Rodrigues, 2009).

Compreende-se que a prostituição vai contra os padrões e as normas sociais impostas às mulheres de esposa e mãe. Através de um discurso de saúde pública e manutenção da ordem, as autoridades visavam, e ainda visam, enquadrar a atividade por meio de medidas sanitárias e médicas. O intuito seria tornar a prostituição uma atividade com uma função social, que receberia a descarga dos instintos masculinos sem oferecer riscos à ordem social e familiar, isto é, condizentes com os ideais e discursos medievais. Em função disso, desde o Período Clássico as mulheres que exercem essa atividade são delimitadas a uma localidade e sofrem constantemente o controle das autoridades médicas-sanitárias.

Pode-se concluir que tais contextos sanitários contribuíram para reforçar a repressão e o estigma da prostituição ao responsabilizar as mulheres prostitutas pela disseminação de doenças, o que serve para justificar o controle, o policiamento e até a prisão. Especialmente a partir da epidemia da AIDS – doença rodeada de estigmas e preconceitos, que teve seu surgimento associado a setores marginalizados da sociedade, como homossexuais, usuários de drogas e prostitutas – o discurso médico e a saúde pública passam a interferir ativamente na prática da prostituição através de medidas profiláticas e preventivas. Com efeito, o fato da imagem dessas mulheres estar associada a doenças que trazem uma carga negativa e estigmatizada culmina na intensificação da rejeição delas por parte da sociedade, assim como no crescimento da marginalização e na omissão de direitos humanos e básicos voltados a essa

categoria, fomentando o estigma e preconceito presentes no século XXI. Sobre essa condição, Fonseca (1996) reforça ser “evidente que a prostituição com seu *status* estigmatizado alvo de repressão policial e censura pelo senso comum não é uma profissão como qualquer outra” (p. 13).

O preconceito e a repressão do senso comum se constataam pela agitação da sociedade brasileira e dos meios de comunicação, no período em que a prostituição foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações, de modo que setores mais conservadores da sociedade se declararam contra essa inclusão. Sobre essa intolerância, influenciada pela cultura do machismo e pela ideologia católica conservadora, Oliveira (2008) reforça o efeito dominó que algumas práticas jurídicas têm acerca da prostituição, o que favorece a criminalização e a violência contra a mulher que pratica a prostituição:

Realmente as leis em alguns países, ao marginalizarem e colocarem na clandestinidade a prostituição e a prostituta, só estimulam atitudes de intolerância e violência contra as mulheres que sobrevivem do sexo [...] Neste aspecto se existe uma dificuldade em se punir a violência contra a mulher concebida como “legítima”, imagine se punir as agressões e crimes contra aquelas tidas socialmente como “ilegítimas” (Oliveira, 2008, p. 6).

Portanto, tais constatações aproximam-se da realidade em que vivem os sujeitos deste trabalho, os filhos e as mães-prostitutas, uma vez que a repressão e o preconceito da sociedade com a atividade que a mãe exerce incidem em diversas esferas da vida dos seus descendentes.

2 FAMÍLIA E MATERNIDADE NO UNIVERSO DA PROSTITUIÇÃO

Perdi. Porque quando você se assume, um monte de coisa pode acontecer. Você pode ter o apoio de muita gente, como de fato eu tive na vida, muita gente sempre do lado e tal. E o desapoio, se é que existe essa palavra, o desapoio de um grande número de pessoas, inclusive da família muitas vezes. Então é assumir isso, e quando eu perdi minha filha, uma das filhas eu perdi na Justiça, a outra ficou com a minha mãe. Eu sempre pensei o seguinte: sabe o que acontece? Um dia eu vou ver essas meninas de novo. E pronto. Um dia eu vi de novo, um dia eu convivi de novo, um dia nós voltamos a nos abraçar, a nos beijar, também a brigar, porque assim são as relações.

(Gabriela Leite)

2.1 A PROSTITUTA E A FAMÍLIA

A partir de uma perspectiva histórica, observamos que a família se desenvolve e se modifica ao longo do percurso da humanidade e das suas organizações sociais. Assim como, a trajetória, o desenvolvimento da sociedade e o modo como o homem produz e reproduz a sua vida material interferem na concepção e na formação do que se denomina família. De maneira que esse não é um fenômeno natural, igual desde o seu aparecimento, mas uma construção social dinâmica, sujeita às peculiaridades da cultura e da organização social.

No estudo sobre a constituição e o desenvolvimento histórico da família, Engels (1884 / 2002) assinala três grandes estágios de desenvolvimento da humanidade e as suas formas particulares de organização familiar: o Selvagem, a Barbárie e a Civilização. No estado Selvagem, em tempos pré-históricos, havia a apropriação direta dos produtos da natureza, predominava a comunidade conjugal entre os sexos – matrimônio por grupo – e a poligamia se estendia a toda tribo; esse período é marcado pelo desconhecimento da paternidade. Na Barbárie foi marcada pelo surgimento da agricultura, da criação de gado e

pelo avanço da produção humana e da utilização dos recursos da natureza; o grupo foi reduzido ao casal. Já na Civilização é onde se observa a complexificação dos produtos naturais, da arte, da indústria e do modelo da monogamia. Nesse último estágio já se observa o predomínio do homem como referência na reprodução dos filhos, com o intuito de garantir a preservação e a perpetuação dos bens da família.

As circunstâncias expostas revelam as transformações na estrutura familiar ao longo da história. Transitamos de uma fase inicial constituída por famílias poligâmicas, em que o homem constitui laços com várias mulheres ao mesmo tempo; famílias poliândricas, nas quais as mulheres possuíam diversos maridos com base na autoridade e poder matriarcal; para a monogamia, união estabelecida entre um homem e uma mulher, alicerçada no patriarcado difundido pela cultura ocidental.

O surgimento do Estado e da propriedade privada foi responsável pela configuração do modelo contemporâneo de família, em que o ordenamento do seio familiar é baseado na relação monogâmica entre homens e mulheres (Engels, 1884/2002). Nesse contexto, a mulher foi colocada em uma posição de subordinação perante o homem e tal situação foi refletida em diversas esferas da vida social feminina como a econômica, a profissional e a cultural.

Ao tomar como referência os estudos de Ariès (1986) – voltados ao resgate da vida social da criança e da família, suas relações na vida privada e as mudanças ocorridas nelas, entre os séculos XII e XVII – é possível observar que até o fim desse período inexistia a noção de família como sentimento e valor e predominava a baixa intimidade nas relações familiares. Tal fragilidade era suprida pelo convívio social vivido em sua plenitude, no qual o lugar da família era ocupado pelas relações que se estabeleciam no meio social. A questão da linhagem se mantinha, pois, consistia no principal sentimento familiar conhecido durante a Idade Média.

A essas transformações na família acrescenta-se a mudança do lugar da criança (Ariès, 1986). Durante muito tempo ela foi considerada um ser sem valor, inacabado e sem voz, comparado a páginas em branco que posteriormente seriam preenchidas para a vida adulta. Essa visão expressava o lugar que a criança ocupava na estrutura da sociedade, considerada um adulto em miniatura, destituído de razão e por isso situado numa posição de inferioridade em relação ao homem adulto, racional (Caldeira, 2008). No século XVI, observou-se uma mortalidade infantil gritante, fruto das péssimas condições de higiene, dos acidentes domésticos e dos hábitos cotidianos marcados por negligência nos cuidados com os membros desse grupo etário. A explicação para essa realidade está no fato de grande parte das famílias entregarem seus filhos até os quatro ou cinco anos para serem criados por amas-de-leite, que embora fossem pagas pelo seu trabalho não tinham condições de cuidar devidamente dos pequenos, colocando-os em situações de risco que implicavam diretamente na sua sobrevivência. Depois de certa idade, os que sobreviviam retornavam para casa (Badinter, 1985).

No início do século XVII, essa visão sobre a criança começa a mudar timidamente quando a nascente ciência da Demografia tornou explícita e preocupante para as autoridades da época a alta taxa de mortalidade infantil. Esse quadro foi analisado no contexto do surgimento das teorias econômicas, que entendiam o homem como o produtor da riqueza da nação, futura mão-de-obra industrial e bélica. No centro da discussão estava a necessidade de diminuir a mortalidade infantil e de conceber um novo olhar sobre a criança, este futuro adulto que seria um soldado para a guerra e um produtor de riqueza para o Estado. Nesse contexto, consolida-se a importância de haver certo cuidado com a vida doméstica, com a maternidade e com a criança. Esta, até então desvalorizada socialmente, passa a ser valorizada

de modo que sobre ela incidem os discursos filosófico, religioso e econômico (Badinter, 1985).

Nesse período, do ponto de vista do discurso filosófico marcadamente iluminista, a felicidade foi instituída como fundamento estruturante da vida, o que exerceu influência sobre o comportamento familiar e instruiu os homens e mulheres a se tornarem bons pais em nome do dever e da felicidade, remetendo o cuidado da criança à esfera moral. A isso se soma o discurso religioso, cujos valores incutiam nas mulheres os preceitos da maternidade, julgados naquela época como fundamental para a sobrevivência da criança. Esses discursos eram conectados às teorias econômicas que situavam a riqueza da nação na sua população e naquilo que ela produzia, levando a repensar as crianças como uma potencialidade do Estado e trazendo à cena a preocupação com a mesma (Badinter, 1985).

No século XIX, no contexto da Revolução Industrial, da consolidação da estrutura familiar burguesa, da lógica do controle da natalidade e da redução da quantidade de filhos, observou-se uma maior interação e aproximação entre pais e filhos, contribuindo para o surgimento da afetividade (Demenech, 2013). Isso não significa dizer que na época anterior à Revolução Industrial não tenha existido sentimento entre os genitores e os seus filhos, mas sim que existiam diferentes tipos de relações e sentimentos. Na Idade Média, por exemplo, estes eram fundamentados na linhagem da família (Ariès, 1986).

Ariès (1986) mostra que a família e a sociedade passaram a se organizar em torno da criança, valorizando e reconhecendo as etapas especiais e singulares dessa faixa etária. A família ficou restrita às crianças e aos pais, de modo que a intimidade e a proximidade do carinho e do cuidado paterno tornaram mais fortes os vínculos de afetividade. Como expressão desse novo sentimento, passa-se a distanciar a criança do mundo adulto, em contraposição à inocência dessa fase, e a acompanhar seu desenvolvimento. Para tanto a

aprendizagem por meio de tutores, na qual as crianças eram levadas como aprendizes para outros lares, é substituída pela criação das escolas. “A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança” (Ariès, 1986, p. 159).

A família moderna foi assim considerada a instituição mais significativa da ordem social, tornando-se a preocupação central da sociedade e do Estado. Nessa dinâmica “instituiu-se um modelo de família que vem a ser identificado como a própria família” (Bacelar, 1982, p.3), baseado no matrimônio entre homem e mulher e nos seus filhos. Acerca dessa visão tradicional e da sua constituição social, observa Claudia Fonseca (2004) que,

Lá onde Freyre nos explicava “o tradicional”, Parsons (1955) esclarecia tudo que queríamos saber sobre a família “moderna”. As análises dele, baseadas na observação de famílias de camadas médias americanas na década de 50, serviram para impor, na consciência de toda uma geração de pesquisadores, a família nuclear e conjugal como *sine qua non* da modernidade. Ao destacarem a “normalidade” no sentido estatístico desse modelo, as análises deslizavam facilmente para julgamentos morais. Essa família – de um casal monogâmico e todos seus filhos menores – parecia brotar diretamente da natureza humana, sendo vista como necessária para o desenvolvimento sadio de todo e qualquer pessoa (p.4).

Como é possível depreender da citação acima, a construção desse imaginário sofreu influências da filosofia e da ciência, que nortearam sua definição e suas principais características e funções. A família passou a ser entendida enquanto comunidade inicial, na qual os indivíduos unidos por vínculos de parentesco e consanguinidade se instruíam a respeito das regras e normas aceitas pela cultura então vigente, se tornou a instituição fundamental para que as crianças pudessem estabelecer suas primeiras relações sociais.

Após a Primeira Guerra Mundial, a abordagem e a análise funcionalista foram adotadas para reforçar a noção de que a interação entre os indivíduos – pai, mãe e filhos – que se dá na família é regida por funções e papéis demarcados (Hita, 2005). A especialização e a diferenciação na família nuclear partiam do entendimento de que à mulher cabia a ligação com a natureza e com o doméstico – o cuidado com a casa e com os filhos – e ao homem cabia as atividades associadas à cultura e ao sustento financeiro da família. Essa demarcação remete às questões de gênero, em que se destacam a opressão e as desigualdades existentes no interior das famílias (Piscitelli, 2002).

Tal racionalidade desconsiderava as outras formas de famílias, considerando os desvios desse modelo como uma fuga da normalidade. Aquelas que não se organizavam de acordo com o prescrito pela ordem institucional eram tomadas como desviantes, inadequadas e divergentes, no sentido de que “qualquer desvio de padrões hegemônicos é frequentemente visto pela plateia como sintoma de inferioridade, desorganização social, ou atraso” (Fonseca, 2004, p. 2). Além dos julgamentos morais, sob a perspectiva hegemônica se afirmavam os papéis femininos e masculinos no interior da família:

Para que a socialização ao interior da família fosse estável, nesta visão, era necessária esta coalizão entre os papéis diferenciados de pai e mãe, e todo modelo distinto a este tido como padrão ideal, seria entendido como um desvio, uma patologia a abolir (Hita, 2005, p. 128).

Contudo, a família entendida como um lugar harmônico e igualitário sofreu um grande impacto nas décadas de 1970 e 1980, com os questionamentos trazidos à tona pelos movimentos e vozes feministas. Contestava-se a noção de harmonização da família e a institucionalização dos papéis femininos e masculinos sob a égide de relações de poder desiguais (Giddens, 2008). As vozes feministas concentraram-se nos estudos acerca das

mulheres e do trabalho doméstico, buscando compreender como a opressão de gênero se configura no interior da família, esses novos estudos perderam o viés funcionalista e macrossocial ao adotar uma postura mais crítica e microsocia. A nova ótica buscava “mostrar como a presença desigual de poder no interior das relações familiares significa que determinados membros da família tendem a se beneficiar mais do que outros” (Giddens, 2008, p. 178). Esses movimentos obtiveram conquistas sociais significativas como a união voluntária, a aceitação social do divórcio, os padrões menos rígidos para as mulheres e a sua inserção no mercado de trabalho. Porém, mesmo em face das conquistas que apontavam para a busca pela igualdade de gênero, para a liberdade sexual da mulher e para as novas configurações familiares, ainda hoje prepondera o modelo da família nuclear. Já que persiste a desigual divisão doméstica do trabalho, marcada pela dupla jornada imposta à mulher, que além de cuidar da casa e dos filhos, também é responsável por desenvolver atividade remunerada para complementar a renda familiar.

Quando se trata da mulher que tem a prostituição como profissão é importante destacar que ela foi historicamente associada ao negativo, ao polo desviante da sociedade. Inclusive, devido a forma com que lida com a organização familiar, mais afeita aos novos arranjos, diferente do padrão ideologicamente considerado sadio. De acordo com Bacelar (1982), os modelos de família considerados socialmente desviantes sempre fizeram parte da realidade humana, implicando ou não em sanções sobre os indivíduos que os adotam. No caso da prostituta e sua família, sobre eles têm recaído tanto sanções legais quanto espontâneas (Durkheim, 1895/2007). São exemplos: a retirada dos filhos do lar pelas autoridades e o preconceito embutido em expressões constrangedoras e depreciativas, seja a elas dirigida seja aos seus descendentes. A incidência de tais sanções resulta do estigma, a respeito do qual afirma Goffman (1891/2004):

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas (p. 5).

Dessa maneira, os indivíduos desviam-se das normas predominantes para determinada situação ou papel social, nos quais se encontram incapacitados para a aceitação social plena, distanciando-se das expectativas ou imposições do que é normal na sociedade em que vivem. Assim, “tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem” (Goffman, 1891/2004, p. 5). Nessa perspectiva, passa-se a definir aqueles que são os “desviantes sociais”, tendo como figuras expoentes prostitutas, criminosos, usuários de drogas, homossexuais e mendigos. Uma vez que,

São essas as pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade (Goffman, 1891/2004, p. 122).

A esse núcleo principal juntam-se exemplos periféricos de negação da ordem social, como os que estão relacionados ao distanciamento do conceito de família nuclear. Sobre essa realidade, Goffman (1891/2004) cita como exemplo: “o homem metropolitano solteiro ou o casado que não aproveita uma oportunidade para constituir família, e, ao invés disso, apoia uma sociedade vaga que está se rebelando, embora em termos moderados e por pouco tempo, contra o sistema familiar” (p. 122).

Através desse ponto de vista observamos a existência de uma pressão social e formulação estigmatizante, que situa não apenas a prostituta como inferior e desviante, mas

também a sua família, que é entendida pelo senso comum¹² como o resultado da vida leviana e imprudente que leva. A imagem da prostituta como uma mulher incapaz de constituir família é reforçada ao se chocar com a imagem social da “mulher de família”. Já que, nessa perspectiva, elas não apresentam os requisitos sociais considerados necessários para constituir uma família a partir do casamento formal, da chefia masculina¹³, de um único parceiro sexual e do comportamento maternal propagado socialmente (Cavour, 2011).

Sobre a família da prostituta, Bacelar (1982) – que realizou a pesquisa junto às prostitutas do bairro popular Maciel localizado em Salvador/BA – caracteriza que “na família da prostituta, formada basicamente por mãe e filho (s), predomina a residência comum de seus membros” (p. 70). E ao abordar realidade semelhante, Cavour (2011) acrescenta:

Na maioria das vezes a família da prostituta é formada por ela e seus filhos, constituindo uma família elementar. Em alguns casos há formação de família ampliada, a qual é formada por familiares elementares e agregados que moram na mesma residência (p.102).

Na busca por compreender a convivência da prostituta com a sua família, Cavour (2011) destaca a preocupação da prostituta em manter a atividade que exerce em segredo, a fim de evitar que isso incida negativamente na vida dos parentes, especialmente dos filhos. O que remete ao fato das prostitutas procurarem lugares distantes do seu meio social para atuarem na prostituição, inclusive outros estados, culminando no distanciamento de seus parentes. O distanciamento da família extensa ou ampliada (Bacelar, 1982) – entendida como extensão da família elementar, com adicional de outros parentes, como pais, avós, tios – não se deve apenas à distância geográfica, já que os parentes ao tomarem conhecimento da

¹² “A realidade social caracteriza-se, portanto, como uma série de construções do senso comum, selecionados e interpretados por indivíduos que a vivenciam como a realidade de suas vidas” (Bacelar, 1982, p. 33).

¹³ Ligada à estrutura normativa vigente, o matriarcado ainda é visto como desviante aos olhos da sociedade global.

atividade, por vezes, baseiam-se em valores morais e mantêm uma relação de discriminação com a prostituta, afastando-se por causa da atividade que ela exerce. É comum manter-se uma menor ou maior ligação de acordo com a necessidade financeira e o auxílio que a prostituta possa lhes dar. Sganzella (2009) ilustra essa realidade a partir das narrativas das participantes da pesquisa:

Possui duas irmãs, também prostitutas, que moram no mesmo prédio que ela e que, assim como ela, criam conjuntamente os filhos. As três ajudam-se mutuamente, pois não possuem contato com o resto da família que reside em Marília. Quando questionei o porquê, disse que o fato de sua mãe ter se iniciado nessa profissão afastou-as dos outros parentes. Assim, os laços entre as quatro mulheres (mãe e três filhas) se fortaleceram, pois, além de irmãs e filhas, são comadres (Sganzella, 2009, p.9).

Quanto ao aspecto acima delineado, Bacelar (1982) constatou que a organização do grupo doméstico obedece a particularidades inerentes a atividade que a mãe exerce. Pois, mediante o contexto em que vivem e algumas mulheres receberem visitas de clientes em casa, elas têm como opção retirar os filhos e outros parentes do local no momento da atividade, aproveitar o horário dos filhos na escola, ou criar seus filhos em grupos domésticos diferentes dos seus, colocando-os sob os cuidados de criadeiras¹⁴ que recebem benefícios para cuidar permanente ou parcialmente dos seus filhos. Nesse caso a relação entre mãe e filho (s) se mantém por meio de visitas e contatos, a frequência desses encontros é ditada, muitas vezes, por condições externas como a financeira.

Aprofundando o estudo, notamos que a criação não se dá exclusivamente pela mãe ou criadeira, em alguns casos quando a mãe não é separada do pai, este assume o papel social que cabe ao genitor, compartilhando a responsabilidade da criação. Em outros casos, sendo os

¹⁴Também denominada de madrinha, ligada por laços consanguíneos ou de amizade, esta divide com a mãe as responsabilidades da criação, de forma a exercer junto a criança uma posição de autoridade.

pais separados, os filhos fixam residência e convívio com o pai e os parentes paternos. Entretanto, os dados da pesquisa de Bacelar (1982), nos revelam que não há a plena legitimação social da paternidade, mas sim a legitimação social da maternidade. Embora se verifique na maioria dos casos apresentados o conhecimento da identidade do pai por parte da mãe, sendo os filhos, em grande parte, frutos de uma relação duradora, como casamento e união consensual; ou por vezes de uma relação esporádica, da visita de fregueses. Sobre o aspecto do sustento e da responsabilidade da mãe na família, Sganzella (2011) acrescenta:

Nas famílias das minhas pesquisas, as autoridades provinham das mulheres-mãe, mesmo havendo presença masculina. O laço consanguíneo entre mãe e filho era adicionado para legitimar o poder materno sobre as crias. Em geral, os companheiros afetivos das mulheres prostitutas eram sustentados por elas, isto é, não eram responsáveis pelo sustento financeiro do lar, e normalmente quando havia filhos eles não eram seus pais biológicos (p. 72).

No tocante aos relacionamentos afetivos, o companheiro da prostituta aparece na maior parte do senso comum como aquele que a explora e se aproveita do seu dinheiro, figura conhecida popularmente como gigolô (Bacelar, 1982; Fonseca, 1996; Pasini, 2000). Entretanto, Bacelar (1982), Cavour (2011), Fonseca (1996), Gaspar (1985), Pasini (2000) e Sganzella (2009) revelam situações que se distanciam dessa representação e que desmistificam o estereótipo do companheiro da prostituta. Nas circunstâncias que se apresentam “a maioria das mulheres tem parceiros fixos, morando com elas” (Cavour, 2011, p. 102). Em uma realidade que perpassa desde o desconhecimento da atividade que a mulher exerce por parte do companheiro, a aceitação da atividade em decorrência da situação financeira, a proteção da companheira no meio que atua, bem como de clientes que se envolveram afetivamente e tornaram-se companheiros, sendo esses os perfis mais comuns dos pais dos filhos das prostitutas.

Em alguns casos existe por parte da prostituta uma exaltação da necessidade da presença masculina na casa, servindo como referência para os filhos homens e como companhia para elas, quando ele não é o provedor financeiro lhe é atribuído o cuidado do lar e das tarefas domésticas. Detectou-se também que quando elas se envolvem afetivamente costumam abandonar temporariamente o trabalho na rua, voltando a se prostituir quando o relacionamento chega ao fim. Tal situação está de acordo com a noção de honra masculina, na qual o homem não permite que a companheira exerça o papel de esposa e de prostituta, retirando-lhe por completo da prostituição, fornecendo-lhe o sustento financeiro quando tem condições para isso, ou então, aceitando a prática com algumas ressalvas. Acerca dessas particularidades Fonseca (1996) elucida:

Os maridos são companheiros com os quais assistem à televisão em casa, fazem churrasco no domingo, organizam festas familiares, planejam o futuro “Estamos pensando em montar uma venda” e criam seus filhos. Falar de marido significa não somente ter filhos em comum significa também uma relação de exclusividade afetiva. Uma das coisas que mais estranhei no campo foi ouvir as mulheres falarem de traição conjugal (p. 24).

Nesse contexto, é encarado como traição conjugal, não a relação sexual com outros homens, mas a relação afetiva com eles, quando existe sentimento na relação prostituta e cliente. Sobre esse aspecto Cavour (2011) acrescenta: “nesses casos, as garotas tentam demonstrar que as relações com os namorados e clientes é diferente, sobretudo nas relações sexuais e em alguns consentimentos em relação à carícia no corpo” (p. 104). A questão do beijo é posta como um limite para a atuação profissional, algo que prostituta e cliente não devem ultrapassar. Contudo, a realidade na qual a mulher continua praticando a prostituição é frequentemente permeada de agressões por parte do companheiro, desde violência física à psicológica (Sganzella, 2009). Nesses casos a não aceitação da prostituição e o ciúme do

companheiro apresentam-se como obstáculo ao estabelecimento de uma relação afetiva duradoura, culminando na preferência de algumas mulheres de permanecerem solteiras, preservando a sua liberdade e a autoridade na família.

Por outro lado, Bezerra (2008) e Pasini (2000) relevam que as relações homoafetivas e biafetivas aparecem com frequência no universo da prostituição. Nesse caso a prostituta mantém relações sexuais com homens mediadas pela compra dos serviços e a relação com mulheres é mediada pela troca de afetos e sustentada pela cumplicidade e proteção entre as companheiras. Os relacionamentos homoafetivos se caracterizam por serem mais duradouros e designados como casamento quando comparados com os relacionamentos heteroafetivos, mais breves e geralmente intitulados como namoro. Segundo Pasini (2000) as participantes afirmam que o fato de estarem assiduamente em contato com homens acaba fazendo com que sintam repulsa por eles, o que resulta na busca em se relacionar com pessoas do mesmo sexo. Entretanto, Pasini (2000) elucida que a dinâmica da atividade que exercem pode contribuir de alguma maneira para as escolhas da orientação sexual das prostitutas, embora ressalte que não deve ser tomada como justificativa. Inclusive, porque algumas mulheres escolhem a sua orientação sexual, homoafetiva ou heterossexual, antes de optarem pela atividade da prostituição.

Ao logo desse estudo, observamos que a prostituta exerce o papel central na família, tornando-se responsável pela manutenção financeira da casa e do (s) filho (s). Compondo modelos familiares diversos que ora se aproximam ora se distanciam dos modelos tradicionais. Portanto, os diferentes modelos familiares são pensados aqui não como um desvio ou anormalidade, mas como correspondentes à pluralidade dos arranjos entre os laços consanguíneos e afetivos das relações sociais. Sobre o abandono do modelo hegemônico de família nuclear, Fonseca (2004) conclui que os arranjos de famílias correspondem à dinâmica

e a multiplicidade da realidade social. As escolhas dos indivíduos culminam na pluralidade existente na sociedade contemporânea: “sejam quais forem as objeções, é evidente que as concepções modernas da família, com a ênfase crescente na afeição e escolha, revolucionaram concepções tradicionais da família conjugal” (Fonseca, 2004, p.8). O argumento se dá acerca de uma nova direção do que se entende por família e suas relações familiares, na qual se encontra a família da prostituta.

2.2 MATERNIDADE E PROSTITUIÇÃO

A maternidade é aqui entendida como uma construção ideológica de um determinado contexto sócio histórico. Segundo Badinter (1985) ela instaura determinantes sociais na vida da mulher que passa a ser associada ao papel de mãe e esposa. Dentre os argumentos utilizados em favor da consolidação desse papel à mulher destacam-se os discursos filosófico, econômico e religioso. Embora esse ideal social e cultural de maternidade, que inclui também a família nuclear, nem sempre corresponda à realidade.

Nessa perspectiva não só a família, mas os relacionamentos afetivos do quais são frutos os filhos e a postura da prostituta refratam os modelos hegemônicos vigentes na sociedade e os papéis estabelecidos para as mulheres. A forma como as prostitutas acessam a maternidade se dá por diferentes formas, a começar pela classe social na qual se encontra, pois, a depender do nível irão contar ou não com as vantagens e os prestígios econômicos e sociais que determinados grupos gozam. Dessa forma se intensificam a discriminação, a segregação e a identidade negativa sobre a mulher prostituta que aumenta na proporção que decai o poder aquisitivo (Oliveira, 2008).

As histórias de vida das mulheres-prostitutas nos revelam as diversas maneiras que elas adentram no universo da maternidade, como no caso das mães solteiras que começam a exercer a prostituição para sustentar (o) s filho (s). Essa realidade foi encontrada por Fonseca (1996) em sua pesquisa de campo no centro de Porto Alegre, inicialmente as mulheres buscavam dar explicações à pesquisadora pela opção da atividade: “estou aqui para sustentar meus filhos (ou netos) é uma frase que ouvi muito no início da pesquisa” (p. 19). Outro exemplo são as que engravidam durante o exercício da prostituição, de clientes fixos ou de companheiros¹⁵. Esse aspecto é ilustrado por Beleli e Olivar (2011) ao problematizar a relação da mídia e da prostituição através do diálogo de uma reportagem:

Entre maternidade, gravidez, álcool e relações familiares, banhadas na “impressão” da repórter, a imagem de Ana Paula e da prostituição no “sertão do Ceará”, vai sendo construída. R – É filho de cliente, esse? AP – Filho de cliente, só que ele é casado, tem o pessoal dele, eu não quero envolver... eu tenho como criar [...] (Beleli e Olivar, 2011, p. 510).

É preciso levar em conta que a gravidez para essas mulheres se apresenta de maneira dicotômica. A gestação significa, dependendo dos clientes, o declínio da produtividade e da renda, bem como a chegada de mais um membro do qual será responsável pelo sustento. Essas circunstâncias culminam na procura recorrente a métodos contraceptivos e ao aborto, conforme discorre Sganzella (2011) ao acrescentar ao debate o aborto espontâneo, ocasionado pelo consumo de drogas:

Em segundo momento, apresentarei também que poderão ocorrer abortos devido à utilização de drogas, sendo que as práticas abortivas não se restringem a esse fato apenas. Há situações em que algumas prostitutas consomem chás abortivos, fazem

¹⁵ Faz-se a opção pelo uso do termo companheiro, já que engloba o relacionamento formal e não formal.

incisões cirúrgicas ou tomam algum remédio, pois com isso ficam livres da gravidez indesejada fruto da relação sem preservativo (Sganzella, 2011, p. 82).

Bacelar (1982) coloca que a taxa de aborto, seja voluntário ou não, é altíssima no grupo em questão. Por questões socioeconômicas, é comum recorrerem inicialmente a ervas medicinais e posteriormente as “fazedoras de anjo”. Quando a gestação progride, algumas optam por formar uma sociedade conjugal com o companheiro que pode ser o pai ou não, ou pela entrega do (s) filho (s) ao pai ou a outro grupo doméstico para que auxiliem na criação deles. A decisão mais frequente é a mulher continuar com o (s) filho (s) contando com a ajuda da família extensa (parentes, amigos e vizinhos).

Portanto, cabe à mãe manter economicamente o seu grupo doméstico, assegurar a proteção e a segurança aos seus membros, tendo em contrapartida o respeito e obediência à sua autoridade. Porém, a condição imoral que a atividade da prostituição é colocada na sociedade traz às mulheres uma dupla condição, ao mesmo tempo em que sustentam o lar e os filhos com a atividade da prostituição, muitas vezes, não apresentam aos filhos o meio-atividade que lhes permitem sustentar ao omitir a profissão que exercem.

Sobre a relação mãe-prostituta e filho, Sganzella (2009) ressalta que independente da história de vida e do poder econômico essas mulheres possuem em comum o lugar em que colocam a maternidade em suas vidas, como peça fundamental na estruturação das suas práticas cotidianas. “Sugiro que a maternidade na vida das mulheres prostitutas tenha essa eficácia na organização dos eventos de sua vida. Os diálogos são permeados pela experiência da maternidade” (Sganzella, 2009, p.6).

As relações familiares são centrais na vida das mulheres que exercem a prostituição e se refletem no cuidado para que o (s) filho (s) não esteja em casa em horário de atendimento, no suprimento financeiro e material, na entrega para a criadeira ou madrinha, no cuidado em

não deixar o filho sozinho com um homem que não seja o pai da criança, bem como a preocupação com a revelação da profissão e as mentiras que contam para retardá-la (Fonseca, 1996). Bacelar (1982) corrobora com a perspectiva em que a mãe coloca o (s) filho (s) como figura central na sua vida, inclusive em detrimento do companheiro:

Já existe uma solidariedade prévia entre mãe e filhos, ao invés de serem os filhos uma ampliação do mundo do casal [...] Zildete, uma prostituta, correndo atrás do parceiro que queria tomar um pão ‘cacetinho’ da sua filha de nove anos: -“se você bater nela eu lhe mato, você não é o pai dela” (Bacelar, 1982, p. 82).

Dessa forma, observamos a primazia da relação mãe e filho perante a relação conjugal, faz parte da criação a preocupação acerca da relação entre os seus companheiros e seus filhos, na qual a criança é priorizada e é vedada a repreensão dos filhos por parte do companheiro que não seja o pai da criança. A mãe que exerce como profissão a prostituição revela uma apreensão com relação aos filhos, especialmente do sexo feminino, pois teme que as filhas sigam a mesma atividade. O que resulta numa maior rigidez na criação do (s) filho (s) e um maior controle sobre o descendente do sexo feminino.

Assim, a maternidade para a prostituta no aspecto da precaução em não permitir que o seu trabalho influencie no futuro dos filhos, revela semelhanças e particularidades com o modelo socialmente aceito e hegemônico de mãe. Esse modelo decorre do padrão instaurado por forças tradicionais e estabelece os papéis e comportamentos para as mulheres que são mães. Se até o século XVIII se tinha a desvalorização da maternidade, da criança e da mulher, uma mudança da visão histórica agora exige a adesão à maternidade como o dever da mulher (Badinter, 1985).

A prostituta inserida em um contexto estigmatizado, mas de liberdade sexual e livre das amarras sociais, não enxerga a maternidade como um dever ou um projeto de vida. Ser

mãe se apresenta como um acontecimento particular ligado a uma trajetória de vida e que muito revela sobre as particularidades das vidas dessas mulheres. Seja por fatores econômicos, ter mais um membro familiar para sustentar, seja por escolhas pessoais quando a maternidade acontece, a prostituta busca não se diferenciar do modelo hegemônico de mãe. Visto que socialmente a profissão que exerce se distingue de modo dicotômico¹⁶ da condição de “ser mãe” aceita pela sociedade, isso a leva a buscar mecanismos que camuflem a sua profissão, desde a residência dos filhos numa moradia diferente da sua, o cuidado para que não sigam a mesma profissão, até as práticas cotidianas que colocam os filhos como o seu centro norteador.

¹⁶O papel e comportamento do que é ser mãe é colocado em oposição ao da mulher que exerce sua sexualidade, tendo como figura expoente, a prostituta.

3 PROSTITUIÇÃO, FILHOS E ESTIGMA

Eu faço muita questão do nome puta, é o que eu mais gosto, aliás, porque eu acho que a gente não pode esconder esse nome e colocá-lo de um modo que um dia fique bonito. Porque as pessoas não se tocam que os nossos filhos são o maior palavrão da sociedade brasileira, eles são literalmente filhos da puta.

(Gabriela Leite)

Neste tópico será contemplada a literatura sobre o tema pesquisado, por meio de uma apresentação das obras que se relacionam da forma mais direta e que de algum modo debatem e/ou trazem elementos que caracterizam os filhos das prostitutas.

No que diz respeito aos filhos das mulheres que exercem a atividade da prostituição, Verônica Santos (2011) se debruça sobre a educação dos filhos a partir da perspectiva da mãe, baseada em procedimentos etnográficos realizados com mulheres no centro de Fortaleza - CE. A autora traz narrativas nas quais as mulheres priorizam a necessidade de emprego de uma colega que é mãe em detrimento daquelas que não são.

O imaginário social acerca da prostituta a coloca ou como vítima das condições sociais ou como mulher fatal que gosta do que faz e corrobora com o discurso da vida fácil, no qual a prostituição é encarada como prazer, compulsão sexual, vício, todas características inerentes à natureza do indivíduo (Santos, 2011; Souza, 1995). A divisão se dá entre garotas de programa/ prostitutas de luxo e as prostitutas de rua/ baixo meretrício, esse último grupo possui o maior número de mulheres que são mães e que justificam o exercício da prática como sustento da família e dos filhos. Esse grupo está mais vulnerável as expressões e complicações dessa “vida fácil”: violências, drogas, e incertezas relacionadas ao dinheiro e aos clientes. Conforme descreve Santos (2011), “drogas, álcool, violência e discriminação

fazem parte desse universo. Numa das casas de prostituição visitadas, o uso de drogas era explícito e várias garotas ‘precisavam’ para que pudessem ‘aguentar’” (p. 41). O uso de substâncias lícitas e ilícitas é recorrente para facilitar o entrosamento no ambiente e o suporte da pressão do trabalho, das violências simbólicas e físicas, e das incertezas da vida nada fácil da prostituta.

Nesse sentido, reitera-se que a identidade social da prostituta é permeada pelo estigma, que resulta na deterioração das qualidades desse grupo, no rebaixamento e na associação negativa. Toda essa situação mediada pelo estigma culmina na falta de confiança e na imagem negativa que as mulheres constroem de si. Esse fato é sintetizado por Silva e Lima (2011):

Estas mulheres são vítimas de toda forma de violência psicológica, simbólica e física, por parte da sociedade, e adquirem uma subjetividade onde acreditam merecedoras da violência sofrida, como punição pelo que são, ou seja, como se o descaso e a violência como são tratadas fossem consequência natural de sua condição de existência (p.6).

Nessa situação aparecem os comportamentos autodestrutivos como o abuso de substâncias químicas e os transtornos psíquicos, como a depressão. Contudo, as autoras apresentam a existência da resiliência e suas atitudes que buscam superar condições adversas, tais como a relação materna que é considerada pela prostituta um aspecto positivo e saudável da vida. Nesse sentido, Silva e Lima (2011) ilustram que “entrando em contato com aspectos saudáveis de si, elas parecem gritar: “não quero falar das tristezas, das dores da prostituição, preciso me comunicar com alguém que me escute falar também das coisas bonitas que eu vivi, dos meus filhos, dos meus sonhos” (Silva e Lima, 2011, p. 10). Ou seja, “os filhos representam, na maioria dos casos, a importância de “aguentar o tranco” na casa, pois os mesmos precisam ser alimentados e bem cuidados, perto ou longe delas” (Mendes e Marques, 2009a, p. 5).

Ao proporcionar visibilidade às condições das mães entre as mulheres que se prostituem na fronteira de Portugal, Manuela Ribeiro (2004) coloca que na pesquisa desenvolvida a modalidade da prostituição que se sobressaiu foi a de rua e de bares/boate, onde existia em larga escala mulheres na condição de mães. Muitas delas oriundas de países como o Brasil, marcados pela desigualdade social e pelas fortes expressões da questão social, aonde tal realidade aparece como fator decisivo para a entrada na prostituição; não é o único fator, mas é o mais significativo. Tal realidade é retratada na pesquisa de Maria Dulce Gaspar (1985) que aborda a organização social e o sistema de representações das garotas de programa de Copacabana, no Rio de Janeiro. A autora reflete sobre as classificações existentes nessa atividade, como a escala da alta e baixa prostituição, ao expor as características de cada nível: a busca pela ascensão social e a prática em boates na alta prostituição, e na baixa prostituição o maior número de profissionais que são mães e que buscam a sobrevivência financeira ao praticar a prostituição na rua, na zona ou em casa. Esse nível se caracteriza pela presença de mulheres de diversas idades que se expõem mais ao negociar seus corpos nas ruas, sem fazer muitas exigências aos clientes. O que as torna mais expostas a violência e a outros fatores de risco inerentes à atividade.

Marcelo Mendes (2011) na busca por apreender o cotidiano das profissionais atuantes nos bordéis de Laguna/ Santa Catarina e os seus saberes da prática profissional se depara com a constante justificativa do sustento dos filhos para o início da prestação de serviços sexuais: “do total das duas casas, nove possuem filhos e uma está grávida. Algumas afirmam terem sido casadas ou que tiveram relacionamentos estáveis que deram origem a esses filhos” (p. 62). Nesse viés, acrescenta-se a gravidez precoce em que muitas são abandonas pelos parceiros, que não assumem a paternidade da criança nem as responsabilidades com a mesma. Acerca disso, Ribeiro (2004) ressalta:

Num número bastante significativo de inquéritos, apurou-se, porém, que na sequência da confirmação da gravidez, as jovens foram liminarmente abandonadas pelos respectivos namorados/parceiros, muitos dos quais nunca chegaram sequer a assumir formalmente ou de facto a paternidade das crianças. Com efeito, do universo de filhos que constituem a base de referência deste texto, 16% nunca foram sequer reconhecidos pelos respectivos pais e ainda hoje continuam sendo apenas filhos de suas mães (p. 32).

Com efeito, na dinâmica dos relacionamentos amorosos, de acordo com experiências acumuladas na história de vida das mães no âmbito da prostituição, é recorrente os filhos possuírem pais diferentes. Isso culmina na concentração exclusiva da mãe na criação dos filhos, desde as necessidades materiais as afetivas. As diversas privações pelas quais as mães e os seus filhos passam aparecem como fator direto e indireto da entrada e permanência na prostituição, vista como a forma mais rápida e acessível de alcançar melhores resultados materiais: “ ‘dar melhor vida/educação aos filhos’, ‘ganhar mais dinheiro’ ‘pagar dívidas / hipotecas’, ‘ajudar a família’ [...] ” (Ribeiro, 2004, p. 34).

Santos (2011) em seu trabalho de campo, corroborando com Bacelar, (1982), Fonseca (1996), Pasini (2000) e Sganzella (2009, 2011), afirma que as mulheres participantes são chefes de família e proporcionam o sustento, e quando possuem companheiros, geralmente são elas quem sustentam a casa. Quando as mães estão trabalhando, os filhos geralmente ficam com a avó, na escola, sozinhos quando em idade aceitável, com o pai ou sua família, ou com pessoa paga para cuidar das crianças. As mães afirmam que omitem a atividade que exercem como uma forma de protegê-los do estigma, Manuela Ribeiro (2004) e Rogério da Silva (2008) ampliam essa constatação ao revelar sobre o temor dessas mães caso seus filhos venham a descobrir a atividade que exercem e também sobre o impacto dessa revelação na relação mãe e filho.

Nesse enfoque, Rogério da Silva (2008) discorre sobre a construção das identidades das mulheres que se prostituem na cidade de Goiânia, evidenciando que a associação da prostituição ao comportamento desviante acarreta numa identidade deteriorada, o que leva as mulheres a evitarem que essa identidade e comportamento contamine outras esferas da sua vida, como a relação materna e familiar. “Essa mulher empenha-se constantemente em manipular ou acobertar a sua identidade de profissional do sexo, vista por ela como uma identidade deteriorada, para não “contaminar” ou “prejudicar” o desempenho de outros papéis sociais como os de mãe, filha ou esposa” (Silva, 2008, p. 6). Sganzella (2009) corrobora isso a partir das experiências da pesquisa de campo e reforça: “as experiências biográficas narradas não se desenrolam de forma tranquila, são tensionadas por fios que envolvem brigas e mentiras (aos filhos) para sustentar sua estrutura familiar” (p.6).

Esse aspecto se faz presente na delimitação dos papéis sociais e das condutas das mulheres nos espaços da rua e da casa, as atitudes e os discursos na rua se aproximam da pornografia e da sedução e o comportamento presente no espaço da casa se aproxima dos valores e comportamentos tradicionais da sociedade. Deste modo, assumem uma rotina diária voltada para o cuidado da casa e dos filhos:

Ao focalizar a rotina de suas vidas, pude perceber que, quando não estão trabalhando, suas atenções voltam-se para a casa e os filhos. O que demonstra que a rotina de uma mulher profissional do sexo não difere da rotina diária de qualquer dona de casa que trabalhe fora, desmistificando a ideia de que a mulher que se prostitui leva uma vida desregrada e sem compromissos (Silva, 2008, p.7).

Santos (2011) apresenta a realidade em que os filhos estudam em escola pública, frequentando-a regularmente, e as mães buscam acompanhar o desempenho escolar e se mostram atentas ao que acontece dentro e fora da escola. Elas se preocupam com o desempenho escolar dos filhos, acreditando na educação como um caminho de oportunidades

para um futuro mais confortável e numa atividade diferente da sua. Santos (2011) corrobora com Silva e Oliveira (2009) ao dizer que o estigma da prostituta acaba sendo transferido para a família e especialmente para o filho, fazendo-se notório em agressões verbais aos mesmos:

Sob o estigma moralizante, ela é a puta que pariu e ele é o filho da puta [...] São inúmeras as agressões verbais sofridas pelos meninos e meninas com essa estrutura familiar. “*Alguém já viu nome de filho de prostituta com nome Júnior?*” (Santos, 2011, p. 17, itálicos do autor).

Gabriela Leite – prostituta, militante, fundadora da ONG Dadiva e da grife de roupas DASPU, que busca dar visibilidade às questões da prostituição por meio da confecção de roupas – revela em sua biografia como a busca pela igualdade de gênero, liberdade sexual e a curiosidade a fizeram optar pela atividade da prostituição, apresentando os relacionamentos, as amigas e os clientes que participaram da sua trajetória de vida. Na referida obra, Leite (2010) aborda a relação mãe e filha, quando solteira engravida da sua primeira filha e acaba expulsa de casa por não seguir rigorosamente as regras impostas por sua mãe. Nesse contexto, se aproxima do universo da prostituição e abandona o emprego de secretária, optando por fazer carreira como prostituta. A mãe de Gabriela cria a neta, mas não permite que ela visite a filha, pois a considera má influência com seu modo de vida promíscuo. Diante dessa experiência e do fato de não possuir vocação para a maternidade, Gabriela faz a promessa a si mesma de nunca casar e de não ter mais filhos. No entanto, acaba engravidando do namorado e embora tenha cogitado a possibilidade de abortar, não consegue; possivelmente um resultado da sua educação católica. Ao informar o seu estado para o namorado, ele reage questionando a paternidade da criança e reproduzindo o estigma e os discursos preconceituosos que incide sobre os filhos das mulheres que exercem essa atividade: “e o

sapo mandou a frase célebre: “Que filho meu, o quê! Filho de puta não tem cara. ‘Ledo engano’” (Leite, 2010, p. 68).

Esse preconceito revela o peso da condição do trabalho da mãe para o filho, diferente de outras profissões aceitas socialmente que se distanciam de um cenário marcado pela boêmia, diversidade de relacionamentos sexuais, drogas e discurso pornográfico em que está inserido a prostituição. O que fundamenta o senso comum de que quando os filhos não são abandonados e nem dados para a adoção, vivem na rua, não são bem cuidados, não possuem bom caráter, são vulneráveis a cometerem infrações e a seguirem a mesma atividade da mãe (Diniz e Queiroz, 2008; Santos, 2011). Nessa linha de pensamento, no grupo de quinze prostitutas participantes no estudo de Mendes (2011) apenas uma tinha a história de vida da sua mãe ligada a atividade:

Sara é também natural do sul de Santa Catarina. É filha de uma também profissional do sexo. Sua mãe, há alguns anos também prestou serviços sexuais no Sereia da Noite. Não possui filhos e tem idade entre 21 e 25 anos sendo que 4 destes dedicou-se à profissão do sexo exclusivamente no Sereia da Noite (p. 53).

Sobre esse aspecto, Bacelar (1982) adverte: “entretanto, das famílias entrevistadas, somente conhecemos um caso em que a filha se tornou também prostituta” (p. 117). O autor coloca que essa constatação pode estar relacionada ao reduzido número de filhas e no fato da maioria dos filhos entregues aos cuidados de outra família serem do sexo feminino. Por meio dessas proporções, podemos observar que os conceitos pré-estabelecidos acerca dos filhos das prostitutas permanecem na aparência, sendo recorrente às mulheres que se prostituem a preocupação com um futuro diferente para os filhos, alcançados por meio da educação, mostrando-se, por vezes, apreensivas dos filhos seguirem a mesma atividade, especialmente as filhas mulheres (Bacelar, 1982; Mendes e Marques, 2009a & Santos, 2011).

Além disso, Santos (2011) reforça a dimensão na qual as mães se distanciam do senso comum, preocupando-se com o cuidado dos filhos, desde o sustento material a práticas cotidianas como educação, higiene e afeto. Sobre a filha recaí uma maior preocupação e proteção da mãe, especialmente quando começa a aparecer os sinais do desenvolvimento sexual, pois “permanece a mulher a maior parte do tempo junto à mãe, sob seu olhar vigilante, enquanto ao filho concede-se uma maior permissividade” (Bacelar, 1982, p. 114). Sobre as restrições materiais que acarretam consequências na vida da prostituta e seus filhos, Verônica Santos (2011) ilustra como isso rebate principalmente nos filhos homens, que procuram ajudar a mãe nas despesas da casa através de pequenas atividades remuneradas, como pode-se observar no depoimento abaixo:

Todo dia eu dou 1 real para ele. Uma vez ele juntou 60 reais para comprar a blusa que ele queria. Tá certo. Ele já tá me ajudando. Me ajuda em casa e tudo mais. Uma vez ele arranhou um serviço numa bodega pertinho lá de casa, mas a mulher mandava ele fazer tudo, ele ficava cansado, e também ela queria pagar muito pouco. Aí ele me pediu pra ir lá e dizer que ele não ia mais (risos) (Santos, 2011, p. 52).

Esse fato caminha junto ao senso comum, que vê os filhos como vulneráveis à entrada precoce e precária no mercado de trabalho. Bacelar (1982) revela que a partir dos seis anos, os filhos do sexo masculino já começam a contribuir financeiramente com a família através de pequenos serviços, já as filhas assumem o trabalho voltado para os afazeres da casa. “Nesta fase, os homens já se encaminham para o mundo do ‘trabalho’, lavando carro, vendendo cafezinho, doces, roubando; enquanto as mulheres permanecem restritas ao ‘mundo doméstico’ ajudando na limpeza da casa, lavando pratos, cuidando dos irmãos menores” (Bacelar, 1982, p. 115).

A essa realidade junta-se o declínio produtivo da prostituta, que ao alcançar a faixa etária dos trinta anos passa a perceber uma queda no número de clientes, pois perde espaço

para as prostitutas mais novas. Nesse sentido, por volta dos treze anos é intensificada a capacidade produtiva do filho para atender as suas necessidades e da família e nessa fase já não frequentam a escola (Bacelar, 1982). Acerca da evasão escolar dos filhos das prostitutas, Leite (2010) ilustra essa realidade a partir da sua vivência na prostituição, em que o contato com as filhas de prostitutas revelou uma situação de desamparo dessas crianças e desencadeou a ideia do trabalho social que ela viria a desenvolver:

Nos arredores da Vila tinha muita criança, elas ficavam soltas brincando por ali. Crianças pequenas, a maioria filhas de prostitutas moradoras de um prédio abandonado perto da Vila. Um lugar bem ruim, mas que as mulheres ocupavam com seus filhos. [...] A gente passava as tardes ali brincando. As crianças pintavam aquarelas lindas, que retratavam seu mundo interior e seu cotidiano [...] um pequeno tempo dedicado a elas fortalecia sua auto-estima, sua identidade. [...] conhecia melhor a vida dessas crianças e conversava com as mães. Normalmente elas estavam fora da escola, e eu tentava convencer as mães de que com estudo elas poderiam ter um futuro melhor, mas poucas acreditavam nisso (pp. 116-117).

Todavia, sobre esse aspecto a literatura é heterogênea apresentando realidades plurais, que ora confirmam o senso comum e ora se distanciam. Santos (2011) observa que a atividade da prostituição, vista como a atividade que possibilita a geração de renda com o menor tempo gasto, permite as mães passarem mais tempo com os filhos e não interfere negativamente na educação dos mesmos. Inclusive pelo fato de nos casos investigados os filhos não terem conhecimento da atividade da mãe, com o intuito de preveni-los de possíveis agressões. Sobre o que o ambiente escolar representa para a prostituta, Mendes e Marques (2009b) reforçam que “para as profissionais do sexo o espaço escolar é bastante nobre, pois é nele onde se concentram muitas das expectativas em relação ao futuro de seus filhos. A frequência na escola é apontada como o mais importante instrumento de transformação social ” (p. 7).

A existência da preocupação com o desempenho escolar dos filhos é potencializada pelo fato das mães, que em sua maioria afirmam não ter tido oportunidade de estudar, verem a escola como uma possibilidade de superação da marginalização, do estigma, da pobreza e da condição social de inferioridade na qual a família está situada. Muitas mães nutrem o desejo de verem seus filhos em profissões que são valorizadas socialmente como médicos e professores, e exercem uma maior pressão para que eles não se tornem traficantes de drogas, ladrões, viciados e prostitutas, em geral pessoas associadas a zona de prostituição (Bacelar, 1982). Gabriela Leite (2010) ilustra essa preocupação ao recordar uma mudança que uma colega prostituta teve que fazer quando descobriu a existência do crime organizado próximo à sua casa e do perigo que isso representava a seus filhos:

Eu tinha uma colega, a Marilene, que passou anos fixada nessa história. Ela ia para as reuniões da nossa ONG e, num determinado momento, dizia: “Ai, tenho que ir trabalhar porque preciso comprar cimento.” Pois bem, ela conseguiu terminar a casa, linda, grande, para os lados de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Muito bem. De repente ela começou a ficar muito insatisfeita com a casa. Porque descobriu que lá tinha milícia, era perigoso para os filhos, etc., mas isso ela só percebeu depois que a casa estava pronta. Não teve dúvida: vendeu a casa e comprou um terreno em Maricá. Não é que a Marilene começou tudo outra vez? Quando a encontro, está sempre preocupadíssima em comprar tijolo e cimento (Leite, 2010, p.62).

Outro aspecto que chama a atenção é o relacionamento das prostitutas com a escola dos filhos, Mendes e Marques (2009a) afirmam que no processo de matrícula as mulheres raramente revelam a atividade que exercem, identificando-se como domésticas ou diaristas, porém a sua real atividade pode emergir a partir de comentários oriundos da comunidade em torno da escola. Acerca da relação com os filhos, a direção da escola busca abordar a situação de maneira natural e livre de preconceitos e discriminação, não evidenciando nenhuma informação que exponha os envolvidos. No entanto, para Mendes e Marques (2009a) tal

posicionamento perpetua o preconceito, pois por não ser problematizado não é identificada a existência do mesmo em práticas educacionais, em que a escola reproduz os princípios morais dominantes fundamentados na lógica cristã “e acaba sendo impedida de reconhecer a existência de um contexto discriminatório involuntário e sem imposições visíveis, que contribui para a manutenção de preconceitos à sua volta ” (p. 9).

Em outro estudo, a partir de entrevistas com profissionais de educação, Mendes e Marques (2009b) tornam evidente a existência de um ideal de família no âmbito do sistema escolar, o qual se coloca em oposição ao ideal da prostituta, do seu modo de vida, suas relações e os frutos dessa vida, os seus filhos. Sobre esse aspecto, Bacelar (1982) complementa que é na escola que os filhos das prostitutas terão contato com as normas vigentes e valores, com aquilo que é aprovado e reprovado socialmente e com a visão de mundo dominante que reprova a ele, a sua mãe e a sua família. Esse contexto culmina no encobrimento da atividade da mãe, a fim de evitar represálias do meio social em que circula (Cavour, 2011). Os filhos, ao tomarem consciência da atividade da mãe, do estigma que a ronda e do ser “filho da puta” não levam os amigos em casa, na escola tornam-se mais reservados ao falar da família, omitindo dados que possam revelar a identidade da mãe. Conforme conclui Bacelar (1982), “ é muito difícil conseguir que um jovem do Maciel fale sobre a atividade que a mãe desempenha, quando esta é prostituta” (p. 79). No entanto, essa atitude não deve ser encarada como um repúdio da mãe, mas sim como uma forma de defesa frente ao preconceito da sociedade.

Sobre a relação dos filhos com os profissionais da escola, Mendes e Marques (2009a) revelam que grande parte dos profissionais têm receio de atribuir a atividade da mãe determinados comportamentos dos filhos. Nesse contexto, acentuam que “ diante de algumas dessas considerações foi possível destacarmos a preocupação escolar em não parecer

discriminatória” (p.15). No entanto, o depoimento da supervisora escolar justifica determinados comportamentos a atividade que a mãe exerce:

Os filhos das ex-profissionais, principalmente, são muito quietos, eles não se manifestam muito em sala de aula. Um menino de uma que atua mesmo é que é muito agressivo. É ele quem comanda os grupinhos, ele quem diz o que todos vão fazer, ele só faz um sinal e todos vão atrás dele, é impressionante, ele fala palavrões. A sexualidade dele também é muito, muito, muito aguçada. Pra falar a verdade ele me chama de gostosa o tempo todo. Ele é muito espontâneo, o que ele acha ele fala, ele não esconde nada (Mendes e Marques, 2009b, p. 12).

Ademais, aparece nos depoimentos dos profissionais outras questões como possíveis marcas da profissão da mãe, críticas a criação por outra família sem vínculo afetivo, o pouco tempo entre mães e filhos e o precário acompanhamento educacional. O que evidencia a preocupação dos profissionais de esconderem e preservarem os filhos da revelação de ser filho de uma prostituta,

Muitas vezes a principal preocupação desses profissionais da educação está em preservar ou evitar que os filhos de profissionais do sexo, principalmente os das primeiras, se deem conta da “vergonha” de sua condição de “filhos da zona” ou ainda “da puta”, o que é praticamente impossível diante da presença do bordel, e ainda de um contexto onde a mãe é reconhecida na rua e, mesmo em casos de abandono da profissão sua história ainda vive (Mendes e Marques, 2009b, p. 13).

Além de encarar a tensão da sociedade acerca dos valores e do código moral que os reprovam socialmente, os filhos das prostitutas também convivem com os conflitos dentro da sua própria família. Inicialmente, pelo fato da mãe impor determinadas normas que se contrapõem a realidade vivenciada pelos sujeitos e pela atividade exercida por ela, tendo consciência desses aspectos, os filhos começam a questionar a autoridade da mãe e a desobediência das normas maternas acarreta em sanções brandas ou violentas por parte da

mãe. Nesse ponto particular, o cotidiano estudado por Bacelar (1982) revela que os conflitos se estabelecem quando a mãe proíbe, por exemplo, o relacionamento afetivo com os moradores do Maciel, tidos pela mesma como gente de má índole. Os conflitos se concretizam como resultados da precoce independência financeira e emocional dos filhos, que cedo assumem o papel de adulto no grupo, aflorando conflitos com a autoridade da mãe. Nesse processo, após assumirem os papéis de adulto, dificilmente os filhos permanecem no mesmo grupo doméstico.

Outras considerações pertinentes à realidade do Maciel, que se relacionam diretamente com os filhos, são a aprendizagem e a interiorização do vocabulário e do modo de falar do ambiente. As expressões obscenas como “[...] puta, sacana, viado, filha da puta, etc.” (Bacelar, 1982, p. 122) que refratam o código moral vigente e são utilizadas pelos moradores e pela mãe, também são incorporadas pelas crianças que as naturalizam e ao reproduzi-las em outros meios sociais sofrem constantes represálias por parte da mãe. A imposição da força e da violência física como constituinte da realidade em que crescem os filhos das prostitutas, observando desde cedo as brigas entre casais incluindo a sua mãe, acarretam na apreensão e no entendimento, com certas variações individuais de que “[...] para sobreviver e alcançar prestígio é preciso impor-se pela força ” (Bacelar, 1982, p. 122). Sobre assuntos mais polêmicos, como drogas e roubos, as famílias em questão e a comunidade do Maciel os desaprovam e aplicam sanções àqueles que seguem esse caminho. A sexualidade consiste num tabu para família, embora a mãe exerça a prostituição as questões referentes às experiências sexuais dos seus membros não são compartilhadas no seio familiar.

Sendo a atividade da prostituição portadora de um status depreciativo, o estigma sobre a mulher prostituta estende-se à toda sua família, pois a sociedade por meio do moralismo e dos valores vigentes propaga a discriminação aos seus descendentes com atos, expressões e

comparações que acabam por incidir negativamente na vida dos filhos das prostitutas. O que condiciona e restringe o comportamento e a liberdade dos mesmos no meio social que estão inseridos, e acarreta na omissão e mentira acerca das informações de suas vidas. A realidade na qual se inserem, em grande parte já remete a um tratamento desigual nas condições materiais e de vida dos sujeitos, com privações de direitos sociais que perpassam a história de vida da mãe e do filho.

Portanto, diante de uma realidade em que a prática da prostituição é encarada como um comportamento desviante, uma vida fácil, inadequada e sem moralidade, é possível observar a delimitação do que é ser filho de uma prostituta e qual o imaginário social que os ronda. O que ocorre é uma atribuição aos filhos das características depreciativas associadas as mães, fundamentando um discurso discriminatório que culmina no acirramento da intolerância para com os descendentes das prostitutas.

4 A PESQUISA DE CAMPO

Enquanto eu puder continuar exercendo minha liberdade, não tenho com o que me preocupar. É a maior lição que aprendi. Eu: filha, mãe, avó e puta.

(Gabriela Leite)

4.1 PARTE TEÓRICA: PESQUISA QUALITATIVA

O ato de pesquisar nos remete a um conjunto de procedimentos metodológicos utilizados para produzir conhecimento, são diversos os caminhos para acessar o conhecimento, geralmente orientados a partir da pesquisa qualitativa e/ou quantitativa. A escolha se deve ao plano teórico/ filosófico, a orientação do pesquisador e a adequação do fenômeno estudado (Godoy, 1995).

As pesquisas qualitativa e quantitativa não necessariamente se excluem, existem orientações teóricas e metodológicas que trabalham relacionando as perspectivas e produzindo conhecimento a partir das funções específicas de cada uma. A pesquisa quantitativa se caracteriza pelo predomínio de procedimentos estatísticos, pela quantificação das informações, pelo plano de pesquisa estabelecido a priori, pela testagem de hipóteses e pelo controle da neutralidade e do contexto da coleta de dados (Neves, 1996). Já a pesquisa qualitativa tem como peculiaridade a não quantificação do fenômeno estudado, o não emprego de técnicas estatísticas e sim de procedimentos que permitem o aprofundamento das questões investigadas. Tais procedimentos metodológicos devem se adequar ao objeto de estudo à medida que a pesquisa se desenvolve, assim obtendo dados descritivos do fenômeno pesquisado (Günther, 2006). Acerca da pesquisa qualitativa Minayo (2001) diz:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p.22).

Nos estudos qualitativos há um aprofundamento do fenômeno que possibilita a sua compreensão, dentre as características que os diferenciam dos estudos quantitativos Mazzotti e Gewandsznajder (1998/ 2004) acentuam a natureza profunda e descritiva da pesquisa qualitativa. A ausência de verificação de hipóteses na pesquisa qualitativa é um ponto que Banks (2008) ressalta,

A pesquisa qualitativa se abstém de estabelecer um conceito bem definido daquilo que se estuda e de formular hipóteses no início para depois testá-las. Em vez disso, os conceitos (ou as hipóteses, se forem usadas) são desenvolvidos e refinados no processo de pesquisa (p.9).

Compreende-se assim que a imersão do pesquisador no contexto do fenômeno pesquisado faz-se crucial para o desenvolvimento da pesquisa, pois, permite que se vislumbre questões específicas e procedimentos adequados à investigação. Essa imersão é de grande relevância para a identificação dos sujeitos, informantes, exequibilidade e importância¹⁷ do estudo. No que concerne à pesquisa qualitativa, o pesquisador se preocupa com o processo e não simplesmente com o resultado final, visto que o processo da pesquisa faz parte do seu resultado. Porquanto, o pesquisador passa a compreender os fenômenos estudados a partir da ótica dos participantes e dos significados atribuídos por eles às questões do estudo.

¹⁷ Refere-se à contribuição para a construção do conhecimento, utilidade para prática profissional e formulação de políticas públicas.

Desse modo, a busca pela compreensão do fenômeno nos estudos de viés qualitativo tem como enfoque principal o contato/aproximação do pesquisador com o objeto de estudo em seu contexto real. Esse contato serve como instrumento e fonte direta para a descrição e compreensão do fenômeno, bem como para o desenvolvimento da pesquisa. Acerca dessa relação de colaboração entre o pesquisador e os participantes da pesquisa, Schmidt e Toniette (2008) ponderam:

A figura do “sujeito da pesquisa” ou “pesquisado” tende a ser substituída pelo colaborador e/ou interlocutor que contribui com sua experiência e atividade de pensamento e reflexão para o esclarecimento e interpretação de fenômenos culturais, sociais e psicológicos (p. 100).

A citação acima revela a posição do pesquisador em uma perspectiva de colaboração e construção dos dados com e pelos sujeitos participantes, numa relação de respeito mútuo e atenção as diversas vozes. De modo que a escuta atenta dos sujeitos e dos seus discursos pode levar a investigação a rumos diferentes, por exemplo, no que se refere aos procedimentos metodológicos que devem acompanhar a realidade do campo. Isso remete a outra característica da pesquisa qualitativa que consiste na possibilidade de utilização de variados procedimentos metodológicos, que melhor se adaptem à compreensão do objetivo da pesquisa; o que permite a utilização de diferentes instrumentos de coleta de dados para responder as questões. Nesse sentido, a flexibilidade nessa modalidade de pesquisa permite a adaptação dos procedimentos com o intuito de serem coerentes e consistentes com o contexto, com as questões oriundas no percurso do estudo, bem como com o aprofundamento e saturação do objeto investigado (Ullrich, Oliveira, Basso & Visentini, 2012).

Portanto, a postura do pesquisador é reflexiva e deve estar aberta a mudanças e atenta às necessidades destas, em prol da interação e inter-relação com o sujeito/pesquisado. Isso

constitui e reforça o contato direto do pesquisador com o sujeito em seu contexto real, bem como com as experiências e interações dos participantes (Lapierre, 2008). Dado alguns aspectos essenciais da pesquisa qualitativa, o enfoque se dará na observação participante e na entrevista, procedimentos e instrumentos mais utilizados nesse tipo de estudo (Mazzotti e Gewandsznajder, 2004).

A observação participante tem os seus primórdios ligados a Frederic Le Play, em 1855, sociólogo que realizou e publicou uma das primeiras pesquisas com uso da observação direta da realidade. Já os primeiros relatos de entrevista remetem à obra de Henry Mayhew, em 1851, que utilizou a história de vida e a entrevista em profundidade como técnicas de coleta de informações para sua pesquisa. Posteriormente, esses procedimentos metodológicos foram aprimorados, discutidos e valorizados na abordagem qualitativa (Godoy, 1995).

Os estudos com perspectiva qualitativa, através do uso da observação participante e da entrevista, se ampliaram especialmente na Antropologia. Em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Malinowski (1976) destaca a importância da permanência do pesquisador junto ao campo na fase da coleta de dados. Realizado em Nova Guiné entre 1914 e 1918, o seu trabalho de campo – através da observação participante, da descrição densa da realidade social, do uso da língua nativa e da vivência em meio a população – produziu uma grande inovação metodológica: a abordagem etnográfica.

A etnografia trata-se de um trabalho de conhecer o outro por meio de uma dialética constante entre pesquisador e sujeitos, da qual faz parte a interação do pesquisador na realidade investigada. Para isso faz-se uso da observação participante, de conversas e entrevistas formais e informais no contexto real dos sujeitos que são registradas no Diário de campo (Eckert e Rocha, 2008).

A fim de promover um olhar atento ao contexto e aos acontecimentos na realidade pesquisada, a observação participante permite o registro do fenômeno em seu contexto real, contudo demanda um longo período de tempo do pesquisador junto aos sujeitos e fenômenos pesquisados. Nesses estudos os fenômenos a serem observados não são predeterminados, são descritos da forma como ocorrem e o pesquisador torna-se parte do cotidiano e da situação observada, o que significa dizer que ele interage com os sujeitos, compartilhando a vivência e o seu significado (Mazzotti e Gewandsznajder, 1998/2004).

Em outras etapas da pesquisa, o pesquisador alia a observação participante a outros procedimentos metodológicos, como a entrevista que permite abordar temas em profundidade que ainda não foram contemplados. Nesse processo, as entrevistas na pesquisa qualitativa são semiestruturadas, o pesquisador se interessa em compreender o significado que o sujeito atribui a determinado fenômeno ou situação da sua vida. Para isso, o pesquisador introduz uma questão norteadora que se relaciona com o objetivo da pesquisa, para que o participante desenvolva a conversa com espontaneidade e aos poucos se possa inserir questionamentos e/ou tópicos do tema da pesquisa. O direcionamento permite a reconstituição da trajetória de vida dos entrevistados através da própria visão dos participantes (Fraser e Gondim, 2004).

4.2 O ESTUDO

Neste trabalho optou-se pelo uso da pesquisa qualitativa com o objetivo de investigar, compreender e descrever acerca da existência de reflexos da profissão da mãe enquanto prostituta sobre a vida dos seus filhos, bem como apreender que reflexos são esses. Portanto, a pesquisa qualitativa possibilitou investigar as particularidades dos sujeitos, mãe-prostituta e

seus filhos, do objetivo de pesquisa, da aplicação de procedimentos e estratégias que permitiram a aproximação e observação junto aos sujeitos participantes.

A partir dos procedimentos metodológicos, valendo-se de entrevistas abertas com o intuito de resgatar a história de vida dos sujeitos, simultaneamente, a observação participante com inspiração etnográfica e a utilização do Diário de campo, obtivemos informações e dados de um seletivo grupo de participantes. Foram tomados os devidos cuidados éticos na pesquisa, dos quais destacamos a proteção ao sigilo, a prevenção dos possíveis riscos gerados pelos procedimentos e a preservação da discrição. Os participantes compreenderam a proposta da pesquisa, participando voluntariamente do estudo, consentindo-a através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e durante toda a pesquisa.

A respeito do universo trabalhado contamos com a participação de duas famílias. A primeira é composta pela mãe e dois filhos, identificados nessa pesquisa com os nomes fictícios de Alda, 50 anos, matriarca da família; Gustavo, filho, estudante, 16 anos e Luana, filha, vendedora, 32 anos. Na outra família contamos com a colaboração de Rosa, 56 anos; e dos seus filhos Carol, 16 anos, estudante; Janine, 29 anos, técnica de enfermagem; Alan, 19 anos, militar e Tatiana, 26 anos, atua em trabalhos temporários. Durante o ano de 2015 acompanhamos os sujeitos envolvidos na pesquisa, inicialmente em algumas atividades do seu cotidiano, e posteriormente fora do ambiente doméstico, realizando entrevistas abertas e registros no Diário de campo.

A pesquisa foi realizada priorizando os dois adolescentes na faixa etária dos 16 anos, Gustavo e Carol, que têm em comum mães que atuam no universo da prostituição na cidade de Natal/RN. A pesquisa enfoca duas realidades sociais distintas: a família de Alda com melhores condições de vida e maior poder aquisitivo e a de Rosa com menor poder aquisitivo. Essa abrangência permitiu que nos deparássemos com diferenças significativas no tocante as

condições concretas de criação e desenvolvimento dos adolescentes que participaram do estudo. No presente estudo, participamos durante um ano do convívio familiar e das interações que os sujeitos estabelecem entre si e com o mundo a sua volta. A fim de captar elementos pertinentes à pesquisa tentou-se estabelecer uma relação de proximidade com as mães e seus respectivos filhos.

Portanto, os sujeitos com quem nos envolvemos com a intenção de conhecer e nos aprofundar em suas realidades encontram-se no período da adolescência¹⁸, um pertence ao sexo masculino e outro ao sexo feminino e ambos residem com as mães. Nas diversas visitas que realizamos às casas dos participantes nesse período de um ano, fez-se uso de entrevistas abertas e semiestruturadas com os sujeitos participantes, sendo resguardada a privacidade e as questões éticas na pesquisa. De modo que, neste trabalho houve a substituição dos nomes reais por nomes fictícios.

As diferenças nas condições materiais de vida dos sujeitos se devem ao fato de Alda possuir atualmente um comércio rentável no ramo da prostituição e dispor de renda para gerir uma vida relativamente tranquila para si e seu filho. Já Rosa, possui uma longa trajetória no movimento político das prostitutas, desde 2008 assume um cargo de dirigente na ASPRORN (Associação das Profissionais do Sexo e Congêneres do Rio Grande do Norte); no qual atua desenvolvendo projetos com as associadas, especialmente na área da saúde, com prevenção de DST (Doença Sexualmente Transmissível).

A existência da dimensão política e da identificação com a categoria das prostitutas encontra-se fortemente presente no universo da mãe que exerce o cargo de dirigente da associação; diferentemente da mãe que possui um comércio vinculado à prostituição, mas que

¹⁸ Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente : Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

busca distanciar a sua imagem da categoria, associando-a a um passado de lutas e necessidades financeiras.

Em virtude da interação com os filhos, apareceu como um elemento central na pesquisa as questões materiais e socioeconômicas nas quais os adolescentes estão inseridos, bem como inicialmente, o desconhecimento e preconceito quanto à atividade da prostituição. Com o intuito de nos aprofundar no universo pesquisado, foram realizadas junto aos sujeitos conversas e entrevistas com os parentes extensos – irmãos, irmãs, madrinhas, ex-professores e amigos– que nos auxiliaram no resgate da história de vida dos participantes da pesquisa. Ademais, a observação participante também se realizou em momentos de lazer dos adolescentes como idas ao cinema, a parques ambientais e recreações no final de semana.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

4.3.1 Aproximação

4.3.1.1 ROSA

Inicialmente a pesquisa de campo se daria com as associadas da ASPRORN, desde o final de 2014 em face das incertezas do campo, buscou-se uma aproximação com as atividades desenvolvidas pela associação, a fim de compreender melhor a realidade dos sujeitos participantes. No entanto, essa inserção não se deu de maneira linear, pois foi permeada por encontros e desencontros.

Foram realizadas algumas tentativas de encontro com Rosa com o intuito de conhecer o trabalho da instituição, apresentar a pesquisa e solicitar a participação das associadas.

Porém, por ser no final do ano ela se encontrava bastante atarefada tanto com afazeres pessoais quanto com o projeto desenvolvido pela associação. Após alguns desencontros de agenda, Rosa me informou sobre uma possível reunião da ASPRORN na sede de outra associação, a São Vicente de Paula – localizada no centro da cidade do Natal-RN – que teria como pauta principal a chegada de um material de Brasília. Contudo, a ASPRORN passa por um momento delicado, pois questões burocráticas interferem diretamente na sua atuação, de maneira que as atividades desenvolvidas com e para as prostitutas são vinculadas a outras instituições, logo, a dirigente da associação participa de alguns projetos remunerados cuja periodicidade irá variar e depender de fatores como abertura de edital, financiamento, destinação e público-alvo do projeto.

Na segunda-feira 17-11-2014 pela manhã, Rosa informou que a reunião seria às 14 horas na Associação Vicente de Paula, pois a sede da ASPRORN se localizava atualmente em sua casa na Zona Norte, o que dificultava a locomoção das outras dirigentes. Sem saber informar a localização exata da Vicente de Paula, Rosa me deu como ponto de referência a Catedral Nova. Ao chegar lá, todavia, sou informada por telefone sobre o cancelamento da reunião, desmarcada em virtude de uma das participantes estar doente e precisar fazer um exame; também soube que não sabiam ao certo quando iriam se encontrar novamente e que eu teria que ligar para saber de outra possível data. Nessa ligação, Rosa me informou a localização da Associação Vicente de Paula, me autorizou a ir até lá e disse que teria uma moça na recepção a quem eu perguntasse sobre um grupo de mulheres que ali se reuniam.

A associação é próxima a catedral e trabalha com os narcóticos anônimos, na sua entrada há placas com a identificação do trabalho realizado de forma bem convidativa. Não obstante, a recepcionista se mostrou bastante retraída quando questionada sobre o grupo de mulheres, afirmou não saber muito sobre a associação, disse que Rosa ia com pouca

frequência e que naquele local ficava só o material numa sala: “ela não vem muito aqui, o trabalho dela é mais na rua” (Recepcionista, Diário de campo, 2014). Essa breve conversa ocorreu do lado de fora da instituição e revelou um discurso sobre uma tentativa de distanciamento das associadas da ASPRORN.

Em paralelo, por meio de uma conversa informal sobre o objetivo da pesquisa do mestrado com uma amiga e cientista social, Carla, ela me revelou uma nova possibilidade de campo para a pesquisa, visto que conhecia uma família que se enquadrava no perfil dos participantes. Sobre essa possibilidade, Carla me contou ter certa intimidade com essa amiga – cuja mãe é ou era profissional do sexo – recordou-se do seu irmão mais novo e que a mãe deles tem um “bar-boate”, denominação que substitui o popular “cabaré”. Deste modo, Carla entrou em contato com a amiga pelas redes sociais e realizou o papel de intermediária inicial com os possíveis sujeitos participantes; posteriormente, ela também desempenhou papel como informante, no sentido etnográfico de colaboração para a compreensão e descrição da realidade dos sujeitos.

De volta as tentativas de inserção no campo através de Rosa, entre ligações e possibilidades de reunião, um outro possível encontro também foi desmarcado, pois Rosa havia chegado de Brasília, estava bastante atarefada e uma das associadas da diretoria estava doente. Nesse ínterim, surgiram alguns compromissos inadiáveis para as participantes da pesquisa que dificultaram os encontros e a entrada no campo em 2014. No começo de 2015, passadas as atividades e festas de final de ano, retomo o contato com Rosa e surge uma oportunidade para conversarmos durante uma ida sua ao Albergue Municipal José Augusto da

Costa¹⁹, na tarde da quinta-feira 29/01/ 2015 para resolver questões referentes ao projeto que estava executando.

Ao chegar ao local combinado, enquanto aguardava Rosa em frente ao Albergue, um usuário do serviço que esperava a hora de entrar na instituição me questionou sobre o que ele deveria fazer ou a quem procurar para receber o auxílio bolsa família, indiquei o setor da Assistência Social do Albergue, mas através da sua expressão corporal ele demonstrou que não gostava dos profissionais de lá. Com a chegada de Rosa ao Albergue, nos apresentamos e nos encaminhamos para a recepção da instituição; entretanto, o rapaz que perguntou sobre o bolsa família também a abordou, ela disse que procuraria saber e na volta conversaria com ele.

No albergue, Rosa se apresentou como dirigente da ASPRORN para o diretor, duas secretárias, uma assistente social e um psicólogo, em seguida propôs o projeto que almejava desenvolver no Albergue. A equipe do Albergue não esperava a visita e demonstrou um pouco de desarmonia ao tentar nos acomodar. Quando acomodados no refeitório, Rosa expôs que fazia parte de um projeto do Ministério da Saúde, denominado “ Viva melhor sabendo”, com o objetivo principal de testagem de HIV por meio da saliva para grupos considerados vulneráveis, como os profissionais do sexo. Com o consenso do financiador, o projeto visava expandir o público alvo das testagens para usuários de drogas e moradores de rua, de modo que os associados ao Albergue teriam o acesso aos testes facilitado. A equipe deu um aval positivo sobre o projeto, contudo reiterou as questões burocráticas que Rosa teria que resolver para dar progresso a testagem.

¹⁹ O Albergue, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho (SEMTAS), é destinado ao acolhimento de moradores de rua e pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. Localiza-se no centro da cidade de Natal/RN.

Com essas questões delimitadas, Rosa se recordou do rapaz que lhe perguntou sobre o bolsa família e tentando lembrar-se da fisionomia dele recordou uma tatuagem em seu peito, lembrando apenas que era um nome, logo a equipe o identificou. Uma das secretárias afirmou que ele era problemático e vinha dando trabalho, pois era filho de uma garota de programa que o abandonou. Em virtude da presença de Rosa e da situação constrangedora, o diretor e a assistente social desconversaram ao mudar o foco do assunto para o fato dele ter feito a tatuagem em homenagem à mãe ao tatuar o nome dela, embora ela o tenha abandonado.

Ao sair do albergue, tive a oportunidade de apresentar a pesquisa e os objetivos, ela afirmou positivamente quanto a sua participação, mas já descendo para a parada, preocupada com o ônibus, disse: “é, tem muito filho de prostituta que é formado e que ninguém imagina. É uma profissão que não faz nenhum pré-requisito, tendo um corpo e saúde a mulher pode trabalhar e tirar seu sustento melhor que muitos empregos” (Rosa, Diário de Campo, 2015). Ao ser indagada sobre quando nos veríamos de novo ela se mostrou reticente, pois estava bastante envolvida com os prazos do projeto.

No início de fevereiro entro em contato com o intuito de combinarmos um possível encontro, ao telefone Rosa afirma estar bastante atarefada com o projeto, com as demandas da docência que desenvolve com alunos da alfabetização e problemas afins, inclusive as questões burocráticas do Albergue. Diante disso, me disponibilizei a ajudá-la colocando a minha pouca experiência com questões burocráticas ao seu dispor; sobre um possível novo encontro, a resposta foi que estava difícil, mas que ela iria ver um dia e que eu ligasse para me informar.

Quando retornei a ligar para Rosa, ela expôs questões referentes à escassez de tempo e ao fato da Universidade “adorar” pesquisar sobre as prostitutas, mas não dar nenhum retorno pertinente às mesmas. A minha resposta foi a de que a questão é complexa, que o retorno muitas vezes se dá através da visibilidade, como a publicação de artigos. Mais uma vez me

disponibilizei a ajudá-la, na tentativa de me inserir em alguma demanda da categoria, logo, ela se recordou que a ASPRORN faz a cada dois anos um cadastramento das associadas e que eu poderia ajudá-la nisso, “pois é um serviço trabalhoso e precisa de gente para fazer” (Rosa, Diário de campo, 2015). Me dispus a participar do cadastramento e marcamos uma reunião em sua casa no sábado seguinte, para que ela me explicasse sobre como colocar o cadastramento em prática.

A trajetória até a casa de Rosa foi tranquila, em alguns momentos pedi ajuda a moradores locais sobre como chegar à casa da professora Rosa, a que distribui preservativo, modo como Rosa se diz conhecida nos arredores de onde mora e características as quais todos saberiam informar como chegar a sua residência.

Em um determinado ponto da trajetória, pedi informação a um senhor que vendia bilhetes de loteria, que afirmou não saber informar. Seguindo na rua que imaginava ser a certa pedi informação a uma senhora, aparentava ter uns quarenta e cinco anos, afirmou conhecer a professora Rosa, contudo parecia estar com a consciência alterada e suas informações eram bastante desconectadas. Desse modo, optei por não seguir o caminho explicado por ela e voltar ao começo da rua, onde pergunto a duas senhoras que lavavam roupa na frente de casa, mas elas não sabiam informar com exatidão onde era a casa de Rosa. Nesse intervalo, o senhor que vendia bilhetes de loteria perguntou por quem eu estava procurando, respondi por Rosa e ele disse que sabia onde ela morava, mas que ele ligou para ela antes para perguntar se estava esperando alguém, o que demonstra certa cumplicidade na comunidade. Assim, ele explicou como chegar à casa dela, que era bem próximo ao local em que estávamos.

Ao chegar ao local Rosa já esperava no portão, nos cumprimentamos e ao entrar observei se tratar de uma vila com quatro casas, sendo a de Rosa a última, onde se encontrava

a sede da ASPRORN. Fui recepcionada por Rosa e outra mulher, que no decorrer da conversa descobri se tratar da sua ex-companheira.

A sede da associação se localiza na área da casa de Rosa, com armários para guardar os objetos da associação, os banners dos trabalhos anteriores ficam expostos e há uma mesa grande para possíveis reuniões que não têm ocorrido com muita frequência ali, porque como já dito as mulheres têm dificuldade de se locomover até a sede.

No curto espaço de tempo em que chegamos à associação, Rosa ao se situar entre a associação e a entrada da sua casa, encontrou-se com sua filha de dezesseis anos e disse a ela para ir entrevistar a visita, para saber como é a Universidade e, de repente, despertar o interesse de ser jornalista. Após incentivar o contato da filha, Rosa entra em casa e Carol se acomoda na sede da associação. Assim, conversamos sobre a Universidade, como funciona, em quais atividades os estudantes podem ingressar e as oportunidades que a instituição possibilita. Quando Rosa retornou à sala, reclamou que a casa está desarrumada e Carol revelou que a mãe, às vezes, diz que tem ‘cabaré’ mais arrumado do que a casa delas; Rosa, reclamando dos trabalhos domésticos, confirma a colocação de Carol, “é, já fui a cabaré que é mais arrumado do que aqui! ” (Rosa, Diário de Campo, 2015). Ao sentar-se à mesa conosco, Rosa mudou de assunto e se dirigiu a Carol questionando-a: “mas Carol, você já pensou em ser profissional do sexo? ” (Rosa, Diário de Campo, 2015). Carol respondeu que sim e Rosa se mostrou visivelmente surpresa. Em seguida, Rosa questionou o motivo dela já ter pensado em ser prostituta; a menina explicou que por ser uma vida fácil, permitir ganhar dinheiro e ao mesmo tempo ter prazer, porque parecia ser uma atividade interessante e que gostaria, por curiosidade, de ter essa experiência. Carol demonstrou que a curiosidade de desvendar o novo lhe é uma condição muito forte, revelando que já tinha ficado com uma menina para saber como era.

No desenvolvimento da conversa, Rosa tentava mostrar que de fato a vida de uma profissional do sexo não era nada fácil, que havia privações e riscos como em outras profissões. Dentre as privações e os riscos de ser uma profissional do sexo, Rosa colocou as violências simbólicas e físicas das quais estão suscetíveis as profissionais do sexo, os turnos de trabalhos, as incertezas (de clientes, de trabalho) e as privações materiais. Em seguida, Carol manifestou um discurso contraditório, se por um lado situava a prostituição como uma atividade passível de ser exercida, embora existissem meios mais adequados das pessoas sobreviverem. Por outro afirmava lhe faltar coragem, pois as pessoas irão olhar diferente para a mulher que exerce essa atividade, mas no fundo não saberão o que realmente está se passando com ela. Nesse ínterim, Rosa tentou explicar o porquê do olhar da filha, que estaria influenciado pelo olhar preconceituoso da sociedade:

Ela tem aquele olhar assim por conta do estigma, não é? Ela já tem aquele olhar mais do “como é que pode? ” Ela no fundo também tem preconceito, não é? O preconceito dela já vem devido à sociedade que vê com aqueles olhos já discriminando (Rosa, Diário de Campo, 2015).

Em seguida, Carol afirma já ter ido a um cabaré, embora pela sua idade não pudesse, mas como tinha que sair com a irmã que estava distribuindo preservativos nos locais de prostituição, Carol pediu para conhecer um; lá viu algumas meninas que trabalham com a prostituição e se surpreendeu com o fato de serem limpas e organizadas, em comparação a algumas meninas da sua vizinhança. Carol afirmou que, antes se chegasse lá e visse essas mulheres iria pensar que elas precisariam de uma casa, mas que hoje entende que é uma escolha delas estar ali. Nessa hora, Rosa disse que em alguns casos sim, mas não em todos, e Carol rebate: “pra mim elas fazem porque elas gostam, porque tanto estudo, tanta coisa por aí,

pra arrumar um emprego e elas não conseguem porque não quiseram. Hoje se elas fazem é porque elas gostam ” (Carol, Diário de Campo, 2015).

Quando questionada se acreditava que as oportunidades eram iguais para todos, Carol afirmou que não e que iriam olhar com discriminação se chegasse em algum local e dissesse que era profissional do sexo, que seria obrigada a mentir sobre a atividade que exerce. Rosa contou que a filha morou muito tempo com a madrinha, o que de certa forma a poupou de conhecer a atividade na qual a mãe atuava, diferentemente dos outros filhos que cresceram no ambiente, tendo conhecimento sobre a atividade da mãe, embora, coloque o ocultamento aos filhos da atividade que exercia.

Além disso, Carol afirmou só ter tomado conhecimento a pouco tempo de que a mãe é prostituta, embora soubesse que a mãe trabalhava com educação e “defendendo as prostitutas”, não sabia que havia chegado a exercer a mesma atividade que as mulheres com quem trabalha. O conhecimento veio por acaso, ao escutar sua mãe falar em uma conversa entre amigos que também era prostituta, a informação a deixou confusa, pensou que fosse brincadeira da mãe, até pelo fato de Rosa ter um relacionamento com outra mulher, que segundo a mãe deixou Carol mais revoltada do que saber que ela era prostituta. Depois, Carol comparou a situação da mãe, prostituta e lésbica, com a história de uma personagem também prostituta-lésbica da minissérie da televisão brasileira, “Felizes para Sempre? ”, exibida pela Rede Globo.

Após esse momento, Carol se retirou para se arrumar, pois, tinha um compromisso com os amigos, ou como ela disse: “vamos dá um rolezinho no shopping”, voltando em seguida para se despedir e falar com a mãe que a questiona sobre quem irá no passeio, diz para não voltar tarde e para tomar cuidado.

Posteriormente, Rosa retornou ao objetivo inicial da visita, o cadastramento das associadas; falou sobre a Associação, a sua fundação, as dificuldades e as curiosidades. Ela também desabafou sobre as implicações do seu trabalho, pois os filhos reclamavam muito da sua ausência, devido ela passar muito tempo fora de casa trabalhando nos bares, nas festas e na rua; entretanto, contou que tentava suprir a falta dando lazer aos filhos. No decorrer da conversa, somos constantemente interrompidas por visitas (vizinhos, netos, filhos) e com a chegada de mais um neto, filho do seu primogênito, encerramos a conversa com expectativas para um próximo encontro.

4.3.1.2 ALDA

O primeiro contato com os outros sujeitos participantes da pesquisa se deu pela mediação de Carla que através da filha mais velha, Luana, buscou informações sobre quando ela estaria em Natal para conversarmos e visitarmos a sua mãe, Alda e o seu irmão, Gustavo. O fato de Luana morar em uma cidade turística do litoral sul do Rio Grande do Norte e estar passando por um momento de transição no emprego – ela tinha acabado de sair de um emprego e estava tentando abrir o seu negócio próprio, uma barraca de alimentos na praia – adiou o nosso primeiro contato.

Nesse espaço de tempo, mantendo contato com Luana pelas redes sociais, ela nos informou que viria a Natal para deixar o filho na casa das tias e da esposa do seu falecido pai, depois iria resolver pendências médicas e em seguida iria para a casa da mãe onde poderíamos ter nosso primeiro encontro. Dessa maneira, nos disponibilizamos a acompanhá-la, a fim de apresentar a pesquisa e nos envolvermos com a sua família.

Nos encontramos numa parada de ônibus e seguimos de carro com destino a residência da sua irmã por parte de pai e da viúva do seu pai. No caminho ela contou um pouco do seu cotidiano, das dificuldades pessoais e financeiras pelas quais estava passando e da relativa vida confortável que sua mãe e irmão levavam em contraste com a sua. O que deixava explícito desavenças com a mãe e proximidade e parceria com o irmão.

No percurso da viagem Luana nos contou sua história de vida, sobre as dificuldades e sobre o relacionamento com sua mãe. Ela também contou a história de vida da sua mãe que se casou muito jovem e em seguida se separou do seu pai, e a partir daí começou a fazer programa para se sustentar. Em sua fala é recorrente a origem humilde da família, sua avó por parte de mãe com quem foi criada até os cinco anos, era vendedora ambulante e sua mãe que também passou por dificuldades financeiras, possui atualmente estabilidade e boa condição para proporcionar o melhor para o seu irmão Gustavo.

Já na casa da sua mãe, Alda e Gustavo se mostraram bastante receptivos, conversamos com Gustavo sobre o seu cotidiano, escola, músicas, entre outros assuntos corriqueiros. Alda nos convida para conhecer a casa, mostra orgulhosa sua residência, com um forte esquema de segurança e decorada de acordo com o seu gosto, também mostra fotos de Gustavo quando pequeno.

A matriarca, ao mostrar a sua casa, apresenta o “cabaré” como proporcionador do conforto e segurança que usufrui, mostra o seu quarto e exhibe orgulhosa o presente que ganhou das meninas que trabalham no bar-boate. Depois conhecemos a área de lazer e o local onde ela tem a intenção de montar uma conveniência.

Luana achou melhor apresentar individualmente a proposta da pesquisa à mãe e convidá-la a participar, Alda concordou ainda que não tivesse muito tempo para isso; mas achou que realizar a pesquisa com Gustavo seria bom, pois ele iria conhecer outras pessoas e

teria contato com as questões da universidade. Em seguida, nos despedimos de Luana, Gustavo e Alda, pois a mãe tinha questões a resolver referentes ao bar-boate. No entanto, quando íamos nos retirando Alda e Luana nos convidaram para conhecer o bar-boate, as seguimos de carro e ao chegar no local Alda mostra animada o estabelecimento.

Apresentando a estrutura do bar, os esquemas de segurança (câmeras dentro e fora do estabelecimento), o local de show, banheiro, o quarto que acomoda algumas mulheres que não tem outro local para ficar, e que antigamente servia para prestação de serviços sexuais; atualmente, os clientes saem de lá e vão para motéis. Quando chegamos no quarto no final da tarde, havia duas prostitutas se preparando para o trabalho à noite.

No centro do salão, com a minuciosa apresentação que Alda fazia das várias partes do local, embora risse da apresentação eufórica que a sua mãe fazia, Luana se mostrou desconfortável, colocando que ali era o local onde os maridos e os namorados iam para trair suas companheiras. Em seguida, Alda e Luana precisariam sair para acertar detalhes com um fornecedor, nos despedimos aspirando um novo encontro enquanto trocávamos números de telefone.

4.3.2 Elementos da prostituição na vida doméstica

O universo da prostituição permeia o ambiente doméstico desde o espaço físico até a relação entre os sujeitos. É recorrente a aparição do termo “cabaré” na fala das mães se referindo aos diversos significados que este pode ganhar, por exemplo, na referência a desorganização do espaço físico presente na fala da filha de Rosa: “minha mãe fala que as vezes aqui em casa é pior que um cabaré” (Carol, Diário de campo, 2015), em menção a organização doméstica e as cobranças quanto as tarefas que os filhos devem assumir no

cuidado da casa. Por sua vez, Alda utiliza o termo cabaré para se referir a sua casa, construída de acordo com a sua vontade, pois trouxe vários objetos do cabaré. As suas referências ao cabaré são como o sustento que possibilitou a aquisição dos bens materiais usufruídos atualmente.

Duas realidades que se referem ao mesmo universo, o da prostituição, mas que reforçam os diferentes papéis das mães na dinâmica da prostituição: mães prostituta que atuava preferencialmente na rua ou em bar e a outra que atuou na rua, mas que agora possui um bar- boate destinado a essa atividade. Nessa perspectiva, as diferentes maneiras de práticas da prostituição remetem a diferentes condições materiais de vida. Tal fato se associa a hierarquia existente na prostituição, que revela mulheres mais pauperizadas do que outras e culmina na disseminação de preconceito e distanciamento da identidade das mulheres que praticam essa atividade. O que revela modos diferentes de se prostituir e nomenclaturas diferentes para designar essas mulheres, dentre elas: prostituta, profissional do sexo, garota de programa, acompanhante. O nome, geralmente, está associado aos níveis hierárquicos e financeiros das mulheres.

Em uma das conversas que tivemos com Rosa ela explicou sobre a hierarquia nesse universo: no nível mais baixo estão inseridas as mulheres que se prostituem na rua e negociam diretamente com o cliente, essas são denominadas de prostitutas²⁰ e são alvos fáceis de discriminação, tanto por parte da sociedade quanto da própria categoria. No nível intermediário estão aquelas que frequentam bares, boates e festas, designadas de garotas de programa. Acima dessas estão as acompanhantes que comumente marcam o programa na

²⁰ Diante desse fato, compreendendo que o preconceito para com essas mulheres recai na atividade que exerce e não apenas na nomenclatura, nos posicionamos a favor daquelas profissionais menos favorecidas e que estão mais expostas ao preconceito, as chamadas prostitutas. Daí o modo como designamos neste trabalho as mulheres que atuam nesse universo.

internet ou por algum intermediário. A partir disso, é possível afirmar que as mães participantes da pesquisa pertencem a diferentes níveis de prostituição, Rosa atuava principalmente na rua, negociava diretamente com o cliente, chegou a ter um bar destinado a essa atividade, mas voltou a se prostituir na rua e assumiu o posicionamento político de prostituta. Já Alda chegou a atuar na rua por um tempo, mas atualmente possui um bar-boate e trabalha diretamente com as mulheres.

Tais constatações, nos remetem a diferentes situações financeiras. Rosa possui menor poder aquisitivo e tem as suas condições materiais e a dos seus filhos moldados por essa realidade, a escola que Carol acessa é pública, bem como o transporte que utiliza, o tipo de alimentação, entre outras necessidades que são supridas pelo trabalho da mãe.

Essa relação com o trabalho da mãe é perceptível na família de Alda, pois possibilita a Gustavo frequentar escola particular, transporte privado, entre outros confortos. Essa condição é da consciência do filho:

Ela não estudou, não tem formação nenhuma, era o único jeito dela ganhar dinheiro né, se não fosse por isso a gente estaria debaixo da ponte, tem outro jeito não, mas agora ela tá tendo a chance de sair, tá tendo o “pontozinho”, conveniência, tomara que ela consiga (Gustavo, Diário de campo, 2015).

Ao ser questionado sobre o que achava dessa atividade, Gustavo complementa:

Eu acho que são pessoas que não tiveram oportunidade na vida, é difícil ver uma pessoa rica se prostituindo, é o único meio de viver, ou faz isso ou morre de fome. Ela construiu a vida dela todinha com base nisso, teve o bar, ganhou dinheiro, comprou uma casa, apartamento, um carro. Se não fosse por isso eu não tinha nem nascido, porque antes de eu nascer ela já tinha o bar. O único jeito dela construir a vida dela foi com base nisso (Gustavo, Diário de campo, 2015).

Dessa forma, a atividade que exerce e as dificuldades financeiras pelas quais Alda passou influenciaram Gustavo a se dedicar bastante aos estudos, com o objetivo de cursar o ensino superior. Porquanto, a forma como os filhos se reproduzem socialmente, seja na escola ou em casa, bem como a sua visão de mundo são, de certo modo, decorrentes da situação financeira e da história de vida da mãe.

4.3.3 Relacionamentos da mãe

Os relacionamentos afetivos de Alda, mãe de Gustavo, são na maioria das vezes decorrentes do meio social que frequenta, de modo que os seus companheiros têm uma ligação direta com o seu trabalho ou com amigos em comum. Esse fato é observado por Gustavo que acredita que a “mãe tem um dedo podre para relacionamento, só se envolve com o que não presta” (Gustavo, Diário de campo, 2015). Segundo ele, as pessoas com quem Alda se envolve não são bons namorados, geralmente são drogados e ladrões que a fazem sofrer e ela não enxerga isso, nem escuta os filhos. O que incide diretamente na relação entre mãe e filho, cria conflitos e afasta Gustavo de Alda. Sobre os relacionamentos conturbados da mãe, ele a compara a uma adolescente:

Ela não pensa. Mãe, é o principal defeito dela é que ela não pensa no futuro, só pensa no agora. Luana também era assim mais nova, tanto que parou de estudar. Aí depois ela tomou consciência, ficou mais madura, criou uma moral melhor e aí virou uma pessoa melhor. Mas Mainha não, parou no tempo. Parece uma adolescente, tem cabeça de adolescente, não pensa (Gustavo, Diário de campo, 2015).

Tal posicionamento corrobora com a história de vida de Alda, pois Gustavo recorda que o seu pai não foi um bom marido e levou o antigo bar-boate que a mãe possuía a falência. Em seguida, um ex-companheiro de Alda, usuário de drogas, foi preso e morto. Nesse ínterim,

ao realizar as visitas na unidade prisional, Alda conheceu o atual companheiro que também estava preso. A respeito do relacionamento atual, Gustavo conta que o namorado da mãe está em regime semiaberto e passa a maior parte do tempo com ela no quarto ou ajudando na obra da conveniência. Ele conta que a mãe não perguntou a sua opinião sobre o fato do namorado dela ir morar com eles e que a irmã, assim como ele, também não gostou quando soube. Há histórias controversas sobre o crime cometido por ele, Alda justifica a prisão do companheiro ao fato dele estar acompanhando um grupo de amigos que tinha envolvimento com tráfico de drogas; entretanto, Gustavo e Luana acham estranho o tempo de detenção e especulam que ele tenha cometido assassinato. Acerca da chegada do namorado da mãe em sua residência, Gustavo revela:

Ela chegou e disse que ele ia dormir aqui, mas eu disse não. Ela pensa que manda em tudo aqui, é a rainha e o irmão pode fazer o que quiser aqui. Se quiser demolir a casa com ela dentro, ele faz. Ela chegou aqui “olhe, ele vai morar aqui. Pronto e tchau”. Foi na quarta-feira, assim que ele “fugiu” (Gustavo, Diário de campo, 2015).

Na família de Rosa o trabalho de prostituta também incide sobre a sua vida afetiva, pois os seus relacionamentos foram derivados de programas nos quais os clientes passaram a ser fixos e posteriormente constituíram família, os seus filhos são fruto desses relacionamentos.

Atualmente, Rosa posiciona-se bissexual e assume ser uma prostituta entendida – profissional que faz programa com o sexo oposto, mas se relaciona afetivamente com pessoas do mesmo sexo. Em que justifica essa opção através do trabalho da prostituição, pois afirma que o fato de se envolver profissionalmente com vários homens, fez com que “tomasse abuso do sexo oposto” (Rosa, Diário de campo, 2015).

Diante dessa dinâmica, começou um relacionamento homoafetivo e revela que Carol ficou mais revoltada quando soube desse relacionamento, do que quando soube que ela era prostituta. Sobre esse episódio, Rosa recorda:

Ela não se envolvia muito não. Porque ela passou muito tempo com a madrinha dela. Até assim para descobrir, praticamente foi uma novidade para ela, porque ela não cresceu como as outras duas, que cresceram sabendo. Ela não, eu reservei mais ela. É tanto que quando ela descobriu que eu tinha contato com mulher em relação à minha ocupação, ela já estava com doze anos, dez anos, que tu ficou revoltada. Ela ficou mais revoltada em me ver com outra mulher, entendeu? Em relação à afetividade, do que mesmo em relação à profissão (Rosa, Diário de campo, 2015).

Acerca da revelação da profissão e da opção sexual da mãe, Carol indaga:

Porque eu nunca imaginei, não é? Porque mãe defende uma coisa, mãe defende elas, as prostitutas. Então eu nunca achei que ela também poderia ser, “não, acho que mãe só defende e fica brincando, falando brincando. Porque primeiro minha mãe vivia com uma mulher, como é que mãe vive com uma mulher e é prostituta? ” Aí hoje eu fico vendo as novelas que passam, “Felizes para sempre? ”, e *caramba*, a mulher é prostituta, vive com outra mulher, não é? É engraçado, não é? Aí eu digo pode, o que é que não pode, pelo amor de Deus? (Carol, Diário de campo, 2015).

Sobre a opção sexual da mãe, Carol acrescenta:

Pronto, eu não fiquei muito espantada não. Fiquei mais espantada quando eu vi, não é? Ela nem me falou, eu que tive que ver. Aquilo pra mim foi um choque: ver minha mãe com outra mulher (Carol, Diário de campo, 2015).

4.3.4 Sexualidade

Sobre a iniciação sexual dos filhos, Alda e Rosa demonstram posicionamentos diferentes, enquanto a mãe de Gustavo anseia que o mesmo inicie a sua vida sexual e arranje

logo uma namorada, a mãe de Carol confessa que tinha vontade de ver a filha casando virgem e que ficou transtornada quando soube que Carol iniciou a sua vida sexual.

Rosa afirma que sempre procurou ser amiga dos filhos e que eles possuíam liberdade para conversar sobre qualquer assunto, quando questionada sobre a sexualidade e a iniciação sexual dos filhos, ela diz que mesmo com certa timidez, os filhos contavam para ela e que não deixava de choca-la. Essa circunstância vai de encontro ao exposto por Bacelar (1982), de que a sexualidade não é debatida na família da prostituta. Sobre a iniciação sexual da filha mais nova, Rosa confessa:

Aí quando ela veio me dizer eu fiz um escândalo, minha filha, fiquei até com vergonha. Pena que na hora ninguém gravou porque depois eu caí em mim e ela começou “é, porque quando foi com a filha de fulana...” e eu realmente quando foi com os filhos dos outros. Tu tava aqui, Janine? Quando eu dei um espetáculo? (Rosa, Diário de campo, 2015).

O diálogo que se desenvolveu entre Rosa e Janine, sua filha mais velha, traz mais informações acerca desse episódio:

Janine: Começou por discussão dela e Tatiana, aí começou a cachorrada. Quando ela foi e falou que ia conversar com a senhora, pensando que ia entender, só que a senhora soltou os cachorros em cima dela. Aí ela disse “se soubesse eu não tinha dito”.

Rosa: É porque não adianta dizer não. Primeiro eu conquistei bem, disse “mulher, fale que eu sou sua mãe”, aí quando ela veio dizer subiu aquela raiva e revolta dentro de mim.

Janine: Porque a velha dizia que ela era a única que...

Rosa: ...dizia que ia casar de véu e grinalda, que ia casar virgem, aí eu tinha aquele sonho, já estava me sentindo (risos). (Rosa e Janine, Diário de campo, 2015).

A valorização da virgindade da filha relaciona-se com a própria história de vida de Rosa, quando jovem ela buscava a sua independência sexual, se sentindo incomodada com o

fato de ser virgem e da repressão sexual da mulher na sociedade. Entretanto, quando teve a sua primeira relação sexual foi coagida a casar com o parceiro, de quem posteriormente se separou, depois teve alguns casos e então surgiu a oportunidade de fazer programas.

Com o passar do tempo e com a limitada liberdade sexual que a mulher desfruta atualmente, Rosa nos expõe uma outra opinião sobre a virgindade, que pode ser percebida tanto no diálogo acima quanto nesta nota de campo: “me incomodava porque eu saía pros cantos e quando os homens sabiam que eu era virgem parecia até que eu estava com uma doença contagiosa (risos). Era, era desse jeito. Está pensando que era como agora, é?” (Rosa, Diário de campo, 2015). Desse modo, observamos a mudança na opinião de Rosa acerca do assunto, inicialmente defendia uma maior liberdade sexual para mulher e, recentemente defende o desejo de casar a filha virgem, para a partir dessa condição ser valorizada socialmente.

Por outro lado, Alda deseja que o filho arrume uma namorada e inicie sua vida sexual: “eu digo: olha menino vai pra rua atrás de uma namorada, me deixa em paz”. Ao ser questionada se sentiria ciúmes, ela rebate: “Não mulher, desde que ele esteja bem e ela também, pode namorar, eu lá me importo com isso. Queria que ele tivesse uma namorada dentro de casa que eu fazia um banquete para ver se ele ficava bem. Mas ele é desse jeito” (Alda, Diário de campo, 2015). E embora o exercício profissional das mães se distancie dos valores sociais dominantes, os discursos sobre a temática de gênero, tanto de Rosa quanto de Alda, estão em conformidade com o discurso tradicional, impondo restrições sexuais as meninas e liberdade sexual aos meninos. Tal situação é consoante com o exposto por Bacelar (1982) que retrata a desigualdade de gênero no tocante ao debate da prostituta acerca da sexualidade dos seus filhos.

Ademais, o desejo de Alda se liga a desconfiança sobre a sexualidade do filho, pois ela suspeita que o mesmo seja homossexual, sobre essa desconfiança ela coloca:

Porque ele não sai, se ele botar o pé fora, ele for para uma brincadeira, ele for para uma praia, se ele for na sua casa, se ele sair, ele fica... O que vai chover de mulher! Mas será que ele quer? Porque olhe, porque eu sou a mãe dele, eu sou a mãe dele, então eu sei, eu vejo ele. Eu entendo. Eu digo: “*Menino larga de tá ouvindo esse viado cantando o dia todinho*”. Porque é 24 horas Lady Gaga²¹ dentro de casa. Sei não mulher, sei não, pode ser que eu esteja enganada né? Mas... (Alda, Diário de campo, 2015).

Sobre a possível sexualidade do filho, Alda acrescenta a sua opinião e não esconde uma possível decepção:

Eu posso até estar enganada. Deus que me perdoe, mas para mim aquele menino não gosta de mulher. Vou ficar muito *desgostosa*, eu não queria um viado dentro de casa, não vou achar bom (Alda, Diário de campo, 2015).

Ao ser questionada sobre os motivos que a levaria a não aceitar a sexualidade do filho, Alda revela:

Não é nem pelo fato da pessoa ser viado, é a discriminação do mundo, é a homofobia. Eu tenho medo de ele sofrer tudo isso. Quem é que não sofre? É melhor você ser rapariga mil vezes, um ladrão às vezes é mais respeitado, um bandido, um traficante, do que um viado. O pobre do viado passa na rua, o povo joga as pedras. Viado para ser viado hoje, você tem que estudar muito, ser muito inteligente, ser dono do seu nariz e ter muito dinheiro para você viver bem. Porque se não minha filha, vida de viado é triste. Vida de viado é triste! E eu me preocupo demais com isso, se ele for desse jeito eu vou aceitar porque é filho né? Mas eu tenho para mim que esse menino, ele num... (Alda, Diário de campo, 2015).

²¹ Stefani Joanne Angelina Germanotta, mais conhecida pelo nome artístico Lady Gaga, é uma cantora, atriz, compositora, produtora musical, modelo, ativista e dançarina estadunidense.

Alda se sente incomoda com a possível sexualidade do filho e busca, a partir da facilidade do seu trabalho, moldar a sexualidade dele, convidando-o a ir ao bar-boate, levando as mulheres que trabalham lá para a sua casa. Quando questionada sobre uma possível conversa com o filho sobre a questão, ela nos conta que já pediu para a irmã de Gustavo conversar com ele sobre isso; entretanto Gustavo ficou chateado com o fato da mãe pedir para outra pessoa ir conversar com ele, em vez dela mesmo.

Em relação a sua sexualidade, Gustavo revelou em uma de nossas conversas particulares sentir atração tanto por menina quanto por menino, definindo-se bissexual. Não obstante, ele afirma que não gostaria de assumir a sua sexualidade enquanto estiver na casa da mãe, ainda que a sua mãe não possua nenhum direito de reclamar, pois ela também estaria à margem da sociedade por trabalhar com prostituição:

Quem é ela para não me aceitar? Olha o que ela faz? Ela já foi expulsa de uma igreja por causa disso. Do lado do bar tem uma igreja evangélica, a gente frequentava lá, eu não sei como eles nunca notaram que ali era um cabaré. Quando descobriram começaram a dizer que ela não precisava mais visitar, convidaram ela a sair da igreja. Aí depois ela foi brigar com eles, dizendo que não era para eles julgarem as pessoas, mas ela mesmo julga as pessoas (Gustavo, Diário de campo, 2015).

4.3.5 Escola

A realidade de Carol e Gustavo possuem similaridades, mas também particularidades. Gustavo é bastante dedicado aos estudos, tira notas boas e se dedica as atividades escolares, participa de atividades extraclasse como a feira de ciências, estuda uma segunda língua (inglês) e se envolve em atividades culturais. Esse comportamento, junto ao desejo de ingressar na Universidade, é motivo de orgulho para ambos, mãe e filho. E parece ser uma

tentativa de superação da história de vida de Alda e da sua luta pela sobrevivência através de um trabalho pouco convencional, não aceito pela sociedade.

No que se refere a vida escolar do filho, Alda discorre sobre como contribui para o seu êxito escolar e se mostra orgulhosa da dedicação dele aos estudos:

Esse menino é esforçado. Porque primeiro eu não sei ensinar nada, quando ele vinha perguntar eu dizia: olhe, pergunte ao pai dos burros que são os seus livros, porque eu não estudei. Minha experiência de vida é tudo na prática, nada de teoria. Na vida mesmo, que foi dura, então eu não tive como ensinar nada para ele, tudo foi ele só. Ele nunca teve ninguém para ensinar nada a ele, dei logo quando eu pude um computador e ele vive vinte quatro horas nesse bicho estudando, estudando, estudando... eu digo: meu filho, estude, porque a sua sabedoria e sua inteligência ninguém vai tirar (Alda, Diário de campo, 2015).

Na escola apareceram situações ligadas ao universo de trabalho da mãe, o fato dela ir buscá-lo na escola com a propaganda do bar-boate no carro revelou preconceitos, mas após um tempo também aproximou os meninos da escola, que demonstraram interesse em conhecer o bar-boate. Gustavo recorda que tinha uns trezes anos e fazia a oitava série quando seus colegas da escola descobriram a atividade da sua mãe:

Aí quando falei para o povo do colégio...não foi nem falar, foi assim: ela tinha um carro na época e ela colocou um banner no carro com um perfil, a silhueta de uma menina no pole dance que dizia o nome do bar, aí ela chegou pra me pegar, e o pessoal perguntou: “o que é isso Gustavo? ”, aí eu disse: “é o bar da minha mãe”, e o pessoal: “tem um pole dance, a sua mãe tem um cabaré? ”. Aí todo mundo: “ a sua mãe tem um cabaré é?!?! E eu: é! Aí começou o preconceito: “A sua mãe tem um cabaré, sua mãe é puta. ” Eu fiquei bem chateado com essas coisas (Gustavo, Diário de campo, 2015).

Ele recorda que antes desse episódio sempre foi muito discreto com relação a atividade que a mãe exercia: “ela nunca comentou: ‘eu tenho um cabaré’, sempre foi super

discreto. Ninguém nem sabia, ah você mora num bar, eu dizia: ‘não, moro num restaurante’”.

Depois do episódio do carro, Gustavo revela que sofreu bullying por parte dos colegas:

É Gustavo, que é filho da Alda e a mãe dele é puta. Aí começou, rolou muito bullying. Foi péssimo. Eles foram descobrindo: “Caraca, a sua mãe tem um cabaré, a sua mãe é puta”. Eu sentia raiva, muita raiva, ficava revoltado. Qualquer pessoa chamar a mãe da pessoa de puta, a pessoa fica com raiva. Aí no nono ano, melhorou muito, o povo já tinha se acostumado com a ideia, o povo dizia: “Ah eu vou no bar da sua mãe pra pegar num sei quantas”, eles ficavam mais quietos, eu não ficava mais com raiva (Gustavo, Diário de campo, 2015).

Quando questionado acerca do posicionamento dos professores, Gustavo diz:

Os professores são meio que imparciais, dentro da sala dos professores eu tenho certeza que eles falam, mas na sala de aula eles não falam, porque sabem que o aluno vai contar pra mãe e vem problema pra eles. Só uma professora, que ela nem sabia dessa história: “E é?! A sua mãe tem um cabaré?!”, e eu: “Pois é professora”. Ficou todo mundo olhando pra mim, eu fiquei meio que sem reação. Muito doido aquele momento (Gustavo, Diário de campo, 2015).

Sobre uma possível proteção dos professores, diante dessa situação, Gustavo responde reflexivo: “é até certo momento eu acho que os professores me protegiam sim”.

No que diz respeito ao episódio do carro envolvendo Gustavo e Alda, Luana – em uma entrevista individual – fala sobre a relação do irmão com a mãe tendo como base esse acontecimento e acrescenta que ele não se sente confortável com a presença da mãe frente ao seu meio escolar e isso implica na fragilização da relação deles:

Ele não aceita, tem vergonha dela, tem vergonha do jeito que ela age. Porque ela não é uma pessoa normal, quando você conhecer você vai ver. Ela é muito engraçada, ela é uma mistura assim de muita coisa, eu não sei identificar. Ela é bipolar, quando ela está bem, animada, trata todo mundo bem, quando ela está atacada, estressada, louca, manda todo mundo embora, não quer ninguém perto dela. Ela é uma figura. E ele tem

vergonha dela, ele não gosta. É tanto que ela, hoje não, o carro dela não tem mais nenhum tipo de adesivo, antigamente tinha boate “tá rá rá tá rá rá”, não tinha falando nada dos babados, mas tinha boate não sei o que, que eu não lembro nem o nome, para você ter uma ideia. E quando ela ia deixar ele na escola, ele estudava ali na esquina, mas ela tinha que parar o carro aqui para ninguém ver que ele ia com ela, que ele era filho dela, entendeu? Então eu acho que até nisso ela se sente assim, porque ele diz na cara dela que tem vergonha da mãe que tem, do jeito dela ser. É um problema, uma situação, ele é frustrado e ela também (Luana, Diário de campo, 2015).

No que concerne a sua vida escolar, Luana revela que a profissão da sua mãe era de conhecimento de todos na escola: “não, na escola todo mundo sabia e todo mundo respeitava, entendeu? E todo mundo se preocupava comigo” (Luana, Diário de campo, 2015). Ela recorda que em sua trajetória escolar os professores demonstravam uma preocupação com o seu desempenho e também com a influência que poderia exercer sobre as outras colegas:

É, por mim, e tinha preocupação pelas outras crianças, pelas outras meninas. Tipo assim, “Luana é a filha da dona do cabaré. Será que ela não vai influenciar as outras meninas? ” Porque eu sempre fui danada assim de gostar de festa, de gostar de namorar, mas eu nunca quis ser puta, entendeu? Eu tinha medo. Então, um exemplo muito grande, eu namorava com o primo dela, mas tipo assim, eu não esquecia meu remédio um dia porque eu morria de medo de engravidar e eu sabia que se eu engravidasse ela me colocava na rua. Então eu queria namorar, ir para as festas, farrear, mas eu não queria ser puta. Porque eu sabia que eu ia sofrer, eu sabia que eu podia ir para um motel com um homem e apanhar, entendeu? (Luana, Diário de campo, 2015).

Observa-se que Luana tinha consciência da vida nada fácil que uma prostituta leva, dos riscos inerentes à profissão, de modo que tentava se afastar da atividade e das ilusões que a cercam. O trecho também revela uma preocupação das pessoas à sua volta, dos professores e dos parentes, de que ela pudesse seguir a atividade da mãe e/ou influenciar as amigas. Tal

circunstância se relaciona com o debate trazido por Marques e Mendes (2009b) em que os professores buscam mecanismos que preservem e protejam os filhos da revelação da atividade da mãe, bem como as possíveis influências na vida do filho. Do mesmo modo, a realidade pesquisada assemelha-se aos estudos de Bacelar (1982), Mendes e Marques (2009a) e Santos (2011), nos quais as mães preocupam-se com o futuro profissional dos filhos, almejando uma carreira diferente da sua por meio da educação. No presente estudo, Alda demonstra preocupação com a carreira do filho, buscando fornecer a base material para a realização profissional do mesmo. No que se refere a Luana, a mãe recorda que lhe ofereceu toda estrutura para estudar e seguir uma profissão, mas que a filha não soube aproveitar.

Luana revela um episódio que a marcou na escola, uma briga com um colega que conhecia desde pequeno, cuja mãe trabalhava como garota de programa no bar-boate da sua mãe. Durante a aula, o professor tocou em determinado assunto que gerou uma brincadeira da parte dele e culminou em uma discussão que teve seu ápice quando o colega tocou na atividade que a mãe de Luana exercia. Acerca desse episódio Luana recorda:

Aí ele foi e disse assim “Ah, Luana, porque sua mãe é dona de cabaré”, uma coisa assim, eu não recordo a frase mesmo, mas foi uma coisa assim. E eu estava sentada em uma cadeira ao lado da dele e dessa coisa que ele disse eu voei em cima dele. Eu peguei meu caderno, joguei em cima dele e pulei em cima (Luana, Diário de campo, 2015).

Já Carol, filha de Rosa, estuda em uma escola pública distante do seu bairro e acredita que a distância a ajuda a não se distrair na escola com os amigos do bairro, além do mais diz gostar de conhecer realidades diferentes da sua e que uma escola em um bairro distante lhe dá subsídio para isso. No que se refere aos estudos, Carol revela algumas faltas em sala de aula, muitas vezes justificadas para a mãe pelo fato de ter apenas dois horários de aula ou por estar sofrendo bullying das colegas por “ser brega”.

Carol revela que não diz exatamente o que a mãe faz para os amigos e os colegas, fala que a mãe trabalha com várias coisas e que se for elencar “é um mundo sem fim”, mas quando tem que identificar a profissão diz que ela trabalha com educação e prevenção defendendo os direitos das mulheres – prostitutas. O que está relacionado com as contribuições de Cavour (2011) e Bacelar (1982) sobre o encobrimento do filho da atividade mãe, como uma forma de se proteger do preconceito. Nesse âmbito, Carol recorda um episódio na escola envolvendo a afilhada de Rosa, Sara, que possui uma realidade semelhante à sua – a mãe também é prostituta – e quando os colegas souberam disso revelaram discursos preconceituosos, Carol recorda isso ao ser indagada como é identificada a atividade da mãe na escola:

Graças a Deus não, mas eu acho que agora eu sei, se eu falasse que minha mãe é prostituta, teria preconceito. Porque minha prima, que a gente mora junto, a mãe dela é; quando ela falou pros meninos, eles ficaram meio espantados. Na frente dela não falaram nada, mas por trás falam “Cuidado não para Sara não ser igual a mãe dela”. Eu já escutei vários boatos desses e eu mesma repreendi os meninos, disse “gente, a mãe dela está fazendo isso para dar uma educação melhor a ela”. Eu acho que se fosse eu, na frente ninguém ia falar, mas imagino que por trás iam falar. Agora assim, eu poderia falar porque eu não tenho um pinga de vergonha “ah, ela tinha que fazer isso para manter a gente, ou porque ela gostava, não sei... Porque ou eu faço isso ou passo fome”. Aí a pessoa faz e depois começa a gostar, aí faz por gosto também. Depois se não estivesse mais precisando e quisesse continuar (Carol, Diário de campo, 2015).

Durante um passeio no shopping em que conversávamos, encontramos com uma ex-professora de Carol que revela que ela tinha sido uma aluna muito boa, com boas notas e com grande interesse pelas artes: “ela foi uma aluna boa, participativa, não dava trabalho em sala de aula, somente no dever que apresentava certa dificuldade” (ex-professora de Geografia de Carol, Diário de campo, 2015).

Embora Carol e seu irmão, Alan, sejam os filhos que de acordo com Rosa menos sofreram com as possíveis consequências do seu trabalho em suas vidas, ela confessa que não pôde acompanhar de fato o desenvolvimento da vida escolar dos filhos, principalmente dos mais velhos; visto que dispunha de pouco tempo, pois trabalhava de noite e descansava de dia. Sobre esse fato, recorda: “o rendimento que eles tiveram foi praticamente por eles mesmos, eu não tive aquele monitoramento de estar ali e ensinar a eles, ajudar eles nas tarefas de casa ” (Rosa, Diário de campo, 2015). Nessa perspectiva, foi possível observar que a atuação de Rosa enquanto dirigente da ASPRORN também requer longos períodos longe da família, viajando pelo Brasil para representar e participar de congressos da categoria ou relacionados a temática, o que acaba por restringir a presença dela junto aos filhos.

4.3.6 Relação padrinhos e afilhados

Em *Uma história social do abandono de crianças*, Paula (2010) resgata a relação madrinha/ padrinho e afilhado desde o Brasil-colônia e acrescenta que nessa relação o padrinho ou madrinha assumem papéis semelhantes aos dos pais, com responsabilidades espirituais e materiais para com seus afilhados. Em semelhança a realidade também trazida por Bacelar (1982), observamos a relação de Carol com os padrinhos que são como pais para ela, que os chama, inclusive, de pai e mãe. A relação se estabeleceu desde cedo quando ainda bebê foi morar com os seus vizinhos, que se tornaram os seus padrinhos e a criaram junto com Rosa. Carol morou muito tempo com os padrinhos e recebe orientação, conselhos e ajuda material da parte deles. Quando questionada sobre como se deu esse processo a madrinha de Carol de nome fictício, Daniele, relembra que:

Rosa já tinham me pedido pra tomar conta de Carol quando ela nasceu, eu disse que não, porque nem o meu filho eu criei direito. Passava o dia fora trabalhando, o meu marido também. Mas na hora que nasceu ela já foi lá pra casa, eu não aceitei, mas Rosa às vezes saía, viajava e dizia: Daniele fica ai com Carol, aí ela ficava, dormia lá em casa e nesse negócio foi ficando, ficando [...] (Daniele, Diário de campo, 2015).

Sobre o pai biológico de Carol ela acrescenta: “a relação com o pai dela era normal”, questionei se ele via algum problema em Carol ser criada com os padrinhos e ela disse que não: “no dia que ele faleceu ela tava lá em casa, ela tinha dois anos, levei ela para ver”. Daniele revela que sente saudades da filha de criação, mas que entende que ela ficava muito tempo sozinha, pois Rosa se mudou para outro bairro e ela e o esposo saíam para trabalhar e só voltavam de tarde, “a gente sentiu muito quando ela foi embora, ele sentiu muito, até hoje ele chora” (Daniele, Diário de campo, 2015).

Rosa que é madrinha de Sara – filha de outra prostituta – busca constantemente saber da vida dela, seja pessoalmente, pelas redes sociais ou por telefone, atentando principalmente para os estudos, incentivando-a a estudar e a vislumbrar diferentes patamares na vida. Além disso, Rosa orienta Sara sobre prevenção sexual, uso de anticoncepcional e busca dentro das suas limitações fornecer ajuda material. Em um momento de interação entre as duas, Rosa pergunta do que ela estava precisando e ela diz que queria uma peça de roupa. Por sua vez, Sara demonstra respeito e consideração pela madrinha, ao pedir a sua benção, por exemplo.

4.3.7 Lazer

Entre os sujeitos pesquisados o acesso ao lazer se dá de diferentes formas, que estão diretamente ligadas às condições materiais e ao meio social. Carol possui um forte vínculo de

amizade com a comunidade em que vive, com os vizinhos e com os amigos. No final de semana, aparece como momentos de lazer um passeio ao shopping, que ela chama de “rolezinho”, uma visita a casa dos amigos para assistir programas de TV ou o jogo de futebol dos meninos na quadra da comunidade.

Em um episódio específico, Carol conta que numa das saídas com a irmã conheceu um estabelecimento de prostituição:

Sim, mas eu não fui de noite, eu fui de dia. Eu não posso nem ir, nem de manhã. Eu fui mais porque eu tinha que sair com a minha irmã e eu pedi para ir, mas eu nunca fui de noite. Primeiro porque não pode pela minha idade. Mas eu achei bem diferente. É tipo a casa dela, sei lá (Carol, Diário de campo, 2015).

Sobre as impressões do lugar, Carol acrescenta:

Porque minha irmã trabalha nesses negócios distribuindo, aí teve uma vez que eu queria ir e ela me levou, aí eu olhava assim e (pensava) “vixe as meninas tudo limpinhas, tem menina que eu olho aqui ‘Meu Deus do céu’, quando eu olho eu digo vixe, as meninas que trabalham nisso, tem menina que trabalha nisso, tem menina que é toda “malamanhenta [...] Pronto, aí eu fiquei só vendo assim” (Carol, Diário de campo, 2015).

Diante do exposto, observa-se que o fato da irmã de Carol, Tatiana, trabalhar na ASPRORN, distribuir preservativos e atuar junto as prostitutas facilitou o seu acesso ao espaço físico em que trabalham as mulheres, conhecidos popularmente como cabaré ou barboate. Ao chegar no local e conhecer as mulheres que lá trabalhavam, ela se deparou com uma realidade diferente, que desmistificava a ideia que possuía acerca daquelas mulheres.

No que concerne à comunidade, a violência decorrente do tráfico de drogas e outras expressões de cunho social fazem parte da realidade na qual se encontra Carol, por exemplo, o homicídio de um morador se apresenta como um acontecimento que desperta a curiosidade da

comunidade. De forma que a visita à cena da violência, os boatos, as hipóteses e a chegada da polícia tornam-se a atração principal em um momento de lazer no sábado à noite.

Sob tal enfoque, Rosa recorda que tentava suprir a falta de convivência com os filhos proporcionando-lhes momentos de lazer, levando-os para se divertir:

Beber com meus filhos foi uma coisa muito errada que eu fiz. Beber com eles, todo mundo junto, pensava “ah, melhor estarem bebendo aqui do que no mundo para eu poder controlar”. Aí beber junto, divertir junto (Rosa, Diário de campo, 2015).

Quando questionada se arrependia de beber com os filhos, Rosa avalia:

Mulher, eu acho assim porque eles começaram a beber precocemente, entende? E eu vi assim, que graças a Deus, da bebida não partiu para outras drogas, porque poderia ter partido. Mas eu estou sempre falando que a bebida pode puxar outras coisas e que eles tenham cuidado, saibam diferenciar as coisas. Mas que se tivesse acontecido eu teria sido a maior incentivadora, não sei nem qual a palavra certa, porque foi comigo que eles aprenderam a beber (Rosa, Diário de campo, 2015).

No que se refere ao lazer, Gustavo busca passar seu tempo livre com os instrumentos que dispõe em sua residência: navegando na internet, assistindo televisão ou lendo um livro. Ele possui pouco contato com a vizinhança, devido a dinâmica da mesma e ao cuidado da sua mãe com a sua segurança, que ao sair de noite para trabalhar reforça a segurança da residência, porque mantém o filho só em casa durante toda noite.

Alda expõe a sua preocupação com a segurança do filho e confessa que liga várias vezes a noite e acessa – do local de trabalho – as câmeras de segurança da sua residência para observar o que está acontecendo. Sobre essa questão ela conclui:

Mulher, tô super preocupada com ele, porque ele fica sozinho naquela casa, só que ela é toda toda, tem o sistema de alarme e de segurança. Primeiro Deus né? Que é que guarda as coisas. E o resto, é Deus também. Tudo ligado para qualquer coisa ele me chamar, mas ele é relaxado (Alda, Diário de campo, 2015).

No que diz respeito as formas de lazer que o filho acessa, Alda se sente um pouco incomodada, pois acredita que elas atrapalham a vida social dele e dificultam que ele encontre uma namorada:

Mas o fato dele não está com meninas, com mulheres é por que ele não tem amigos de sair, de ir para um shopping, uma pelada, de sair para um parque, um negócio, academia, não vai para lugar nenhum, como ele vai se relacionar com alguém? Só sai de casa pro colégio, do colégio para casa, de casa pro colégio, do colégio para casa. Fica só na internet, escutando aquelas músicas (Alda, Diário de campo, 2015).

Alda deixa claro, inclusive para o seu filho, que gostaria que ele saísse mais de casa e iniciasse a sua vida sexual: “esse menino tem que sair mais de casa, conhecer gente, arranjar logo umas *quengas*” (Alda, Diário de campo, 2015). E confessa que já tentou levar o filho para acessar outras formas de lazer, para uma missa numa igreja católica, sair para comer pizza e até para o bar-boate para conhecer as meninas e iniciar a sua vida sexual:

Mulher, eu chamo ele para vim aqui, aqui tinha uma menina que via ele e ficava doida, e eu chamava ele para vim para cá e ele “Vou não! ” E a menina lá. As meninas eu levo lá em casa às vezes, elas, Viviane como é o nome daquela menina? Monique! Monique era louca por ele, levei Monique umas três ou quatro vezes lá para casa. Soltava ela lá no quarto dele, aí eu saía, inventava que estava lá por fora para ver, ele lá no computador conversando com ela, ele nada. Ai depois eu perguntava “E aí Monique? ”, “Fez nada, bem quietinho ele” e eu esperando uma atitude dele, porque ela com medo, já vivida né? Não queria atacar ele. Eu também não posso dizer “Ataca mulher ele! ” Mas na próxima eu vou dizer “Ataca mulher, ele” (Alda, Diário de campo, 2015).

Nessa circunstância, observamos que a profissão da mãe permite um acesso facilitado do adolescente a determinada forma de lazer, no caso práticas sexuais com as mulheres que atuam no bar-boate. Embora possua essa maior facilidade, Gustavo parece não demonstrar

interesse em tal acesso, o que faz aumentar a suspeita por parte da mãe da sexualidade do filho.

4.3.8 Conhecimento sobre a atividade da mãe

Na família de Rosa, o conhecimento acerca da sua profissão se apresenta de maneira diversificada. Janine, a filha mais velha de Rosa, conta que só tomou conhecimento da profissão da mãe quando ela se autodeclarou profissional do sexo e assumiu um cargo de dirigente da ASPRORN, conforme se recorda:

Na verdade, nunca entrou na minha cabeça que mãe foi profissional do sexo, porque pra mim profissional do sexo é aquela que se vende, fica num certo lugar, tem os clientes fixos que liga. Essa é profissional do sexo. Porque os homens que eu sei que ela se relacionou foi de convivência, ela viveu com eles, teve filhos deles e eles sempre ajudou. Esse negócio de vender sexo por dinheiro, eu nunca vi não. Isso que tô dizendo é aos meus olhos, se ela se autodeclara profissional do sexo quem sou eu pra dizer que não (Janine, Diário de campo, 2015).

Em seguida recorda uma conversa que teve com a mãe questionando a sua condição de prostituta:

Eu via as amigas dela fazendo. Quando chegou a informação que ela também fazia não esquentei com nada não, não tive choque não. Aí eu falei pra ela: “Mãe, eu nunca vi a senhora se prostituir” e ela disse: “Nem vai ver, que eu não preciso mostrar o que eu faço, com quem eu saio, deixo de sair, todos os pais dos meus filhos foram de uma prostituição” (Janine, Diário de campo, 2015).

Compreende-se assim a discrição com que Rosa exercia a atividade da prostituição. Corroborando com a literatura da área que coloca como recorrente o temor da revelação e a ocultação por parte da mãe aos filhos da atividade que exerce (Cavour, 2011; Ribeiro, 2004;

R. Silva, 2008; Sganzella, 2009). Semelhante à realidade pesquisada, em que o cuidado para não se expor aos filhos era recorrente,

Assim, eles não entenderam porque minha vida em relação a trabalho sempre foi muito camuflada. Esse quiosque em que eu trabalhava era como se fosse assim um [...] então eles focavam no barraco. Aí o que acontecia eles não entendiam. Só depois, através do movimento, de televisão, de oficina que eu dou e começaram a me acompanhar, aí foi que foram começar a entender (Rosa, Diário de campo, 2015).

Em situação semelhante, Alan – o filho mais novo de Rosa – também recorda que não tinha conhecimento da profissão da mãe até ela assumir o cargo e adotar a postura política da categoria:

Sobre essas coisas eu não posso dizer porque não vi, só posso dizer o que vi. Pra mim ela era uma pessoa [pausa] sempre foi direita. Porque hoje ela vai para televisão e fala as coisas e eu fico pensando e era assim desse jeito. Antigamente ela não falava o que fala hoje (Alan, Diário de campo, 2015).

Em contrapartida, a outra filha de Rosa, Tatiana, revela que já observava atitudes da mãe e das amigas com quem trabalhava, denunciando a atividade que elas exerciam:

Na verdade, nenhuma dos filhos teve certeza que ela trabalhava com isso, porque ninguém via ela trabalhando, porque quando ela não estava no bar e a gente era criança não podia ir para o bar. Quando a gente foi crescendo e se mudou para o prédio lá na Ribeira, ela já não estava mais no bar, já estava com o pai de Alan, ela colocava outra pessoa para trabalhar no bar. Só que a menina que trabalhava no bar, a gente percebia que tudo tinha um envolvimento com a mesma coisa. Conversa vai, conversa vem, eu juntava um A dali, um B dali e meio que descobri, mas nunca falei nada, não tenho nada a ver com as coisas dela, é tanto que quando ela quis falar, ela falou. Capaz de quando eu perguntar levar uma mãozada para deixar de ser curiosa (Tatiana, Diário de campo, 2015).

Tatiana relembra que foi através do envolvimento com a ASPRORN, que a profissão da mãe se tornou clara:

Ela não falou assim não, ela nunca juntou a gente para falar assim “Olhe sua mãe fez assim, assim...” Quando ela começou a se envolver no movimento social, a gente começou a perceber, mesmo assim ela não dizia nada, só dizia que era uma associação para profissionais do sexo e no nosso bairro era comum, via direto aquele trabalho, era realizado na nossa cara. Ninguém estranhava, como é que a gente estranha se a gente convivia diariamente. Quando foi uma vez, em uma entrevista foi que ela falou, mas não era nem canal aberto, tipo esses que tem (Tatiana, Diário de campo, 2015).

Para a filha mais nova de Rosa, Carol, a revelação da profissão da mãe foi por acaso, ao escutar uma conversa entre a mãe e as amigas:

Sei lá, acho que eu tinha uns treze... eu não sabia que a senhora era. Uma vez eu peguei a senhora falando “ah, eu também sou prostituta. Aí eu pensei “será? Acho que mãe fala isso brincando” (risos). Porque eu nunca imaginei, não é? Porque mãe defende uma coisa, mãe defende elas, as prostitutas. Então eu nunca achei que ela também poderia ser, “não, acho que mãe só defende e fica brincando, falando brincando. Porque primeiro minha mãe vivia com uma mulher, como é que mãe vive com uma mulher e é prostituta? ”. Aí hoje eu fico vendo as novelas que passam, “Felizes para sempre”, e *caramba*, a mulher é prostituta, vive com outra mulher, não é? ” (Carol, Diário de campo, 2015).

Carol revela que ficou mais surpresa com o relacionamento homoafetivo da mãe do que com a revelação da profissão: “pronto, eu não fiquei muito espantada não. Fiquei mais espantada quando eu vi, não é? Ela nem me falou, eu que tive que ver. Aquilo pra mim foi um choque: ver minha mãe com outra mulher”. Depois, Carol recorda:

Foi, se mãe já me contou antes eu não me lembro. Sendo que quando eu ouvi me assustei porque para todo mundo eu conto que mãe trabalha em tanta coisa, porque vinte e quatro horas mãe está envolvida com esses negócios. Aí eu digo que ela ajuda esses profissionais do sexo, mas eu nunca cheguei para dizer que minha mãe é

profissional do sexo também porque eu não sabia que minha mãe trabalhava disso (Carol, Diário de campo, 2015).

Sobre isso, Rosa afirma:

Ela não se envolvia muito não. Porque ela passou muito tempo com a madrinha dela. Até assim para descobrir, praticamente foi uma novidade para ela, porque ela não cresceu como as outras duas, que cresceram sabendo. Ela não, eu reservei mais ela. É tanto que quando ela descobriu que eu tinha contato com mulher em relação à minha ocupação, ela já estava com doze anos, dez anos, que tu ficou revoltada. Ela ficou mais revoltada em me ver com outra mulher, entendeu? Em relação à afetividade, do que mesmo em relação à profissão (Rosa, Diário de campo, 2015)

Já na família de Alda, Gustavo revela que esse foi um processo gradativo:

Quando eu tinha quatro, cinco anos, desde que a gente chegou no bar, já tinha isso, mas eu achava super normal. Eu não sabia o que era sexo, nem nada disso. Ahh a menina vai lá recebe dinheiro, eu nunca fiquei ligado no que ela fazia, nunca juntei as peças dessas coisas. Depois de um tempo foi que eu fui percebendo essas coisas, bem aos pouquinhos assimilando o que ela fazia. Por isso não teve um cair a ficha, porque a ficha caia bem devagarzinho, quando chegou nem percebi. A assimilação foi bem lenta mesmo, pra mim era bem normal. Aí quando entendi totalmente nem liguei (Gustavo, Diário de campo, 2015).

Sobre a realidade que vivenciou na época em que era criança e que morava com a mãe nos fundos do bar-boate, ele revela que achava a rotina do bar natural e que não compreendia muito bem o que acontecia, recorda ainda que sua mãe colocava uma distância muito grande entre ele e o bar; ele ficava sempre trancado nos fundos sem contato com o que acontecia no bar, a mãe não permitia muita aproximação com as meninas que trabalhavam lá. Sobre a rotina daquela época, ele se recorda:

Porque na época que eu morava lá não tinha isso, ainda não tinha o quartinho onde elas faziam isso. Mainha levava elas para o motel, deixava lá, depois ia pegar, e a

maioria do tempo eu nem sabia, só fui descobrir com nove, dez anos. E eu sempre fui dentro do carro abaixadinho, porque ela tinha que ir no motel, Via Direta resolver as coisas dela e eu não conseguia ficar sozinho, ficava morrendo de medo. Então, a solução: me levar junto (Gustavo, Diário de campo, 2015).

Quando questionado se as meninas iam sozinhas para o motel, Gustavo responde: “elas iam sozinhas para o motel, não tinha cliente. Eu sempre achei super normal.”

A filha de Alda, Luana, recorda que sempre teve conhecimento da atividade que a mãe exerce, que sempre foi um livro aberto e que teve conhecimento da entrada da mãe no mundo da prostituição quando tinha cinco anos e morava com a avó. Sobre esse fato, revela:

Contava, ela sempre foi aberta. Se ela chegar aqui ela conta tudo da vida dela, ela nunca teve vergonha, nunca teve pudor por nada. Mesma coisa se ela tiver que te dar uma esculhambação, ela dá aqui na hora e na frente de todo mundo, pode estar até o presidente. Assim, eu critico muito as coisas dela, porque eu acho que você tem que ter respeito em tudo, por tudo e com tudo. E às vezes eu acho que falta isso nela, mais um pouco de amor pelas pessoas. Eu acho que a vida sofrida que ela tem fez ela ficar muito dura. Ao invés de ter amolecido o coração dela, dela ser uma pessoa totalmente diferente assim mais branda, humanizada, não, ela virou o oposto (Luana, Diário de campo, 2015).

Sobre as consequências da atividade da mãe em sua vida, Luana pondera:

Porque ela sempre foi dona de bar e bar para homens, só para homens. Não é um barzinho que você vai com seu namorado, sua irmã, sua mãe... não, é uma casa para homens, entendeu? Então, quando eu era novinha, muitas vezes os meninos se aproximavam e “ah, é Luana, filha de Alda que tem um bar em Ponta Negra (Luana, Diário de campo, 2015).

Nesse sentido, quando investigamos a proximidade de Luana com o bar-boate, se o frequentava ou mantinha uma relação de amizade com as meninas que lá trabalhavam, ela afirma:

Não, nesse ponto aí eu não tenho o que dizer dela. Ela nunca aceitou, nunca me envolveu. É tanto que a gente tinha a casa da gente. Morava eu, ela, o marido dela, meu irmãozinho e teve uma época que minha avó morou também, o bar era à parte. As coisas do bar eram do bar. Então, isso aí... raramente eu ia com ela. Pronto, se a gente estivesse na rua e fizesse as compras do bar a gente ia lá, deixava as compras e vinha embora. Mas pra mim conviver com as meninas, conviver lá dentro, eu nunca fui. Era só nessas ocasiões assim de ter alguma coisa pra pegar ou deixar lá, que eu ia. Mas para conviver diariamente, não. Nesse ponto ela teve cuidado (Luana, Diário de campo, 2015).

Dessa forma, por ter conhecimento da atividade que a mãe exercia, bem como aqueles à sua volta, Luana pondera sobre o que acredita que a atividade da mãe interferiu em sua vida amorosa:

É filha da dona do bar. Então, às vezes chegava só para se aproveitar, e outros às vezes queriam até alguma coisa séria e eu já não queria. É tanto que assim, eu nunca consegui ter um relacionamento direitinho porque eu sempre me perdia no meio do caminho. Eu namorei com o primo dela dois anos, mas depois virei a cabeça, não deu certo, aí pronto (Luana, Diário de campo, 2015).

Diante dessa realidade, ao ser questionada se já sofreu bullying, Luana recorda:

Acontecia, porque tipo assim, eu fazia amizade com uma menininha e quando a mãe dela sabia que a minha mãe era dona de um cabaré então não queria ela comigo porque eu era puta igual a minha mãe que era a dona do cabaré. Então, quer queira ou não, acho que isso é uma forma de bullying, não é? Naquela época acho que tinha outro nome (Luana, Diário de campo, 2015).

E acrescenta sobre a independência que possuía e o relacionamento distante que tem com a mãe:

Eu era meio que independente, porque a vida dela era uma vida tão corrida, tão atribulada que até a gente entre mãe e filha não tinha muita amizade. Não tinha não, não tem até hoje aquele laço de uma mãe e uma filha, entendeu? É como se a gente

fosse duas estranhas. Fossemos, e hoje ainda somos. A gente não tem aquele laço, é por isso que eu digo que a gente não é uma família padrão, a gente é mais distorcida do que todas as outras famílias. Porque hoje eu tenho amigas minhas que sabem mais da minha própria vida do que a minha mãe. Meu filho talvez saiba mais coisas da minha vida do que a minha própria mãe (Luana, Diário de campo, 2015).

4.3.9 Participação na vida dos filhos

Roberts (1998) e Santos (2011) defendem que o ritmo da prostituição é benéfico, pois possibilita as mulheres ganharem mais em menos tempo, com a flexibilidade de horários. Entretanto, na realidade específica em que se encontram os participantes da pesquisa é recorrente os filhos relatarem a ausência da participação da mãe em suas vidas. O que revela uma rotina, na qual a profissão da mãe limita uma participação efetiva na vida dos seus descendentes, pois, ao trabalhar de noite a mãe geralmente descansa de dia, acerca dessa situação Rosa expõe:

As maiores dificuldades que eu tive foi para conseguir conciliar o tempo, a questão do tempo para eles. Porque meu trabalho era mais noturno e durante o dia eu precisava dormir, então tive pouco tempo para eles, não acompanhei eles na escola. O rendimento que eles tiveram foi praticamente por eles mesmos, eu não tive aquele monitoramento de estar ali e ensinar a eles, ajudar eles nas tarefas de casa. Então assim, eu fui muito ausente, e uma das coisas que eu não me considero ter sido boa mãe foi o fato de não ter tido tempo para eles (Rosa, Diário de campo, 2015).

O fato da prostituição ter uma relação direta com drogas, abrangendo o álcool e o cigarro, que apesar de lícitas têm a mesma função das drogas mais pesadas de modificar o estado de consciência, Rosa confessa: “para encarar deve-se estar com alguma coisa na ideia. Nesse meio já existe pequenos traficantes. Não é porque a gente já é viciada e sim porque a

gente trabalha com algo muito delicado, meche com o psicológico, sabe?!!” (Rosa, Diário de campo, 2015).

A prostituição é uma atividade que requer frequentar bares e festas – locais onde encontra-se clientes – e fazer uso de drogas para alterar a consciência, a maioria bebidas alcoólicas, o que acaba por impor uma rotina e gostos que restringirem ainda mais o tempo da mãe com o filho.

A respeito dessa realidade, numa conversa informal que se iniciou sobre uma conhecida em comum de Rosa e da esposa de Janine, Rosa revela mais sobre a dinâmica do mundo da prostituição e das consequências na vida da mulher que exerce essa atividade:

Zetinha ganhou muito dinheiro na vida dela, mas foi só para se divertir. Ganhava tanto dinheiro, mas era só para mesa de bar, porque ela gostava muito de beber, de farrear. Eu também gostava muito de farrear. Eu era pra ter muitas coisas (Rosa, Diário de campo, 2015).

A frequência e o gosto por festas e uso de drogas, que fazem parte do universo da prostituição, acabam acarretando diversas consequências para essas mulheres. Sobre isso, ao recordar sobre a sua infância Janine relembra que sua mãe chegou a passar dois dias sem aparecer em casa, sobre essa rotina de trabalho da mãe, expõe: “Ninguém podia falar com ela não, porque quando chegava ela ia dormir, quem tomava conta da gente era o povo que ela colocava dentro de casa, que trabalhava com ela ”. A mãe geralmente chegava bêbada em casa, mas sempre trazia algum presente para os filhos como roupas, brinquedos e comida: “sei lá o que se passava na cabeça dela, ela achava que dá brinquedo e comida era suficiente, eu tinha uma ruma de brinquedo” (Janine, Diário de campo, 2015). O suprimento material dos filhos parecia ser uma das principais preocupações de Rosa, que buscava sempre prover os filhos com bens materiais para compensar a falta da sua presença:

Eles reclamam da ausência mesmo, mas eu tentava sempre que podia dá brinquedos, levar para uma lagoa. Porque eu fui ausente, mas tentei compensar com lazer, em não deixar passar fome, não deixar que ninguém maltratasse, e até hoje estou segurando a bronca (Rosa, Diário de campo, 2015).

No que concerne aos filhos mais novos, Alan e Carol, Rosa diz que eles dentre todos os seus filhos foram os mais poupados das possíveis consequências da sua atividade, mesmo eles colocando a falta de tempo e de participação da mãe em suas vidas como algo recorrente, como recorda Alan: “Reunião na escola todo mundo levava os pais e ela não ia. Era uma coisa que incomodava naquela época” (Alan, Diário de campo, 2015).

Em relação ao seu cargo atual, como dirigente da ASPRORN, Rosa – que precisa participar de congressos, manter-se informada nas mídias sociais e em contato com a categoria – assegura que essa dinâmica também não permite participar tanto quanto gostaria da vida da sua filha mais nova:

Com Carol eu tive tempo, eu não tenho mais tempo para Carol porque eu sou muito ligada, hoje em dia a gente é muito ligada nessa questão da tecnologia e redes sociais, então a gente se afasta por causa disso. Antes era por conta que eu tinha que me ausentar e hoje eu vivo em casa distante (Rosa, Diário de campo, 2015).

Tal realidade também pode ser encontrada na família de Alda, a preocupação central da matriarca é suprir as necessidades materiais do filho, que por outro lado reclama da ausência da mãe e da distância que existe entre eles. Sobre a perspectiva de prover as necessidades do filho, Alda revela:

E eu faço o possível e o impossível. E eu vivo fazendo tudo para que ele se orgulhe muito mais de mim, pense “minha mãe foi isso e foi aquilo, mas estou aqui, não estou na rua, não estou passando necessidade”. Criei bem-criado, mesmo sendo filho de quem é, de uma louca, se alguém me desse esse, adjetivo, é? Adjetivo. Mas eu dei educação, e ele estuda bem, ele dorme bem, ele come bem. E eu posso não fazer nada

disso, mas para ele tem. Porque jamais eu queria amanhecer o dia e ele dizer assim “estou sofrendo por causa da minha mãe”. Acho isso ridículo, porque quando a gente tem um filho é para tomar conta. Eu tive dois filhos, Luana, muito jovem e tive ele já com meus quarenta, mas foi para dar conta, e estou dando, não é? (Alda, Diário de campo, 2015).

Um dos motivos relatados para a ausência e falta de contato entre mãe e filho é o desencontro de horários, pois Alda trabalha a noite e durante o dia quando não está descansando, está resolvendo questões do bar: abastecimento das bebidas, cuidado das mulheres que trabalham lá, entre outros; já Gustavo que vai para a escola de manhã e estuda de tarde em casa revela que quase não a vê. Ele conta que sua mãe é muito diferente dele e fria também, que ela fornece os bens materiais dos quais ele precisa, mas esquece a parte afetiva:

É assim, mas a culpa não é minha, nem dela, é porque minha mãe é assim, afastada. Não, o pior é que eu tento conversar com ela. Falo “ah, mãe, aconteceu isso, isso e isso... Ela fica calada, ignora. É um defeito dela também que eu falo e ela ignora, ignora aquele assunto completamente. Eu falo “Mainha, olha, aconteceu isso, isso e isso”, aí ela ignora completamente a pessoa. Eu tento me aproximar dela, eu queria realmente melhorar nossa situação, mas ela não deixa (Gustavo, Diário de campo, 2015).

Em relação a isso, ele expõe como a relação com sua mãe é distante:

Ela nunca me elogia, nunca. Ela nunca me elogia, nunca elogia Luana. É como se ela não ligasse muito para os filhos. Eu sei que ela liga, mas ela não gosta de expor o sentimento dela porque justamente ela tem medo de expor o sentimento dela, dela ficar frágil, quando a pessoa expõe o sentimento para outra pessoa ela fica frágil, e relacionamento é isso, ficar frágil uma perante a outra, uma relação de confiança. Ela tem medo de a gente trair ela e a gente machucar ela, ela não gosta de se manter frágil. Ela sempre quer ficar durona, com superioridade, justamente porque ela aprendeu a ser assim com o meu pai e com a vida que ensinou ela a ser assim forte, durona, porque se

fosse uma pessoa que nem eu, emocional, sentimental, ela já teria morrido há muito tempo, ou estaria em baixo da ponte. Porque a vida que ela teve, minha avó não teve condições de criar ela, minha avó vendia cocada na praia (Gustavo, Diário de campo, 2015)

Corroborando com a perspectiva de Gustavo, Luana reforça a distância afetiva e a falta de intimidade de Alda para com os filhos e o cuidado da mesma em suprir as necessidades materiais:

Ela é o homem-mulher da casa, ela paga escola, ela dar de comer, ela dar de vestir. Então ela acha que essa é a obrigação dela e pronto, e acabou. Para ela não tem carinho, não tem amor. A gente sente que ela gosta da gente e tudo, mas não é aquela coisa de chegar e dar um abraço, um beijo. Pronto, ela liga para mim “Luana, e aí, como você está? Ah, mãe, eu estou bem. E a senhora? Também. Tchau”. Pronto, o assunto rápido da gente é esse. Não sabe coisas do meu relacionamento com o meu marido. Faz treze anos que eu vivo com ele, entre altos e baixos, a gente já se separou duas vezes. E assim, treze anos e ela não sabe nada da minha vida, de problemas que eu já tive com ele, que eu já tive com a família dele, entendeu? ” (Luana, Diário de campo, 2015).

E sobre a relação da mãe com o irmão, Luana reforça:

E é desse jeito com o meu irmão: o curso que ele faz, o aparelho dentário que ele usa, as roupas de marca que ele gosta, a internet... ela paga. Ela é sempre bem taxativa “vem de tal canto, então você não pode exigir nada de mim...Não, não. Eu acho que ele se sente mais sozinho. Ele reclama muito que sente falta de carinho, de amor, de atenção porque como ela fazia comigo, ela faz com ele. Ela acha que dando um teto, dando de comer e de vestir ela está dando tudo, ela está fazendo o papel dela de mãe (Luana, Diário de campo, 2015).

Quando questionada sobre como era a relação com a sua mãe na infância, Luana relembra que morou muito tempo com a sua avó e que sua mãe auxiliava financeiramente:

Nessa época eu morava com minha avó no interior. Porque quando ela se separou do meu pai, eu ia fazer dois anos, então ela caiu na vida, aí minha avó me levou para Santo Antônio do Salto da Onça. Aí eu fiquei com a minha avó até os meus cinco anos. Aí ela ia toda semana ou de quinze em quinze dias deixar feira para minha avó. Ela sempre, sempre, sempre, até a minha avó morrer com oitenta e sete anos, ela sempre ajudou. Aí pronto, quando eu completei cinco anos, que foi quando ela saiu daqui eu lembro até hoje, nesse dia a minha avó tinha feito um bolinho para mim e ela ia para lá almoçar com a gente, para comemorar e ela foi e resolveu me trazer. E minha avó não queria que eu viesse. Eu me lembro muito disso (Luana, Diário de campo, 2015).

Luana recorda que quando morava com a avó, a mãe a visitava com certo intervalo de tempo, bem como se lembra das dificuldades financeiras pelas quais já passou:

Nessa mesma semana, eu me recordo disso, eu não me esqueço disso nunca, minha mãe só ia lá de quinze em quinze dias e eu de mês em mês. Então, às vezes a minha avó passava a semana apertada, quando começava a faltar as coisas, quando minha avó não tinha uma lavagem de roupa ou uma faxina para fazer. Na época, no interior, as coisas eram mais difíceis e tal, e eu lembro que minha avó trocou um pacote de barra de sabão por uma penca de banana pra mim, porque minha avó estava sem dinheiro e não tinha o que a gente comer. Então assim, isso é uma coisa que ficou muito gravada na minha mente, que minha avó fazia de tudo por mim. Minha ajudava, sempre ajudou, mas ela vivia ali com tudo regradinho (Luana, Diário de campo, 2015).

Essa realidade é encontrada nos trabalhos de Bacelar (1982), Fonseca (1996), Gaspar (1985), Mendes (2011), Pasini (2000), Ribeiro (2004), Santos (2011) e Sganzella (2009, 2011) que revelam a importância do aspecto socioeconômico da criação dos filhos para as mulheres que exercem a prostituição. Indicando o sustento dos filhos e dos familiares como um dos principais motivos para a adesão e/ou permanência na prostituição. Nesse particular, os autores expõem as contribuições que as mães vão receber de amigos, vizinhos ou parentes na criação dos filhos e também do apoio financeiro, advindos da prostituição ao sustento de

ambos. E quando, como no caso de Luana, a mãe mora em outro grupo doméstico, as frequências das visitas e o contato entre mãe e filhos são regidos pelas condições materiais dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que buscamos analisar se a profissão da mãe-prostituta incide sobre a vida do filho, constatamos que a atividade da prostituição reflete de diferentes modos na vida dos descendentes. Desde o preconceito na sociedade, os bens materiais que dispõem, os relacionamentos da mãe, até à própria dinâmica e visão de mundo que constituem aqueles que trabalham nesse ramo.

Ao interagir com os sujeitos percebe-se que o modo como se comportam no cotidiano se relaciona diretamente com a atividade da mãe, quando ela provém o sustento da casa, e que os hábitos domésticos são condizentes com a posição que ocupa na prostituição e com a remuneração que recebe. Desta forma, os filhos de Rosa – que se aproxima da categoria de prostituta de rua – possuem particularidades em seu cotidiano: a moradia em uma comunidade que apresenta vulnerabilidades no tocante às expressões de cunho social, como a violência; no uso cotidiano do transporte público, do serviço público de saúde, de educação, de lazer e na execução das tarefas domésticas. Diferentemente do filho de Alda, que dispõe de uma confortável situação financeira, o que possibilita moradia num bairro de classe média e serviços privados de segurança, transporte, educação, saúde, distanciamento das tarefas do lar e possibilidade de acesso facilitado aos serviços sexuais oferecidos no estabelecimento da mãe.

Os relacionamentos afetivos das mães têm ligação direta com a atividade que exercem, pois, são desencadeados a partir dos círculos de amigos que frequentam e do meio que atuam. Ademais, Rosa que se declara “prostituta entendida” – mulheres que praticam sexo com homens numa relação de trabalho e com mulheres a partir da relação de afeto (Bezerra, 2008;

Pasini, 2000) – revela que o fato de trabalhar constantemente oferecendo serviços sexuais a homens a fez querer se envolver em um novo tipo de relação, iniciando um caso com uma mulher. A situação se desdobrou em atitudes de revolta e questionamentos por parte de Carol, que buscava entender a atividade que a mãe exercia se relacionando com homens e a opção sexual de se relacionar afetivamente com mulheres. Sobre a opção sexual da mãe, Carol acrescenta:

Pronto, eu não fiquei muito espantada não. Fiquei mais espantada quando eu vi, não é? Ela nem me falou, eu que tive que ver. Aquilo pra mim foi um choque: ver minha mãe com outra mulher (Carol, Diário de campo, 2015).

No que diz respeito aos relacionamentos afetivos de Alda, Gustavo acredita que a “mãe tem um dedo podre para relacionamento, só se envolve com o que não presta” (Gustavo, Diário de campo, 2015). Pois, os companheiros são ligados ao crime, ao vício em jogo e/ou uso de drogas; situação que é observada por Gustavo com descrédito e desconfiança nos desdobramentos futuros desses relacionamentos e consiste em motivo de conflito entre mãe e filho. Acerca do estabelecimento em sua residência do atual namorado da mãe que se encontrava em regime semiaberto, Gustavo expõe:

Ela chegou e disse que ele ia dormir aqui, mas eu disse não. Ela pensa que manda em tudo aqui, é a rainha e o irmão pode fazer o que quiser aqui. Se quiser demolir a casa com ela dentro, ele faz. Ela chegou aqui “olhe, ele vai morar aqui. Pronto e tchau”. Foi na quarta-feira, assim que ele “fugiu” (Gustavo, Diário de campo, 2015).

Desse modo, sendo a prostituta situada a margem da sociedade, ela se relaciona com aqueles que também são marginalizados pela sociedade, como aqueles relacionados às drogas e ao crime, o que incide na vida das mulheres e dos seus filhos. Em grande parte das entrevistas, tanto dos filhos quanto das mães, fica claro que a dinâmica própria do trabalho da prostituição, com a inversão do horário de expediente convencional interfere na vida e na

relação entre mãe e filhos. Gaspar (1985) discorre sobre os principais motivos da predominância do trabalho da prostituta durante a noite:

[...] mas é no período noturno que a atividade alcança seu zênite, não tanto pelos maiores ganhos ou pelo maior número de clientes, mas porque seus valores integram, como a boemia, o universo da noite... no período da tarde, os programas são mais rápidos e seguros, e a clientela é de melhor nível, composta principalmente de profissionais liberais que pretendem ter um pequeno encontro entre o período de saída do trabalho e a ida para a casa ... porém, é durante a noite, que a prostituição é praticada de maneira mais ostensiva nas ruas e bares... ocupada pelas pessoas sem compromisso, que não precisam ter pressa, por aqueles que trabalham como músicos e artistas e ainda, pelos noctívagos, aqueles que saem de madrugada para fazer suas refeições, beber, conversar com os amigos até que os últimos bares e restaurantes fechem suas portas (p.106).

Como efeito, essa situação própria da prostituição diminui o convívio entre mãe e filho, já que ao passar a noite trabalhando a mãe descansa de dia, encarregando a amigos, familiares, vizinhos ou babás o cuidado dos filhos. (Bacelar, 1982). Essa particularidade se fez muito presente na vida de Rosa e dos seus filhos, limitando a participação dela no acompanhamento escolar, no convívio doméstico e na criação dos filhos.

Tal realidade é reforçada nas falas dos filhos que reclamam, inclusive na atualidade, da falta que a mãe fez na infância e se reflete na criação compartilhada de Carol com a madrinha, uma antiga vizinha de Rosa, com quem a menina morou até os doze anos. O que reitera o exposto por Bacelar (1982) de que as mães contam com a ajuda dos vizinhos para criarem seus filhos. Na atualidade, como dirigente da associação Rosa possui uma extensa rotina de viagens e participações em congressos que limitam o seu convívio com os filhos. Essa também é uma realidade compartilhada pela família de Alda, a filha Luana morou até os cinco anos com a avó no interior, pois a mãe fazia programa na região metropolitana e não

dispunha de tempo para cuidar dela. Em relação a Gustavo, o pouco contato que tem com a mãe no cotidiano é fundamentado por uma relação distante, com escasso diálogo.

Segundo Bourdieu (1999) é na escola, espaço de interação social, que a estrutura da sociedade é refletida, onde encontram-se os discursos hegemônicos acerca da prostituição materializados em atitudes preconceituosas no meio escolar. Em relação aos filhos de Alda, ambos relataram situações nas quais a profissão da mãe quando revelada ao conhecimento de todos se desenrolou em atitudes discriminatórias, como bullying por parte dos colegas, brigas na escola e distanciamento de amizades em decorrência da atividade da mãe. Reforçando o exposto por Silva e Oliveira (2009) que revelam que o estigma dirigido a mãe é transferido ao filho. Situação semelhante é descrita por Goffman (1891/ 2004) quando discorre sobre o estigma que é transferido àquele que se relaciona com um indivíduo estigmatizado,

Um segundo tipo de pessoa "informada" é o indivíduo que se relaciona com um indivíduo estigmatizado através da estrutura social - uma relação que leva a sociedade mais ampla a considerar ambos como uma só pessoa. Assim, a mulher fiel do paciente mental, a filha do ex-presidiário, o pai do aleijado, o amigo do cego, a família do carrasco, todos estão obrigados a compartilhar um pouco o descrédito do estigmatizado com o qual eles se relacionam (1891/2004, p. 28).

Nesse sentido, Gustavo recorda que tinha uns trezes anos e fazia a oitava série quando seus colegas da escola descobriram a atividade da sua mãe:

Aí quando falei para o povo do colégio...não foi nem falar, foi assim: ela tinha um carro na época e ela colocou um banner no carro com um perfil, a silhueta de uma menina no pole dance que dizia o nome do bar, aí ela chegou pra me pegar, e o pessoal perguntou: “o que é isso Gustavo? ”, aí eu disse: “é o bar da minha mãe”, e o pessoal: “tem um pole dance, a sua mãe tem um cabaré? ”. Aí todo mundo: “ a sua mãe tem um cabaré é?!?! E eu: é! Aí começou o preconceito: “A sua mãe tem um cabaré, sua mãe é puta. ” Eu fiquei bem chateado com essas coisas (Gustavo, Diário de campo, 2015).

Nesse contexto, a sociedade observa o filho da prostituta como uma extensão da sua “má fama”, o que faz incidir sobre eles o estigma da atividade da mãe, como podemos observar desde as nomenclaturas existentes que depreciam os filhos, até nas situações vivenciadas pelos participantes da pesquisa. Entretanto, compreendendo a imagem que a sociedade faz da mesma, existe por parte do filho a tentativa de ocultamento da atividade da mãe em seu meio social, como uma forma de se proteger de possíveis agressões (Bacelar, 1982; Cavour, 2011), mas que culmina na fragilização do vínculo afetivo entre mãe e filho. Como podemos observar na fala de Luana, filha de Alda, sobre a relação entre a mãe e o Gustavo:

Ela é uma figura. E ele tem vergonha dela, ele não gosta. É tanto que ela, hoje não, o carro dela não tem mais nenhum tipo de adesivo, antigamente tinha boate “tá rá rá tá rá rá”, não tinha falando nada dos babados, mas tinha boate não sei o que, que eu não lembro nem o nome, para você ter uma ideia. E quando ela ia deixar ele na escola, ele estudava ali na esquina, mas ela tinha que parar o carro aqui para ninguém ver que ele ia com ela, que ele era filho dela, entendeu? Então eu acho que até nisso ela se sente assim, porque ele diz na cara dela que tem vergonha da mãe que tem, do jeito dela ser. É um problema, uma situação, ele é frustrado e ela também (Luana, Diário de campo, 2015).

Outro aspecto importante, decorre do imaginário social que resulta em opiniões diferenciadas acerca da prostituição por parte dos filhos, perpetuando os discursos preconceituosos e reforçando o estigma presente nessa atividade, como é o caso de Carol que se surpreendeu ao visitar um bar-boate e se deparar com as meninas que se diferenciavam do que é posto no popular:

Porque minha irmã trabalha nesses negócios distribuindo, aí teve uma vez que eu queria ir e ela me levou, aí eu olhava assim e (pensava) “vixe as meninas tudo limpinhas, (sic) tem menina que eu olho aqui ‘Meu Deus do céu’, quando eu olho eu

digo vixe, as meninas que trabalham nisso, tem menina que trabalha nisso, tem menina que é toda “malamanhenta [...] Pronto, aí eu fiquei só vendo assim” (Carol, Diário de campo, 2015).

No entanto, Gustavo analisa a prostituição como uma alternativa às necessidades socioeconômicas que a matriarca teve de enfrentar. Buscando uma melhora de vida para si e para família, ou seja, ele e a irmã. O que colaborou para a dedicação de Gustavo aos estudos. Sobre a prostituição, ele revela:

Eu acho que são pessoas que não tiveram oportunidade na vida, é difícil ver uma pessoa rica se prostituindo, é o único meio de viver, ou faz isso ou morre de fome. Ela construiu a vida dela todinha com base nisso, teve o bar, ganhou dinheiro, comprou uma casa, apartamento, um carro. Se não fosse por isso eu não tinha nem nascido, porque antes de eu nascer ela já tinha o bar. O único jeito dela construir a vida dela foi com base nisso (Gustavo, Diário de campo, 2015).

Diante do exposto, nota-se que o preconceito existente sobre a mãe incide na vida dos filhos, que buscam mecanismos para que a atividade da mesma não venha à tona. E assim não sofram as consequências de serem filhos de uma prostituta, como em episódios de preconceito na escola relatados aqui. Contudo, os discursos existentes sobre a prostituta na sociedade também colaboram para a formação da opinião dos filhos acerca dessa atividade.

Para concluir, o imaginário acerca dos filhos das prostitutas presente na sociedade e registrado aqui através da revisão da literatura se distancia dos resultados da pesquisa, na medida em que os filhos das prostitutas não apresentam as ‘vulnerabilidades’ associadas a representação do que é ser filho de prostituta, como negligência da mãe, tendência a seguir a mesma profissão ou cometerem algum delito; nem características que lhes são agregadas por serem filhos de prostitutas, como má índole, imoralidade e má influência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, N. J. F. (2005). *Levantamento dos fatores sócio-econômicos determinantes da prostituição feminina em Salvador-Bahia*. Tese de conclusão de curso. UFBA, Salvador, Bahia, Brasil.
- Alves-Mazzotti, A. J.; Gewandsznajder, F. (2004). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, pp. 144-188.
- Andery, M.A.P.A. et al. (2007). *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Ariès, P. (1986). *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro.
- Bacelar, J. A. (1982). *A família da prostituta*. São Paulo: Ática. São Paulo/Salvador: Ática/Fundação Cultural do Estado da Bahia.
- Badinter, Elisabeth. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Banks, M. (2008). *Dados Visuais para Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Basserman, L. (1968). *História da prostituição. Uma interpretação cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Batista, K. F. (2011). *O debate historiográfico acerca da ideia da "prostituição sagrada" no antigo crescente Fértil*. Revista Vernáculo, nº 28, 2º sem.

- Beleli, I. e Olivar, J. M. N. (2011). *Mobilidade e prostituição em produtos da mídia brasileira*. In: Piscitelli, Assis e Olivar (orgs.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU Unicamp: pp. 491-535.
- Bezerra, D. M. (2008). *Prostitutas entendidas: o que entender?* Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, PPGCS/Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Bourdieu, P. (1999). *A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In Nogueira, M. A.; Catani, A. *Escritos de Educação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes.
- Brasil, J. (1932). *História da Prostituição*. In *A Questão Sexual*. [Versão eletrônica]. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/pauloapgaula/trab/prosti.PDF> Acesso em: maio de 2014.
- BRASIL (1940). Presidência da República. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 dez. *Código Penal*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 12 de setembro de 2015.
- _____. (2002). *Ministério do Trabalho e Emprego. CBO - Classificação Brasileira de Ocupações – Relatório da Família*. Disponível em <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 1 de agosto de 2015.
- Caldeira, L. B. (2008). *O conceito da infância no decorrer da história*. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf. Acesso em: 17 de dezembro de 2015.

- Cardoso, L. L. (1997). *Jornais do Rio de Janeiro e seus discursos sobre a prostituição feminina no período de 1890 a 1920*. 201f. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade Metodista de São Paulo, São Paulo.
- Cavour, R. C., Jablonski, B., & Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. (2011). *Mulheres de família: Papéis e identidades da prostituta no contexto familiar*.
- Costa, F. B. N. (2010). *Prostituição, Maternidade e Infância. Escolinha Comunitária Nilton Guedes: uma busca por cidadania e reversão do estigma de prostitutas e seus filhos (1988-1997)*. In: XIV Encontro Regional da Associação Nacional de História: Rio Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro. Anais: Rio de Janeiro; UniRio.
- Checchia, A. K. A. (2010). *Adolescência e Escolarização numa Perspectiva Crítica em Psicologia Escolar*. 1 ed.. Campinas : Editora Alínea.
- Demenech, F. (2013). *Famílias: diferentes concepções históricas*. In: X Encontro Regional Sudeste de História Oral, UNICAMP. São Paulo, Campinas.
- Diniz, M. I., & de Queiroz, F. M. (2008). *A relação entre gênero, sexualidade e prostituição*. Divers@! 1(01).
- Domingues, R. C. (2007). *Prostituição - Constituição, Justiça e Cidadania*. PUC – Minas /Belo Horizonte.
- Durkheim, E. (1895/ 2007). *As Regras do Método Sociológico*. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Eckert, C., & da Rocha, A. L. C. (2008). *Etnografia: saberes e práticas*. Iluminuras, 9(21).

- Engels, F. (1884/2002). *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 16° Ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ferreira, T. H. S.; Farias, M. A.; Silves, E. F. M. (2010). *Adolescência através dos séculos*. São Paulo. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 26 n. 2.
- Fonseca, C. (1996). *A dupla carreira da mulher prostituta*. Revista de Estudos Feministas, v. 4, n. 1, pp. 7-34.
- Fraser, M. T. D. e Gondim, S. M. G. (2004). *Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa*. Paidéia (Ribeirão Preto), vol.14, no.28, pp.139-152.
- _____. (2004). *Olhares antropológicos sobre a família contemporânea*. In C. R. Althoff, I. Elsen & R. G. Nitscke (Orgs.) *Pesquisando a família: Olhares contemporâneos* (pp. 55-68). Florianópolis: Papa-Livro.
- Gaspar, M.D. (1985). *Garotas de programas: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Giddens, A. (2008). *Sociologia*. 6 ed. Porto Alegre: Artmed.
- Godoy, A. S. (1995). *Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades*. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, pp. 57-63.
- Goffman, E. (1891/2004). *Estigma– notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Publicação original: Rio de Janeiro: Guanabara.
- Günther, H. (2006). *Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?* Psicologia: Teoria e Pesquisa, 22(2), 201-209.

- Hita, M. G. (2005). *A família em Parsons: Pontos, contrapontos e modelos alternativos*. Revista Antropológicas, PPGA-UFPE, v. 16, n. 1, pp. 109-148.
- Lapière, A. (2008). *Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos*. In: Poupart, Jean. et al. (Org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, pp. 410-435.
- Leal, Z. F. R. G.; Facci, M. G. D. (2014). *Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural*. In: Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal; Marilda Gonçalves Dias Facci; Marilene Proença Rebello de Souza. (Org.). *Adolescência em foco: contribuições para a psicologia e para a educação*. 1ed. Maringá: Eduem, v. 1, p. 15-44.
- Leite, G. (2010). *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Lévi-Strauss, C. (1956). *A família*. In: Shapiro, H. L. *Homem, cultura e sociedade*. São Paulo: Fundo de Cultura.
- Malinowski, B. (1976). *Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural. 436 p. (Pensadores (os); v.43)
- Mazzeiro, João Batista. (1998). *Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920*. Revista Brasileira de História, 18(35), 247-285.
- Mazzotti, A. J. A.; Gewandsznajder, F. (1998/ 2004). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas*. São Paulo: Editora Pioneira, (4ª reimpressão).

- Mendes, M. N. (2011). *“Os Saberes fazeres da/na noite”: cotidianos que envolvem o exercício da profissão do sexo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Sul de Santa Catarina.
- Mendes, M. N. & Marques, L. A. S. (2009a). *"A Vida na Zona": desigualdades, valores e as complexas redes que cotidianamente se estabelecem entre profissionais do sexo, sua prole e o mundo sob o foco educacional*. In: XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza - CE.
- ____ (2009b). *Os Filhos da Zona: expectativas, cotidianos e pensares de profissionais do sexo sobre a educação escolar de seus filhos*. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Caxambú/MG. Sociedade, cultura e educação: novas regulações? Anais. pp. 1-16.
- Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes.
- Moura A, Oliveira RMS, Lima GG, Farias LM, Feitosa AR. (2010). *O comportamento de prostitutas em tempos de Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis: como estão se prevenindo?* Texto Contexto Enfermagem; 19(3): 545-553.
- Neves, J. L. (1996). *Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades*. Caderno de pesquisa em administração. FEA-USP. São Paulo, v. 1. n. 3. 2º sem.
- Ogden, D. (1999). *Polygamy, Prostitutes and Death: The Hellenistic Dynasties*, Londres.
- Oliveira, A. M. (2008). *Globalização, Multiculturalismo, Pluralismo e Diferença: a intolerância praticada contra as prostitutas adultas e as crianças e adolescentes*

exploradas sexualmente no município de Serra Talhada. In *Cultura, Gênero e Infância: nos labirintos da História*. Recife: Editora Universitária da UFPE, pp. 165-181.

Pasini, E. (2000). *Corpos em evidência, pontos em ruas, mundos em pontos: a prostituição na região da rua Augusta em São Paulo*. Dissertação de mestrado, IFCH, Unicamp, São Paulo.

Paula, T. do N. T. de. (2010). *Os enjeitados da capitania do Rio Grande do Norte*. Venâncio, Renato. In: *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil (séculos XVIII-XX)*. São Paulo: Alameda, pp. 233-252.

Piscitelli, A. (2002). "*Recriando a (categoria) mulher?*" In: Algranti, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, (Textos Didáticos, n. 48).

Ribeiro, M. (2004). *As prostitutas também são mães: contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema*. In: *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*. [Online]. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs/_prv/docs/DPR4628c5ed94ee1_1.pdf Acesso em: 5 de março de 2016.

Roberts, N. (1998). *As prostitutas na história*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Rodrigues, M. T. (2009). *A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?* Revista Katálisis, 12(1), 68-76.

Russo, G. (2007). *No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos*. Caderno CRH, 20(51).

Santos, V. G. D. (2011). *Prostitutas mães e a educação de seus filhos: corpo cena e discurso no Centro de Fortaleza-CE*.

- Schmidt, M. L. S. & Toniette, M. A. (2008). *A relação pesquisador-pesquisado: algumas reflexões sobre a ética na pesquisa e a pesquisa ética*. In: Guerriero, Iara C. Z.; Schmidt, Maria Luisa S.; e Zicker, Fábio. (Org.). *Ética nas pesquisas em Ciências Sociais na Saúde*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, v.1, pp. 102-108.
- Sganzella, N. C. M. (2011). *“Feita só por mãe!”*. *Sentidos da maternidade e família entre mulheres prostitutas*. São Carlos: UFSCar.
- _____. (2009). *Minha profissão é ser mãe dos meus moleques!: um relato sobre o sentimento de família, maternidade e honra entre mulheres prostitutas na cidade de Marília- SP*. Revista LEVS (Marília), v. 04.
- Silva, E. S. & Oliveira, A. M. (2009). *Prostituição e gravidez: a tolerância/intolerância praticada aos filhos (as) de prostitutas e de adolescentes exploradas sexualmente em serra talhada*. In: IX Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão, Serra Talhada. JEPEX.
- Silva, L. B. & Lima, L. (2011). *Estigma, pobreza e luta: marcas da vivência da prostituição em mulheres do centro histórico de Salvador/BA*. In: II Seminário Enlaçando Sexualidades, Salvador.
- Silva, R. A. da. (2008). *Identidades em contexto: um estudo da prostituição em Goiânia*. In: Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis- SC.
- Sousa, F. I. (1995). *A função social da prostituta*. Revista Educação em Debate, Fortaleza, Ano 17 e 18, n. 29, 30, 31 e 32, pp. 65-83.
- Tiradentes, Oscar. (1978). *Fatores determinantes da delinquência feminina*. Rio de Janeiro: Rio.
- Ullrich, D. R., Oliveira, J. S. & Basso, K. & Visentini, M.S. (2012). *Reflexões teóricas sobre confiabilidade e validade em pesquisas qualitativas: em direção à reflexividade analítica*. Análise (PUCRS. Online), v. 23, p. 19-30. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/download/11329/9676>. Acesso em: setembro de 2015

Vieira, E. M. (2003). *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz.